

PRÁTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS):

ESTUDOS DE CASO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Jéssica Morais de Moura
Paula Gonçalves Serafini
(Organizadoras)



MOURA, J. M.; SERAFINI, P. G. (Orgs). Práticas para a Implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Estudos de Caso em Instituições de Ensino. 1ª Ed: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2021.

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe

Lucas Almeida Dias

Projeto gráfico

Paulo Ricardo Cavalcante da Silva

Diagramação

Tatiane Santos Galheiro

Revisão

Jancen Sérgio Lima de Oliveira

Comitê Editorial Científico – Gradus Editora 2020/2021

Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana Dos Santos

Dra. Cintya de Oliveira Souza

Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Dra. Andreia de Bem Machado

Dra. Manuela Costa Melo

Dr. Carlos Gomes de Castro

Dra. Ana Beatriz Duarte Vieira

Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Dr. Thiago Henrique Omena

Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Dr. Leandro Antônio dos Santos

Dr. Gustavo Schmitt

Dra. Renata Cristina Lopes Andrade

Dra. Daniela Marques Saccaro

Dra. Gladys del Carmen Medina Morales

Dra. Márcia Lopes Reis

PRÁTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS):

ESTUDOS DE CASO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Jéssica Morais de Moura
Paula Gonçalves Serafini
(Organizadoras)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Práticas para a Implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Estudos de Caso em Instituições de Ensino. / organizadores,

MOURA, J. M.; SERAFINI, P. G.

Bauru, SP: Gradus Editora, 2021.

148p.. : il. (algumas color.) ; PDF.

Inclui bibliografias.

978-65-88496-65-7

1. Desenvolvimento Sustentável
2. Instituições de Ensino
3. Experiências

CDD
550.00



Sumário

Prefácio7

Wagner B. L. Palanch

Atividades educativas à luz da Agenda 2030 num campus do Instituto Federal do Espírito Santo.....11

Renata Cogo Clipes, Elaine Cristina Gomes da Silva, Marcelo Augusto Soares Gomes, Edilécio Lacerda Rodrigues Junior, Evellyn Rodrigues, Felipe Pereira Aguiar Cunha de Almeida, Rogério Almeida da Silva e Vivian Beatriz dos Santos

Práticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em projetos de inovação social do mestrado profissional em design da Univille27

Ghiullyan L. Pereira, Ghianny L. Pereira, Marli Everling e Luiz Melo Romão

Agenda 2030: extensão universitária e pesquisa sobre o ODS 2 nos cursos de direito de Niterói, Alcântara e Ilha do Governador na Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro43

Silvia Maria Caiado de Castro Accioly e Roberta de Oliveira Lima

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na conservação da natureza: práticas e percepções em pesquisas da UFRN junto ao território do geoparque Aspirante Seridó, NE do Brasil.....59

Marcos Antonio Leite do Nascimento, Silas Samuel dos Santos Costa e Matheus Lisboa Nobre da Silva

**O desperdício de alimentos em um restaurante universitário:
desafio para o alcance do ODS 12.....75**

*Maria Hatjiathanassiadou, Thaynara da Silva Rodrigues, Larissa Mont'Alverne Jucá
Seabra e Priscilla Moura Rolim*

**Olhar direto de saberes: mapeamento dos ODS locais na região
do Butantã-SP89**

*Silvia da Silva Craveiro, Marinalva Coelho de Sousa Senhora, Lilia Asuca Sumiya,
Fabiane Arcanjo e Thainá Teixeira Silva Cavani*

**Breve análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no
Corede Paranhana Encosta da Serra/RS - Brasil entre
2017 e 2019107**

Marcos Paulo Dhein Griebeler e Nathália Lehn

**Agenda 2030 e protagonismo juvenil: práticas de hoje na
construção do amanhã.....123**

Madson Gomes Rodrigues

**Prevenção à violência sexual de crianças e adolescentes:
diálogos com a Agenda 2030 e o ODS 5 junto às instituições de
ensino público infantil e fundamental do município de Campos
dos Goytacazes/RJ.....135**

Francelyne da Silva de Assis Levino

Prefácio


Wagner B. L. Palanch

Discutir sobre questões que envolvem a Agenda 2030 é algo extremamente complexo. A agenda 2030 e sua implicação na Educação, são interessantes e possuem um papel que transcendem o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação e reflexão para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com as mudanças e as incertezas de um futuro.

A **Educação Integral**, pode ser entendida como aquela que promove o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e cultural) e sua formação como sujeito de direitos e deveres com uma abordagem pedagógica voltada ao desenvolvimento de todo o potencial dos estudantes, preparando-os para sua realização enquanto pessoas, profissionais e cidadãos comprometidos com o seu próprio bem-estar, com a humanidade e com o planeta, ou seja, um olhar integral sobre o ser humano, seus valores e sua vida social.

A Agenda indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas claras, para que todos os países adotem uma parceria global, buscando a melhoria da vida das pessoas, agora e no futuro. Os 17 ODS são integrados e indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social, a ambiental e a institucional, corroborando, desse modo, para a perspectiva de uma Educação Integral.


A integração dos ODS, dentro da perspectiva de uma Educação Integral, pode ocorrer tanto por escolhas temáticas dos projetos - como direitos humanos, meio ambiente, desigualdades sociais e regionais, intolerâncias culturais e religiosas, abusos de poder, populações excluídas, avanços tecnológicos e seus impactos, política, economia,



educação financeira, consumo e sustentabilidade - quanto na escolha das metodologias de ensino, em consonância com a proposta de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UNESCO. Essa EDS pressupõe uma abordagem cognitiva, socioemocional e comportamental, buscando fomentar competências-chave para atuação responsável dos cidadãos que os auxiliem a lidar com os desafios do mundo contemporâneo.

Para que essa tarefa seja harmoniosa e com resultados satisfatórios, não será possível executá-la sozinho, na solidão. Necessitamos convocar diversas pessoas das escolas, das universidades, da academia, das comunidades, das organizações sindicais, das organizações não governamentais e das organizações políticas. Essa convocação deve ser concretizada em sólidas propostas de políticas educacionais ajustadas, e não em competências individuais, proporcionando, assim, a construção, impulsionando utopias e vislumbrando os sonhos.

Assim sendo, o **primeiro artigo** dessa obra investiga as atividades educativas de ensino, pesquisa e extensão, realizadas no Instituto Federal do Espírito Santo, na perspectiva da Agenda 2030, identificando 118 atividades relacionadas as atividades educativas; o **segundo artigo** discute como o caminho da sustentabilidade é considerado o futuro para as corporações e projetos e de que forma os ODS podem contribuir, trazendo reflexões de como a sustentabilidade por meio dos ODS em projetos configura-se como um excelente recurso para implementação social; o **terceiro artigo** traz a experiência de implantação dos ODS em uma Instituição de Ensino Superior, mais especificamente o ODS 2, descrevendo a relação do direito humano à alimentação digna e adequada, e o uso de agrotóxicos; o **quarto artigo** discute resultados obtidos por pesquisas realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com relação ao funcionamento dos geoparques como um mecanismo do cumprimento dos ODS e de promoção de sustentabilidade com os diferentes atores presentes em um território, apresentando a necessidade da inclusão da



conservação da geodiversidade nos ODS; o **quinto artigo** debate o desperdício de alimentos em restaurantes universitários, ODS 12, mais especificamente a meta 12.3, que estabelece a necessidade de reduzir pela metade o desperdício de alimentos ao longo de toda a cadeia de produção e abastecimento. O estudo aponta que os restaurantes universitários são espaços estratégicos de promoção de ações para combate ao desperdício de alimentos, uma vez que possui participação integrada entre gestores e consumidores do meio acadêmico; o **sexto artigo** é fruto de um Projeto de Pré Iniciação Científica (Pré-IC), denominado “Olhar direto dos saberes: mapeamento dos ODS locais na região do Butantã SP (ODS 4)” e teve como objetivo analisar como as escolas públicas de ensino fundamental contribuem com a Agenda 2030, mapeando iniciativas locais relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 4 (educação de qualidade); o **sétimo artigo** analisa como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE -, executam os ODS em alguns municípios, de Paranhana Encosta da Serra/RS. O estudo destaca que as propostas sugeridas são viáveis e necessárias tanto para o atingimento dos ODS até 2030, como para a própria necessidade de sensibilização em prol da mudança coletiva; o **oitavo artigo** tem como objetivo destacar a relação dos conteúdos trabalhados em sala de aula com os ODS, e assim, despertar nos jovens os valores, ideias de preservação da natureza, senso de responsabilidade para com as gerações futuras, promovendo a construção de atitudes para a preservação do meio ambiente e a cidadania; o **nono artigo** nasce de um projeto do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem como foco combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio da prevenção primária. O projeto aconteceu em unidades escolares públicas do ensino infantil e fundamental, por meio do trabalho do serviço social com grupos, tendo sido guiado pelas metas do ODS 5, potencializando a participação da família, em especial, as mulheres, sobre as questões relativas à problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes.



Como podemos perceber, existem inúmeras possibilidades de ação frente aos ODS e, parece que é justamente quando nos debruçamos sobre eles, que renovamos as possibilidades.

Considerando as reflexões e as informações aqui explicitadas, foi com profunda satisfação que recebi a incumbência de prefaciар este livro, organizado pelas pesquisadoras Jéssica e Paula, que traz a público os estudos realizados por diversos autores distribuídos localidades do território brasileiro.

A leitura desta obra nos permite um mergulho em questões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável principalmente no viés da Agenda 2030. Esses temas estão amparados por marcos legais nacionais e internacionais, o que torna, portanto, imprescindível ao leitor.

Boa Leitura!

São Paulo, 05, de dezembro de 2021.

ATIVIDADES EDUCATIVAS À LUZ DA AGENDA 2030 NUM CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Renata Cogo Clipes¹

Elaine Cristina Gomes da Silva²

Marcelo Augusto Soares Gomes³

Edilércio Lacerda Rodrigues Junior⁴

Evellyn Rodrigues⁵

Felipe Pereira Aguiar Cunha de Almeida⁶

Rogério Almeida da Silva⁷

Vivian Beatriz dos Santos⁸

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou em 2015 a Agenda 2030, um plano de ação global constituído por um conjunto de 169 Metas, distribuídas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa Agenda é um instrumento norteador para as

¹Doutora em Produção Animal. lattes.cnpq.br/8862720473492635. orcid.org/0000-0002-6002-8502. rclipes@ifes.edu.br

²Doutora em Ciência florestal. lattes.cnpq.br/1675286065721578. orcid.org/0000-0003-4214-2042. elaine.g.silva@ufes.br

³Graduando em Ciência da Computação, Ufes. lattes.cnpq.br/6639174340362536. orcid.org/0000-0002-8395-834X. marcelo_augusto.soares@hotmail.com


⁴Discente do Curso Técnico em agropecuária, Ifes. lattes.cnpq.br/8184015835882292. orcid.org/0000-0002-9361-6802. junior.lacerda.za@gmail.com

⁵Discente do Curso Técnico em agropecuária, Ifes. lattes.cnpq.br/7420444215174665. orcid.org/0000-0003-1962-7519. evellynrodrigues70@hotmail.com

⁶Discente do Curso Técnico em agropecuária, Ifes. lattes.cnpq.br/0308686783521704. orcid.org/0000-0001-8848-7017. pfelipe1103@yahoo.com

⁷Discente do Curso Técnico em agropecuária, Ifes. lattes.cnpq.br/4015258248827242. orcid.org/0000-0001-5380-0747. almeidarogério885@gmail.com

⁸Discente do Curso Técnico em agropecuária, Ifes. lattes.cnpq.br/3024106374166456. orcid.org/0000-0001-7714-7068. vivianbeatriz0130@gmail.com



ações dos países membros com propostas para o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. O documento abrange temáticas diversificadas que encorajam e apoiam ações em áreas vitais para a humanidade, tais como: planeta, por meio da proteção dos recursos naturais e o clima para todas as gerações; pessoas, através da erradicação da pobreza, fome e a redução das desigualdades; prosperidade, mediante a garantia de vida prósperas, plenas e em harmonia com a natureza; paz, por intermédio da promoção de sociedade pacíficas, justas e inclusivas; e por meio das parcerias globais sólidas. De acordo com Beluzzo (2018, p. 20):

A Agenda 2030 destaca, dentre os principais compromissos, aquele que se apoia no pressuposto de que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Nesta perspectiva, é necessário que o Brasil e os outros 192 países que fazem parte desse acordo, adaptem as metas dos 17 ODS de acordo com a própria realidade. O plano de ação global foi elaborado em nível mundial e com uma linguagem universal, mas cada país possui seus desafios particulares, o que se torna imprescindível para a territorialização dos ODS. Assim, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) adaptou as metas à realidade brasileira, destacando que

[...] na Federação brasileira, os compromissos com os ODS e com a implementação das políticas públicas requeridas para o seu alcance precisam ser assumidos e implementados nas suas três esferas: União, estados e municípios. É necessário, portanto, adaptar as metas de tal forma que os entes federados se sintam



contemplados nas prioridades nacionais (IPEA, 2018, p. 13).

Além disso, é importante destacar que a implantação dos ODS e suas metas, não devem se restringir somente a elaboração de políticas públicas governamentais ou conduta de empresas privadas, é necessário firmar parcerias e ações coletivas entre todas as instituições, sobretudo da sociedade. Nesse contexto, destaca-se que as instituições de ensino têm um papel fundamental na promoção dos ODS, pois à medida que desempenham o ofício de formadoras de profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável, também podem criar modelos e experiências práticas que sirvam de molde para as políticas públicas.

Uma das formas de despertar nos cidadãos a importância do desenvolvimento sustentável é por meio da educação. Contudo, para saber se atividades relacionadas à educação contribuem de fato para o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário investigá-las à luz de parâmetros do tripé da sustentabilidade, constituído pelas dimensões ambiental, econômica e social.

A escola, como fonte de desenvolvimento humano, social e educacional, deve assumir o seu papel na transformação do meio ambiente e considerar enquanto forma de atuação a consolidação da gestão participativa (BRITO; CUNHA; SILVERES, 2018).

Assim, este trabalho, que é fruto de um projeto de iniciação científica, investigou as atividades educativas de ensino, pesquisa e extensão, realizadas no Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Alegre, na perspectiva da Agenda 2030.

MATERIAL E MÉTODOS

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

De acordo com a Lei nº 11.892/2008 os Institutos Federais são Instituições de Educação Superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (MACEDO, 2015).

Conforme Silva (2009), os Institutos Federais representam uma matriz institucional, considerada revolucionária na educação brasileira, visando permitir abrigar no mesmo ambiente educacional diferentes níveis e modalidades de ensino, e também, por sua estrutura multicampi, que viabilizou um processo intenso de expansão. Seu foco é a promoção da justiça social, da equidade e do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social.

O IFES, Campus de Alegre, tem uma área de aproximadamente 300 hectares de extensão e 23,5 hectares de área construída que atende a realização de aulas, pesquisas e laboratórios vivos (bovinocultura, suinocultura, aviário, aquicultura, olericultura, ovinocultura, entre outros).

O Campus possui 186 servidores (professores e técnicos administrativos) e cerca de 1.250 alunos, entre cursos técnicos, graduação e pós-graduação, ofertando os cursos (IFES, 2021):

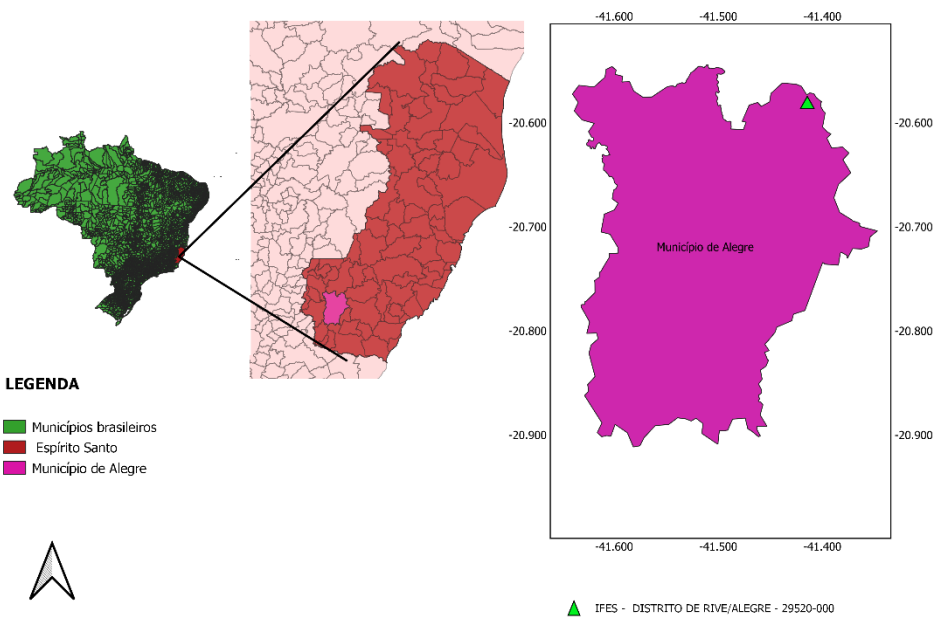
a) Cursos Técnicos: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática.

b) Cursos de Graduação: Engenharia de Aquicultura, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Cafeicultura, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas;

c) Pós-graduação: Especialização em Agroecologia e Sustentabilidade e Mestrado Profissional em Agroecologia.

O Campus atende a estudantes oriundos de diferentes municípios e estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, do Espírito Santo. A Figura 1 apresenta a localização do Campus de Alegre.

Figura 1 - Localização geográfica do IFES Campus de Alegre



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

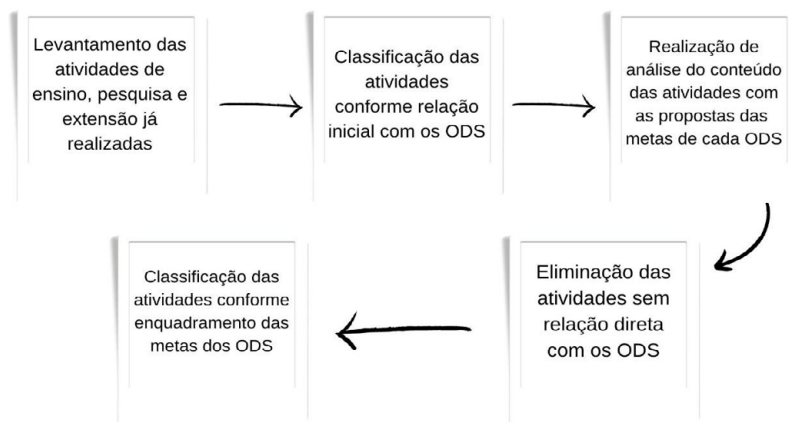
Também sedia o Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica (PEAMA) há quase três décadas em uma área de 377ha, sendo 70ha referente à Reserva Florestal. Desenvolve atividades destinadas aos professores e alunos da rede de ensino federal, estadual e municipal, proprietários rurais e comunidade em geral no que se

refere, principalmente, à recuperação de matas às margens do Rio Itapemirim (mata ciliar), educação ambiental, produção de mudas nativas, exóticas e ornamentais, manutenção e recuperação de matas junto às nascentes (proteção de nascentes), regeneração de capoeiras e áreas degradadas, entre outras (PEAMA, 2015).


Identificação das atividades

Os dados levantados dizem respeito aos projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados no IFES, Campus de Alegre, entre os anos de 2017 a 2020 (período após a implantação da Agenda 2030), e foram obtidos por meio dos setores competentes do IFES. Para a classificação dos projetos quanto ao seu enquadramento nos ODS e suas respectivas metas, seguiu-se a proposta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2018). A Figura 2 demonstra o esquema metodológico utilizado para a identificação das atividades.

Figura 2 - Metodologia de identificação das atividades



Fonte: elaborado pelos autores (2021).



Os dados foram tabulados e analisados utilizando-se estatística descritiva. Por fim, sugeriu-se a adoção das competências gerais propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os demais níveis de ensino (BRASIL, 2021), como estímulo para a integralização da Agenda 2030 nas instituições de ensino.

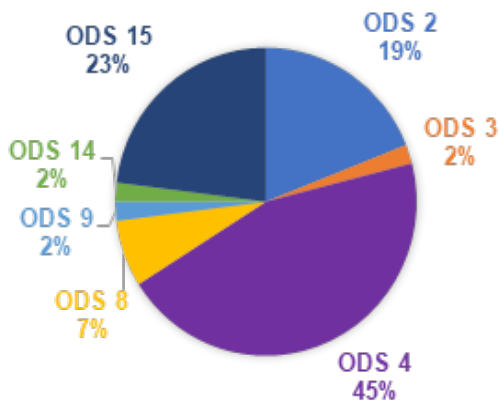
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Projetos de Extensão

Foram identificados 47 projetos de extensão relacionados às metas dos ODS. A Figura 3 apresenta os ODS que tiveram representatividade nos projetos de extensão realizados entre o período de 2017 a 2020.

O ODS 4, que teve maior número de projetos, objetiva assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Em seguida, destaca-se o ODS 15, que se preocupa em proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

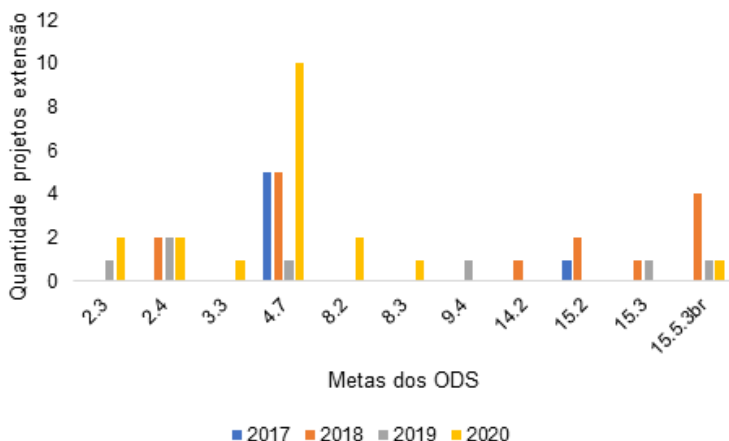
Figura 3 - ODS contemplados nos projetos de extensão




Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Outro de destaque foi o ODS 2, sobre acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. A Figura 4 demonstra como foi a distribuição dos projetos de extensão conforme a relação com as metas de cada ODS.

Figura 4 - Distribuição de projetos de extensão conforme meta



Fonte: elaborado pelos autores (2021).



A meta com maior número de projetos foi a 4.7 (garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável). Tal meta é de suma importância, visto que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definiram como uma de suas áreas estratégicas a Educação para a Cidadania Global (ECG), à luz da meta 4.7 do ODS 4. Desse modo, foi estimulado aos países membros garantir que todos os alunos adquiram habilidades, atitudes e comportamentos que promovam a reconstrução das sociedades em um mundo mais pacífico e sustentável (DIOGENES; VALOYES; EUZEBIO, 2020).

As demais metas que se destacaram com mais projetos foram: meta 2.3 (até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos); 2.4 (garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade); e meta 15.5.3br (meta totalmente brasileira: até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética). Embora essa meta tenha sido estabelecida até o ano de 2020, não há indicações de que ela fora alcançada.

As três metas com mais projetos, apresentam perfil interdisciplinar e possuem relação com os cursos ofertados pelo IFES, principalmente a pós-graduação. A esse respeito, a Sustainable Development Solutions Network Austrália/Pacific (SDSN, 2017) afirma que a Agenda 2030 permite que programas e projetos sejam pensados transversalmente, aproveitando-se as sinergias entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

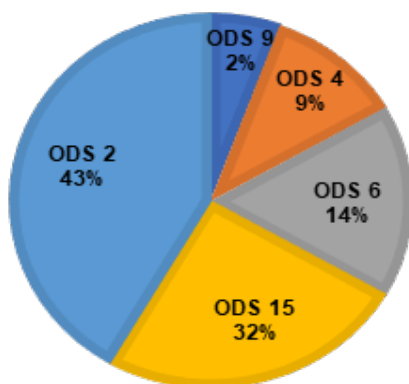
A realização de projetos de extensão em diferentes temáticas acerca dos ODS corrobora para o engajamento dos estudantes e da comunidade local a ser envolvida no processo de construção dos

saberes acerca do desenvolvimento sustentável. Por isso, é importante que as instituições de ensino promovam atividades interdisciplinares focadas nos propósitos das metas, contribuindo, assim, com o alcance dos ODS.

Projetos de Pesquisa

A Figura 5 demonstra os ODS que tiveram projetos de pesquisa contemplados.

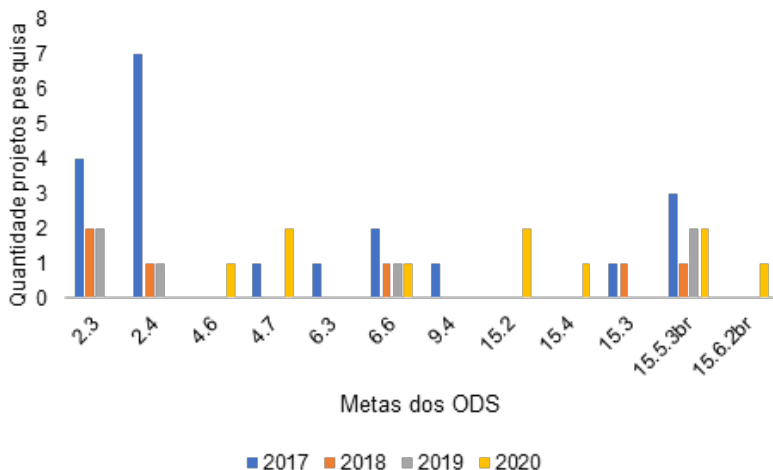
Figura 5 - ODS contemplados nos projetos de pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Foram identificados 44 projetos de pesquisa entre os anos de 2017 a 2020, a grande maioria relacionados aos ODS 2, ODS 15 e ODS 6, respectivamente. A Figura 6 apresenta a distribuição dos projetos de pesquisa de acordo com as metas dos ODS, conforme o período investigado.

Figura 6 - Distribuição de projetos de pesquisa conforme meta



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

As metas que tiveram mais projetos de pesquisa foram: as metas 2.3 e 2.4; meta 15.5.3br (até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana) e meta 6.6, respectivamente. Observou-se que as áreas dos projetos de pesquisa realizados, assim como os projetos de extensão, estão diretamente relacionadas aos cursos de especialização e mestrado ofertados no IFES, cujas áreas de desenvolvimento são agroecologia e meio ambiente. De acordo com SDSN (2017), a pesquisa é considerada a base para compreender os desafios, localizar a agenda dos ODS, desenvolver soluções, identificar e avaliar opções e vias, apoio à implementação operacional dos ODS.

Projetos de Ensino

Foram identificados 27 projetos de ensino entre os anos de 2018 a 2020, dos quais 22 foram classificados nos ODS. Sublinha-se que não foram informados os projetos relativos ao ano de 2017. Desse total, 5 projetos estavam relacionados à meta 4.6 (até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática) e 17 projetos relacionados à meta 4.7 (até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável).


Conforme Bruralli *et al.* (2018), o sucesso dos ODS gira em torno da realização da meta educacional, uma vez que as metas educacionais não estão apenas direcionadas a um objetivo isolado, mas também aparecem em metas de outros ODS.

AGENDA 2030 NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na Educação Básica, assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC reconhece que “a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2021, p. 8), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030.

A BNCC aponta 10 competências gerais que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.



Tais competências demonstram estreita ligação com alguns ODS, podendo ser desenvolvidas, também, no ensino fundamental, médio, técnico e até superior, a saber:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade (ODS 4).

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade (ODS 4).

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural (ODS 4).

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações (ODS 4).

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) (ODS 9).

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais (ODS 4).

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável (ODS 12 e ODS 16).

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros (ODS 3).

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e

aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais (ODS 17).

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (ODS 16 e ODS17).

Na adoção dessas competências nas instituições de ensino, a educação firma valores e estimula ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e voltada para a preservação do meio ambiente, contribuindo, conseqüentemente, com o avanço da Agenda 2030.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFES, Campus de Alegre, realizou um total de 118 atividades entre projetos de ensino, pesquisa e extensão, classificados nos ODS e suas respectivas metas no período investigado. Por ser uma instituição de ensino, a grande parte desses projetos estava relacionada ao ODS 4, que visa garantir educação de qualidade para todos.

Os demais ODS que apresentaram maior abrangência nos projetos foram os ODS 2 e ODS 15, cujos projetos estavam relacionados às áreas dos cursos ofertados no ensino técnico, na graduação e na pós-graduação. Especialmente nos projetos de pesquisa e extensão, notou-se o envolvimento de professores, de estudantes e da comunidade local.

Por fim, este estudo encoraja outros professores e estudantes a elaborarem projetos relacionados aos ODS, visto a importante contribuição desses projetos nas habilidades dos estudantes e no seu envolvimento com o desenvolvimento sustentável, na perspectiva da Agenda 2030.

AGRADECIMENTOS:

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)
Instituto Federal do Espírito Santo, Campus de Alegre.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v.4, n. 1, p. 15-24, jan./jun, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRITO, R. O.; CUNHA, C.; SILVERES, C. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE. **Ciência e Educação**. Bauru, v. 24, n. 2, p. 395-410, abr/jun, 2018.

BURALLI, R. J.; CANELAS, T.; CARVALHO, L. ; DUIM, E.; FONSECA, M.; OLIVER, S. L.; CLEMENTE, N. S. Moving towards the Sustainable Development Goals: the UNLEASH Innovation Lab experience. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.7, 2018, 20 p.

DIOGENES, C. G.; VALOYES, A. Y.V.; EUZÉBIO, V. Implementación de la competencia 10 de la Base Nacional Común Curricular en Brasil: un análisis desde el concepto de Ciudadanía Global de la Agenda 2030. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v. 101, n. 259, set./dez, 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2018, 538 p.

Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. Sobre o Campus. Disponível em: < <https://alegre.ifes.edu.br/index.php/sobre-o-campus>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MACEDO, C. R. **PROEJA: análise das percepções de professores quanto às práticas educacionais na perspectiva da inclusão social**. 2015. 113 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

PÓLO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA MATA ATLÂNTICA - PEAMA. **Campus de Alegre**. Disponível em: <<<https://peamaifes.wixsite.com/peama>&&>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

Sustainable Development Solutions Network Australia/Pacific (SDSN). **Getting started with the SDGs in universities: A guide for universities, higher education institutions, and the academic sector**. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, Melbourne, 2017, 52 p.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. 1. ed. Natal: Editora IFRN, 2009, 70 p.

PRÁTICAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL DO MESTRADO PROFISSIONAL EM DESIGN DA UNIVILLE

Ghiullyan L. Pereira⁹

Ghianny L. Pereira¹⁰

Marli Everling¹¹

Luiz Melo Romão¹²

INTRODUÇÃO


Este artigo apresenta parte do trabalho acadêmico das pesquisadoras e a aplicabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incorporados ao projeto das mestrandas. A pesquisadora Ghiullyan Lopes Pereira está desenvolvendo um modelo de negócio de impacto socioambiental e, por conseguinte, Ghianny Lopes Pereira propõe uma intervenção advocacy para auxiliar no desenvolvimento e autonomia de mulheres negras, pesquisas estas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade da Região de Joinville (PPGDesign da Univille). A proposição do programa estimula o desenvolvimento científico e profissional de acadêmicos através de metodologias do design para a solução de problemas e desafios reais, os quais venham impactar positivamente a humanidade e o meio ambiente.

⁹Mestranda em Design - Lattes: 5113557805835781 - OrCid: 0000-0003-4673-2509 - ghiullyan@gmail.com

¹⁰Mestranda em Design - Lattes: 1444759658697953 - OrCid: 0000-0002-4934-0271 - ghylopes1@gmail.com

¹¹ Pós-doutoranda em Filosofia - Lattes: 4689296432125391 - 0000-0002-1310-9502 - marli.everling@gmail.com

¹² Doutor em Informática - Lattes: 9815721279098341 - OrCid: 0000-0002-1127-9858 - luiz.melo@univille.br




A Univille como signatária do Movimento Nacional ODS, destaca entre seus compromissos, disseminar uma sensibilização para que seja possível alcançar as metas e objetivos da Agenda 2030. Na universidade, por meio da pós-graduação *stricto sensu*, todos os trabalhos de conclusão de curso precisam estar conectados com algum dos objetivos. Dessa forma, além do acadêmico poder contribuir significativamente com a comunidade acadêmica, também se torna um disseminador deste conhecimento, seja na sua vida profissional e pessoal.

Foi em 2020, dentro do PPGDesign, na disciplina de Sustentabilidade no Projeto, que as pesquisadoras tiveram contato direto com os ODS. A identificação com a temática foi imediata e a partir daí começaram às produções: podcast, artigos e em breve workshop, estratégias estas para tornar ainda mais amplo o acesso de outras pessoas a este conhecimento e, assim descobrir alternativas inteligentes e integrativas para incorporar os ODS em práticas conscientes na rotina diária e em seus projetos profissionais. Para tanto, as pesquisadoras buscam entrelaçar suas inquietudes e indignações relacionadas ao contexto socioambiental com reflexões que abordam o design, o desenvolvimento sustentável (considerando as dimensões sociais, ambientais e econômicas) para a construção de um mundo melhor.

O artigo fundamenta discussões da dissertação individual das mestrandas e tem como objetivo elucidar, porque o caminho da sustentabilidade é considerado o futuro para corporações e projetos das mais diversas áreas de atuação, que projetam crescimento e, mais, de que forma os ODS podem contribuir.

A pesquisa é de natureza aplicada, abordagem qualitativa, do tipo exploratória em processo investigativo científico e levantamento bibliográfico. Para compreender como foram elaboradas as etapas, observa-se um panorama sobre o cenário contemporâneo, o alinhamento de negócios sustentáveis aos ODS e aos fatores



Ambiental, Social e Governança (tradução de *Environmental, Social and Governance* cujo acrônimo é ESG).


A revisão literária, baseou-se em uma minuciosa pesquisa para abordar referências não só atuais, mas realmente relevantes e comprometidas com um propósito maior, a construção de negócios sustentáveis e de impacto socioambiental.

Negócios Sustentáveis de Impacto alinhados aos ODS

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram definidos a partir da relevante experiência da ONU para impulsionar a ampliação do capitalismo consciente, alcançando assim uma sociedade mais equilibrada e sustentável a nível global, com melhores oportunidades, mais infraestrutura e acesso à sociedade em geral, conforme o Pacto Global Rede Brasil. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2021), o Brasil com todas as dificuldades e desigualdades está ocupando a 61ª posição das 193 nações que se comprometeram e estão cumprindo os ODS, alcançando assim 71,34 pontos na classificação.

Seguindo uma visão mais sistêmica de Capra (2014), vivemos em um verdadeiro paradigma social que envolve valores, conceitos e práticas que estão interligadas. O desenvolvimento sustentável poderá ocorrer através de soluções sistêmicas emergenciais, projetando uma estrutura ampliada de cooperação e otimização de processos para o crescimento. O intuito da visão sistêmica é formar um pensar sistemicamente projetado para um futuro mais consciente, visto a necessidade e responsabilidade junto à coexistência de um futuro sustentável e praticabilidade dos ODS.


Infelizmente, tem se observado um declínio no crescimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A pandemia da covid-19, afetou diretamente os 3 patamares de desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental. Em países em desenvolvimento



como o Brasil, a perspectiva de crescimento ficou ainda mais crítica nesse período por carecer de condições básicas, por exemplo, em decorrência das falhas nos planos emergenciais de enfrentamento e combate à pandemia. Neste momento é necessário sobrepor o pensamento multilateral, com ações coletivas e individuais, pois a pandemia agravou muitos problemas reais como acesso à saúde pública, infraestrutura e acessibilidade, confirmando que esses desafios precisam ser defrontados (*SUSTAINABLE DEVELOPMENT REPORT, 2021*).

O cenário de desenvolvimento sustentável é desafiador, requer novas alternativas para responder os problemas sociais e, ao promover uma conexão com o PPGDesign a partir de Moraes (2010), entende-se que o design também pode assumir a configuração como importante ferramenta de estratégia, geração de resultados, mudança, impacto e impulsionamento frente às transformações. Nesta nova era de raciocínios colaborativos e empreendedorismo social, umas das tendências é espaço para abordagens econômicas sociais; nesse nicho, o design pode ser mais inovador e sustentável, contribuindo com o enfrentamento de problemas.


De acordo com Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), organização responsável pela criação do guia para CEOs sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a intenção é engajar novos atores e líderes; os ODS apresentam perspectivas de necessidades emergenciais para o avanço em escala mundial, que devem ser seguidas para atingir um crescimento mais equilibrado a nível global até 2030. Percebe-se que os ODS não serão alcançados sem a colaboração e o apoio do mundo empresarial; as metas propostas podem ser convertidas em soluções empresariais, transformando empresas em coautoras para expansão sustentável. Nestes termos, modelos de negócios sustentáveis com soluções para os objetivos entram como uma oportunidade em meio à crise, um mercado que movimenta mais de 12 bilhões de dólares por ano, em 2019 (WBCSD, 2019).



Considerando esse cenário empresarial, conforme Melo Neto e Froes (2001), o empreendedorismo social surge como a formulação de um novo modelo de negócio social com atuação colaborativa entre comunidade, governo, setor privado e estratégias de impacto. Por conseguinte, manifesta-se com uma visão mais organizada frente aos problemas socioambientais, despontando novos modelos sustentáveis, democráticos, equitativos e que tem como objetivo priorizar as pessoas, a natureza, o coletivo, o próprio planeta (PIPE SOCIAL, 2019).

O termo empreendedorismo social assume a função e a responsabilidade de intervir em problemas sociais no cenário, possibilitando mudanças necessárias para a sociedade (NICHOLLS, 2006). O ponto de vista de Schumpeter (1984) enaltece a dinâmica do empreendedor, por se tratar de uma visão inovadora e conseguir romper as barreiras do empresário tradicional. Empreendedorismo social e negócios de impacto constituem-se em possibilidades de mercado dirigidas pelo propósito de quebrar a competitividade e o foco exclusivo das empresas privadas, para conquistar unicamente o capital e o lucro, abrindo arestas para conscientização e responsabilidade social, associando soluções com impactos e retorno gerados concomitantemente (PNUD, 2015).

Como cita Bourdieu (1984), a evolução da sociedade faz emergir novos campos; em paralelo o campo dos negócios sociais faz parte de um processo intercambiável entre design, economia, sociologia e estas relações sociais promovem a integração das pessoas no processo e o senso de pertencimento. Manzini (2008) define inovação social como mudança de perspectiva e ação de ampliação do pensamento dos indivíduos para criar oportunidades e solucionar os problemas. O design, enquanto ferramenta criativa e eficiente, estabelece estas diretrizes de soluções e de estruturação. O designer pode auxiliar abundantemente por meio da sua capacidade criativa, multidisciplinar e metodológica, sendo suscetível às tendências e soluções de problemas sociais (NIEMEYER, 2014).




Com a aplicação dos ODS almeja-se melhoria das oportunidades, estimulando que o ser humano consiga alcançar a liberdade por meio de um crescimento mais favorável, com qualidade de vida e renda, em uma abordagem integrativa de desenvolvimento, com viabilidades sociais mais igualitárias e justas, promovendo autonomia, inclusão e diversidade (SEN, 2000). Além disso, estimula-se “mudanças no modo como indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades” (MANZINI, 2008, p. 61). Por conseguinte, neste contexto de aplicação de práticas ODS em projetos e também em negócios de impacto socioambiental, faz-se necessário uma reflexão maior sobre a temática do desenvolvimento sustentável, inovação social e o Environmental, Social and Governance (ESG) ou Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG) em português.

Desenvolvimento Sustentável, ESG e inovação social

Abordar o desenvolvimento sustentável e a inovação social no projeto, requer compreender um pouco melhor a sustentabilidade, sendo assim, é preponderante esclarecer quais são as suas dimensões. O Desenvolvimento Sustentável divide-se nas seguintes dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica e social. E assim, os desafios pelo equilíbrio das três nos traz uma reflexão sobre condições favoráveis para que sejam administradas concomitantemente (MAIA; PIRES, 2011).

Um outro estudo de grande contribuição para a ciência é o do economista polonês, naturalizado francês Ignacy Sachs, o autor argumenta 8 dimensões para o caminho do desenvolvimento sustentável. Sachs apoia um movimento conjunto para aproximar academia e sociedade, o que é extremamente relevante para tornarmos o mundo mais sustentável e essa associação está muito alinhada com os ODS. Sachs (2002) acredita no crescimento, sem prejudicar o meio ambiente e a diversidade.



Por conseguinte, a ascensão de uma sociedade engloba áreas como a sustentabilidade social, a qual contempla uma dimensão de fatores, como: equidade, redução das desigualdades, distribuição de renda, políticas públicas justas e inclusivas garantindo os direitos básicos, para então promover melhor qualidade de vida à população. Da mesma maneira, a sustentabilidade cultural, elucida a importância da diversidade, da inclusão, do resgate dos valores e costumes, do conhecimento, da história, de quem sofreu e sofre a opressão sendo invisibilizado (SCHIAVO; MOREIRA, 2004).

Seria o início de uma nova economia ou já a estamos vivenciando? Pois, já é possível observar mudanças reais acontecendo. A nova economia diz mais sobre uma nova mentalidade, o lucro passa a ser compartilhado com foco no coletivo. Esta nova mentalidade também traz responsabilidades e o poder público deixa de ser a tábua de salvação da humanidade; a mobilização é de todos para o todo, em que a iniciativa privada também assume o seu compromisso com o incremento do entorno, e é aí que a sua rentabilidade pode passar a gerar mudanças significativas ao propor e se envolver com a solução aos desafios da comunidade, a isso chamamos de inovação social (COHEN, 2018). Como diz o sociólogo alemão Ulrich Beck: “Pensar globalmente, agir localmente” (CRUZ; BODNAR; XAVIER, 2019).

O capitalismo, tal como está configurado, tornou-se insustentável e a transformação clama por ações simples, inclusivas, assertivas e aplicáveis à ideia de unir propósito, gerar sustentabilidade financeira e impacto socioambiental simultaneamente. Ainda, segundo Cohen (2018), mensurar o impacto e aliar ao cumprimento de metas sociais vai de encontro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A partir desta perspectiva, para conter o nível de degradação ambiental e diminuir o abismo social, a sustentabilidade é um caminho de solução não meramente como um movimento ou campanha, mas como uma consciência que se expande (FEIL; SCHREIBER, 2017).




Nessa mesma retórica, aparece o ESG ou ainda ASG. Na análise, de acordo com o Pacto Global (S/D), é um índice que avalia empresas de capital aberto dentro dos três pilares: o Meio Ambiente, o Social e a Governança, embora a maior parte ainda não mensure o impacto que as mesmas geram, diante de tais comportamentos. Aos poucos a sustentabilidade passa a ser vista como ponto fundamental dentro de organizações globais, preocupadas com o futuro do planeta e consequentemente das atuais e futuras gerações. Este índice serve de referência para investidores, porque são bons indicadores que vão além do potencial econômico de companhias (COSTA; FERREZIN, 2021).

O que para muitos ainda parece ser diferencial, um outro estudo publicado na Revista Veja (2021), diz ser a curto prazo uma exigência essencial não só do mercado financeiro. Os valores mudaram, o próprio consumidor já cobra uma postura de responsabilidade socioambiental das grandes organizações e marcas.

O consultor inglês John Elkington, considerado o pai do ESG, talvez não imaginasse que lá em 1994, após escrever um relevante artigo, daria início a uma grande revolução sustentável corporativa, a qual o Brasil sente seus efeitos e reflexos na última década e, mais intensamente, desde o início da pandemia.

De forma semelhante, outro estudo bem recente do Pacto Global em parceria com a Stilingue para a evolução do ESG no Brasil (2021), traz para reflexão, do quanto ações de aplicabilidade destas práticas, são na verdade, uma busca pelo propósito em que necessita de uma visão mais holística, humanizada e consciente do todo. Esse melhor desempenho Ambiental, Social e de Governança consequentemente reflete em melhores resultados financeiros. Com isso, entende-se que propósito e lucro estão intrinsecamente conectados. Sob o mesmo ponto de vista, organizações que seguem essa conscientização junto de seus *stakeholders*, ganham maior reconhecimento e valor agregado.

O conceito ESG foi estabelecido em 2004, através do documento intitulado *Who Cares Wins* criado pelo Pacto Global da ONU e o




Banco Mundial; naquela oportunidade as cinquenta principais instituições financeiras do mundo foram desafiadas a analisar, de que forma poderiam incorporar tais ações onde a instrução tem como determinação diminuir os impactos negativos e maximizar os positivos.

Muitos chegam a confundir os conceitos de ESG com ODS, mesmo com certa relação são movimentos paralelos, porém ambos têm a sustentabilidade, o coletivo e o planeta em suas pautas. Para a Ernest Young (2021), as corporações dos mais diversos setores, independentes do seu grau de maturidade nesta agenda, precisam estar alinhadas às métricas dos ODS e ESG, para que sejam alcançadas em ação conjunta, melhores resultados, considerando ser essencial para o futuro das empresas.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Avanços e Desafios (2018), foi em 2015, durante a 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que se estabeleceu o pacto com a formação de 17 ODS contendo 169 metas, os quais contemplam um acordo global, denominada Agenda 2030, amparada em 5 pilares: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias, e mesmo diante de tantos desafios, se propõem alcançar um mundo melhor para se viver, de forma mais justa, próspera e sustentável.

Ezio Manzini, professor e pesquisador italiano, grande referência mundial na área do design para inovação social e a sustentabilidade (OLIVEIRA, 2018), alerta que é preciso ter toda a sociedade engajada em prol do desenvolvimento sustentável, desde as empresas mais industrializadas até as não industrializadas; o trabalho é coletivo para a descontinuidade sistêmica. É preciso pensar em novas alternativas e soluções, a sociedade está prestes a viver uma estrutura diferente desta, a qual tivemos contato até o momento (MANZINI, 2008).

Schwab (2016), considerado o pai da transformação digital e fundador do Fórum Econômico Mundial diz este ser o tempo de




criar novas oportunidades econômicas, modelos compartilhados de colaboração e estratégias mais assertivas, um momento fundamental também para o empreendedorismo, assim como para capacitação de pessoas, de forma que essas pessoas possam ser as agentes da transformação para um mundo mais eficiente e inovador.

As discussões mencionadas repercutem de forma promissora e ativista na construção dos projetos das pesquisadoras e na aplicabilidade em negócios sustentáveis. O projeto da mestranda Ghiullyan Lopes Pereira se adequa com o desdobramento de um modelo de negócio de impacto socioambiental que emprega o conhecimento acadêmico para a prática no mercado de trabalho, ocupando-se de ferramentas do design, do empreendedorismo social e de impacto para possibilitar transformação; a proposta se alinha às diretrizes dos ODS 10 - com a redução das desigualdades sociais; ODS 12 - promovendo uma sociedade com práticas sustentáveis; e, também, o ODS 17 - no qual contempla parcerias público-privadas e com a sociedade civil, mais eficientes e colaborativas, tentando promover uma conexão entre os protagonistas para viabilizar a execução de projetos socioambientais. Uma oportunidade de negócio que se estrutura com as práticas de desenvolvimento sustentável em uma mentalidade sistêmica.

Já o projeto da mestranda Ghianny Lopes Pereira, um estudo interdisciplinar que aborda conceitos do design, do advocacy e da sustentabilidade, busca propor por meio de interferências sociais relacionadas a políticas públicas uma possível forma de empoderamento, desenvolvimento e autonomia do público feminino negro. Os ODS vinculados a esta proposta são o ODS 5 - Igualdade de Gênero, ODS 10 - Redução das Desigualdades e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Entre as intelectuais negras que contemplam o estudo, a filósofa e feminista negra, Djamila Ribeiro (2018), afirma que não basta não ser racista é preciso ser antirracista, diante deste aprendizado torna-




se fundamental para a pesquisadora ir além do discurso, a pesquisa visa ações de inclusão social de mulheres negras em ambientes de poder, para que ocupem posições de liderança na educação e na política. Tais discussões incorporadas aos ODS, 5, 10 e 16 garantem ainda mais consistência e fundamentação na proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um país de imenso potencial humano e de grandes riquezas, nos referimos aqui às naturais, mas a grande massa se envaidece pela ignorância do egocentrismo. A pauta verde tem como eixo a sustentabilidade e nunca será um debate ultrapassado, visto os grandes desafios globais a serem superados. Este é um tema que diz respeito a todas as vidas presentes no planeta e as futuras gerações. Não há como fechar os olhos para situações desumanas as quais vem repercutindo nas desigualdades, desastres ambientais, entre tantas outras questões sociais. Mas, onde tem caos, tem potencial de transformação, no entanto esse processo não é tão simples, é complexo, mas é possível.

Uma economia focada apenas no lucro, no acúmulo de riqueza e na produção do quanto mais melhor, é inviável. A transformação sistêmica pede uma nova mentalidade, de forma mais consciente e humanizada, conseqüentemente o despertar da sustentabilidade necessita contemplar também as práticas financeiras. Os ODS propõem um desenvolvimento sustentável, considerando 17 objetivos e 169 metas, dentre estes pilares: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. Estes compromissos aplicados podem auxiliar para uma nova configuração do planeta, da educação e dos negócios, começando por cada um de nós, do micro para o macro.

Aliado aos ODS, o ESG tem causado curiosidade e dúvidas, principalmente de CEOs e, em contrapartida, ganha cada vez mais adeptos, este índice amplia a visão de propósito de corporações e



ainda assim garante melhor rentabilidade, do mesmo modo que o reconhecimento para empresas que adotam e semeiam essa nova consciência.

As universidades, escolas e centros educacionais também necessitam de uma gestão mais responsável, bem como processos metodológicos e pedagógicos ancorados junto à Agenda 2030. A Univille tem como pilares, o tripé que contempla: ensino, pesquisa e extensão, assim como signatária dos ODS, é comprometida com práticas de estímulo ao empreendedorismo e ao incentivo para criação de novos negócios sustentáveis, como acontece através do Mestrado Profissional em Design.

Sensibilizar a sociedade, investir na comunicação, aproximar os players: escolas, universidades, iniciativa privada, marcas, a mídia, o terceiro setor, os governos e nós. Quando se fala em aplicar práticas sustentáveis, muitas pessoas imaginam que é preciso fazer algo extraordinário e essa ideia acaba afastando a motivação por gerar transformação. Por vezes, simplificar processos é o que gera o melhor resultado e vinculado a tecnologia, melhora até a gestão, diminui o desperdício, reduz custos e ainda assim é possível aumentar a rentabilidade.

Neste sentido, o design configura-se como ferramenta multidisciplinar e um excelente recurso para implementar a inovação social. Como fundamentado nas propostas das mestrandas, o mundo acadêmico e o empresarial podem ser parceiros como agentes da transformação, na geração de valor, colaboração e enfrentamento aos problemas socioambientais, incorporando os ODS para a construção de novos enredos, como abordado e exemplificado no projeto das pesquisadoras.

Este artigo atinge seu objetivo no momento que consegue causar reflexões para o despertar da sustentabilidade por meio do interesse do saber, a implementação das práticas ODS em projetos e sua aplicabilidade em estratégias de negócios. A transformação exige

esforço de todos para impactar o coletivo, contudo começa com a consciência individual para a construção de uma nova mentalidade sobre a humanidade e a vida no planeta Terra.

REFERÊNCIAS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Avanços e Desafios. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3eE9aQm>> Acessado em: 26 mar. 2021.

Pacto Global e Stilingue apresentam: **A Evolução do ESG no Brasil.** 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3g5nFgp>> Acessado em: 12 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

CAPRA, Fritjof. **A Visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas sociais e econômicas.** São Paulo: Cultrix, 2014. Tradução: Pier Luigi Luisi.

COSTA, Edwaldo. FERREZIN, Nataly B. **ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a Comunicação: O tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas.** Revista Alterjor (ECA-USP). 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3g6l4BM>> Acessado em: 14 ago. 2021.

COHEN, Ronald Mourad. **On Impact: A guide for Impact Revolution.** 2018. Park Communications. Disponível em: <<https://bit.ly/3y01v5v>> Acessado em: 31 mar. 2021.

CRUZ, Paulo M. BODNAR, Zenildo. XAVIER, Grazielle. **Pensar globalmente, agir localmente: O Estado Transnacional Ambiental em Ulrich Beck.** Revista de Artigos Científicos dos Alunos da EMERJ - v.11, n.º2. 2019.

Ernest Young Brasil. **Guia ESG para CEOs**. 2021. Disponível em: <<https://go.ey.com/3jUoLgc>> Acessado em: 14 ago. 2021.

FEIL, Alexandre A. SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. Caderno EBAPE FGV. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3yS2kOK>> Acessado em: 18 jan. 2021.

NICHOLLS, Alex. **Social entrepreneurship: new models of sustainable social change**. New York: Oxford University Press Inc., 2006.

NIEMEYER, Lucy. **Design contemporâneo no Brasil.In: Moura, Monica. (Org). Design Brasileiro Contemporâneo: reflexões**. São Paulo. Estação das Letras e Cores. 2014.

MAIA, Andrei G. PIRES, Paulo dos S. **Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, vol.12, nº3. São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPBp65>> Acessado em: 10 jan. 2021.

MANZINI, Ezio. **Design Para a Inovação Social e Sustentabilidade**. Editora E-Papers. 1ª edição. 2008.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro - da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MORAES, D. Metaprojeto: **O Design do Design**. São Paulo: Blucher, 2010.

OLIVEIRA, Pamela. **Pesquisador italiano Ezio Manzini vem à Unisinos falar sobre design para inovação social**. 2018. Unisinos Notícias. Disponível em: < <https://bit.ly/3iOsAnR>> Acessado em: 16 jun. 2021.

Pacto Global. **Gigante no mercado financeiro adere ao investimento sustentável.** Disponível em: <<https://bit.ly/3sppFoQ>> Acessado em: 14 ago. 2021.

Plataforma **Pacto Global Rede Brasil.** Disponível em: Disponível em:< <https://www.pactoglobal.org.br/ods>> Acessado em: 13 jun.2021.

Plataforma Agenda 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>> Acessado em: 15 jun. 2021.

PINTO, José Carlos. A nova face dos negócios – **O impacto do ESG no ambiente empresarial, no consumo e nas finanças.** Revista Veja. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3ghxLed>> Acessado em: 19 ago. 2021.


PIPE SOCIAL. **O que são negócios de impacto: características que definem empreendimentos como negócios de impacto /** Instituto de Cidadania Empresarial.- São Paulo, SP: ICE, 2019. Disponível em:< <https://bit.ly/3xygF2S> > Acessado em: 14 jun. 2021.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Mercados Inclusivos no Brasil – desafios e oportunidades do ecossistema de negócios.** PNUD, 2015. Disponível em: < <https://bit.ly/3ntV46l>.> Acesso em: 01 agosto 2020.

Relatório **Sustainable Development Report 2021.** Rankings - The overall performance of all 193 UN Member States. Disponível em:<<https://bit.ly/3skNhuC>> Acessado em: 13 jun.2021

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** 1ª. Edição. São Paulo. Companhia das Letras. 2019.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2002.



SCHIAVO, Marcio R. e MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social**. 2004. Rio de Janeiro: Comunicarte.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. 1ª. ed. Brasil: Editora Edipro, 2016. SEN, Amartya..

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. 8ª. impressão, Companhia das Letras. 2000

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Sustainable Development Report 2020. **Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2020, Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Covid-19**. 7ª. Edição. Cambridge University. Disponível em:< <https://bit.ly/2TNSe1Y>> Acessado em: 13 jun.2021

Sustainable Development Report 2021. **Rankings - The overall performance of all 193 UN Member States**. Disponível em:< <https://bit.ly/3zEzgep>> Acessado em: 13 jun.2021

WBCSD - World Business Council for Sustainable Development. **Guia para CEOs sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. CEBDS. (2019). Disponível em:<<https://bit.ly/3qfyd0s>> Acessado em: 15 de jun. 2021.

AGENDA 2030: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESQUISA SOBRE O ODS 2 NOS CURSOS DE DIREITO DE NITERÓI, ALCÂNTARA E ILHA DO GOVERNADOR NA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ DO RIO DE JANEIRO

Silvia Maria Caiado de Castro Accioly¹³

Roberta de Oliveira Lima¹⁴


INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo geral relatar a experiência de implantação dos ODS em uma IES – Instituição de Ensino Superior. Inicialmente, o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica ocorreu com o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária baseado na Agenda 2030 de forma geral e seus 17 ODS, o qual foi desenvolvido no ano de 2020, mas sofreu interrupções por conta da pandemia causada pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2, sendo migrada para uma plataforma virtual na rede social Instagram, através do perfil @sustentabilidade¹⁵ que patrocinou *lives* durante o segundo semestre de 2020 com diversos convidados abordando ODS específicos da Agenda 2030.

¹³Graduanda de Administração, Serviço Social e Direito (UNESA/RJ) – <http://lattes.cnpq.br/6254638697297376> - <https://orcid.org/0000-0002-0779-7783> - E-mail: silvia.decastroa@gmail.com.

¹⁴Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2018) e Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI (2012). Professora (UNESA/RJ). Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ Sustentabilidade, Direitos Humanos e Transnacionalidade. Advogada. Sócia da APRODAB. Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA. – <http://lattes.cnpq.br/7570024218484240> – <https://orcid.org/0000-0002-7324-866X> – E-mail: roberta_lima@id.uff.br

¹⁵Para conhecer o perfil, basta acessar o link: <https://www.instagram.com/sustentabilidade/>




No ano de 2021, uma das autoras foi contemplada com uma bolsa de pesquisa denominada “Bolsa de pesquisa produtividade” com projeto intitulado: “Direito humano à alimentação adequada, ODS 2 e uso de agrotóxicos: solidariedade intergeracional e justiça ambiental”. No projeto de desenvolvimento da presente pesquisa foi prevista a criação de um grupo com estudantes de graduação e pós-graduação, cujas atividades serão melhor relatadas no decorrer do presente trabalho, que focará na atuação do grupo de pesquisa, e contará com a coautoria da aluna Silvia Maria Caiado de Castro Accioly em sua elaboração.

Como objetivos específicos pretende-se descrever as atividades realizadas pelo grupo de pesquisa e relatar questões práticas e subjetivas no âmbito estrutural acadêmico das pesquisas nas instituições de ensino superior acerca do tema. Considerando que tema de debate e interesse do livro é a metodologia e implementação dos ODS, cabe então trazer à luz não somente o academicismo e objetivos buscados pelos doutores docentes, mas também as perspectivas e percepções dos discentes em sua essência basicamente empírica, em metamorfose, alimentando e sendo alimentado pelos títulos, workshops, ensaios e debates que norteiam a formação superior, bem como a sua influência no meio social.

DESPERTAR E FOMENTAR UMA INTEGRAÇÃO GRADUAL DOS DOIS MÉTODOS BUSCANDO IMPLEMENTAR A AGENDA 2030

A pesquisa deve encontrar em seus acadêmicos e produtores cinco princípios ideais para a excelência. Segundo Russell, são os Princípios Pedagógicos da Vitalidade, Coragem, Sensibilidade, Inteligência e Liberdade. A Vitalidade nos liga ao humano, traz inspiração. Quando há a imposição de conteúdos e não no despertar o interesse e curiosidade, mata-se a vitalidade, surgindo o vício e a acídia.



Sem a vitalidade torna-se enfadonho estudar. A Pedagogia da Coragem é o que viola os sistemas intelectuais dominadores e nos abre para interpretações, não se prendendo ao mero diálogo sem convicções reais e singularmente utópicas. Já a Pedagogia da Sensibilidade por sua vez é a parcela necessária para que se leve a pesquisa científica para o âmbito da coletividade, tirando o individualismo e a micro consciência para criar a almejada solidariedade prevista não somente lealmente como princípio básico, mas como objetivo abstrato e concreto da educação. A Pedagogia da Inteligência trata o educar para o pensamento alheio e para a dúvida. Permite a democracia e pluralidade de ideias, dialética e lógica para compreender as complexidades e buscar inovações. A pesquisa depende da curiosidade, permeando o indivíduo com o ânimo de busca, assim como edificação didática e social. A Pedagogia da Liberdade enxerga a incapacidade de distanciar-se de seu id, acometendo o homem a uma paralisia mental que bloqueia o pensamento autônomo. A realidade do automatismo irrefletido contribui fervorosamente para a nefasta influência dos fetichismos e procedimentos repetitivos da nossa sociedade¹⁶.

Aldous Huxley leva-nos a mesma percepção: “Só uma pessoa vigilante pode manter as suas liberdades e somente aqueles que estão constante e inteligentemente despertos podem alimentar a esperança de se governarem a si próprios efetivamente, por meios democráticos”. Uma sociedade cujos interesses sejam fetichistas e não busque a coletividade equânime, terá dificuldade em resistir às investidas daqueles que quiserem manipulá-la. É preciso romper com o falso multiculturalismo que se disfarça sob o título de globalização e visa a dominação, subjugo e etnocentrismo, sem o devido senso de dignidade e sustentabilidade.

Baseado na Agenda 2030, o meio acadêmico passou a fomentar trabalhos de divulgação científica, conscientização, estudos inovadores e transformadores baseados nos ODS. Bertrand Russel, em sua

¹⁶Bertrand Russell apud LAMY, Marcelo. Metodologia da pesquisa Jurídica, Rio de Janeiro; Ed. Elsevier, 2011. p. 40 a 48


magnífica obra *On Education*, escrita em 1926, alerta-nos: “Temos, pois, antes de definirmos qual o tipo de educação que consideramos o melhor, de assentar o tipo de homem que queremos produzir”.

O desejo de inculcar nos alunos o que é tido como certo faz com que muitos educadores se mostrem desatentos para o treino da inteligência” O objetivo da educação não pode ser o de criar banco de dados, mas homens, ou seja educar a inteligência significa criar a aptidão para adquirir conhecimentos. Não se mede a inteligência pelo conhecimento já adquirido, mas pela capacidade de o adquirir. O fundamento da vida intelectual por sua vez é a curiosidade (Bertrand Russell apud LAMY, Marcelo. 2011. p. 44).

Baseados nestes detalhados princípios pedagógicos, imbuídos de consciência sobre sua função social, a instituição de ensino superior em questão implementa a pesquisa sobre a relação do direito humano à alimentação digna e adequada, o ODS 2, e o uso de agrotóxicos. A citada IES adota uma gestão de parceria e governança responsável. Ainda nessa perspectiva, segundo Santos¹⁷, a Governança é a maneira com que os governos formulam e coordenam suas ações, em cooperação técnica com diferentes atores sociais e políticos. É sua forma de organização institucional para execução das políticas públicas. Uma boa governança é condição essencial para o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a equidade social e direitos humanos.

Busca-se perceber e debater a proteção, ou não, a solidariedade intergeracional e justiça ambiental diante do uso dos agro venenos, além das mudanças nas legislações atinentes ao tema no atual contexto, e se as mesmas seguem a Agenda 2030 ou o quanto se desvirtua dos objetivos.

¹⁷SANTOS, M. H. C. (1997). Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituente. V. 40, nº 3. Rio de Janeiro, RJ



Como método, a presente instituição e sua doutora responsável pela pesquisa, adotou como abordagem geral os métodos indutivos e procedimentais, levando em conta o contexto de cada fato. Para a análise de dados é principalmente adotado o método bibliográfico, incluindo pesquisa legislativa, jurisprudencial, doutrinária e documental. Se caracteriza como pesquisa exploratória, qualitativa e aplicada pelo seu perfil de observação de casos concretos da realidade contemporânea e da deliberação de projetos de leis e tratados.

A instituição fornece ainda além de bolsa fomento ao educador, toda a infraestrutura física, caso necessário, bem como virtual devido ao momento pandêmico que vivemos, para que se realizem debates, workshops, mesas de diálogo e oficinas sobre a temática. Além de oferecer acervo bibliotecário, tanto virtual quanto impresso, atualizado, sobre o tema. A instituição por sua vez, assim como os doutores educadores, não exige a participação, nem fomentam trocas financeiras para que se agreguem discentes ao grupo de pesquisa. O grupo consiste em sua maior parte de estudantes pós-graduandos, mestrandos, assim como graduandos em menor número. Estes buscaram a pesquisa ao se interessar nas percepções apresentadas em rede social do perfil pesquisador da doutora que lidera a equipe. Foi aberto um pequeno processo seletivo de voluntários através do perfil do Instagram @sustentabilidade_, em que se verificou a idoneidade e capacitação de cada membro e, após avaliação e entrevista, compôs o grupo que se reúne para debater os temas e leituras propostas que trazem sempre à luz temas e notícias relacionados, mostrando a importância e necessidade de uma visão ampla, intersetorial e multidisciplinar sobre a segurança alimentar e suas consequências e implicações.

APLICAÇÃO NA PRÁTICA E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE E DA IES

A terceira parte da Agenda 2030 elenca seis eixos estruturantes:

1. Financiamento de políticas e ações concretas, conforme estabelecido na Agenda de Ação de Adis Abeba¹⁸;
2. Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I);
3. Desenvolvimento de capacidades, por meio de uma parceria global que envolva todos os segmentos da sociedade;
4. Comércio;
5. Questões sistêmicas;
6. Parcerias multissetoriais.


Através dos eixos 2 e 3 fomenta-se na IES a obrigatoriedade moral e social de realização do 6º eixo para soluções do 5º, gerando “uma ruptura do esquema tradicional de avaliação, disciplinar e rígido” (KERN, 2017)¹⁹. Segundo Marchiori (2018)²⁰, as universidades têm se convertido num modelo de aprendizagem e prática para o desenvolvimento sustentável, tendo obrigação moral para a colaboração e implementação dos ODS.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criou juntamente com a Rede ODS Brasil, um projeto estratégico para a institucionalização da Agenda 2030 no Sistema

¹⁸Documento final da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, aprovado em julho de 2015, em Adis Abeba - Etiópia, e ratificado pela Assembleia Geral, estabelece as diretrizes para a mobilização de recursos para a promoção da Agenda 2030 (ONU, 2015a).

¹⁹ Kern, Maldonado; Freire, Pacheco, 2017, p. 760.

²⁰ Marchiori, Marlene. A interação entre os sujeitos e o processo de construção da sustentabilidade nas organizações gestão e sociedade. 2018.



Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)²¹, que fortalecerá as iniciativas de Pesquisa e Desenvolvimento interdisciplinares a fim de implementar efetivamente os ODS. Inclusive, segundo Sobral, Lima e Philippi Junior (2017)²², no âmbito acadêmico, em destaque nos cursos de pós-graduação, as ciências ambientais têm destacando-se na adoção de uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. Neste contexto interdisciplinar que o Direito se insere, na garantia dos direitos fundamentais e cumprimento das normas, e movendo ações coletivas em defesa dos bens tutelados como a vida, dignidade e a proteção ambiental.


A implementação de políticas públicas inclusive levou o Conselho Nacional de Justiça, CNJ²³, a lançar a Portaria nº 133 de 28/09/2018 que Instituiu Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, seguido pelo Provimento nº 85 de 19/08/2019, que dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial expandindo a atuação. Posteriormente ratificou através da Portaria Nº 21 de 26/01/2021 que designa membros para o Comitê Interinstitucional destinado a realizar estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030. Logo, toda a sociedade acadêmica voltada ao Direito se viu como parte desse processo integrativo.

Os trabalhos que compõem os debates e a futura produção na IES em questão são baseados no ODS 2, como anteriormente esclarecido. Para tanto e seguindo a orientação, buscou-se para os

²¹A estratégia é um dos produtos entregues à Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov) pela Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação (CTPMI) da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). A CTPMI teve vigência de julho de 2018 a junho de 2019 e sua coordenação era compartilhada por MCTIC e Rede ODS Brasil.

²²Sobral; Lima; Philippi Jr, 2017

²³< <https://atos.cnj.jus.br/atos>> Acessado em 19 de agosto de 2021.



estudos aqui apresentados, os registros de atividades realizadas, de ensino, pesquisa e extensão nos setores competentes e no perfil social apontado, não sendo consideradas atividades sem registro. Apresentamos, ainda, os objetivos e o panorama atual da evolução das metas de iniciação científica.

Foi oficializada a criação de Grupo de Pesquisa – Tanto na plataforma no CNPQ - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/716593> como através de reuniões via TEAMS com graduandos e graduandas das unidades de Niterói, Ilha do Governador e São Gonçalo, além de participantes externos da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina e UEL - Universidade Estadual de Londrina. Houve também a elaboração inicial do projeto de IC a ser submetido à FAPERJ (Edital 05/20). Também temos estudantes egressos da própria UNESA. Contamos com 20 estudantes no total. A equipe realizou diversas leituras para ampliar os debates. Podemos listar dentre elas:

- Desafios da Pandemia de Covid-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade - Deisy de Freitas Lima Ventura et. al.

- Direito Humano à Alimentação Adequada e Agrotóxicos: ODS2, Proteção das Futuras Gerações e Justiça Ambiental – Roberta Oliveira Lima in: Direitos Humanos e Vulnerabilidade e Agenda 2030 de Liliana Lyra Jubilut et. al.

- O uso dos agrotóxicos sob a ótica constitucional - Gladstone Leonel Júnior in: Direito e Agrotóxicos: Reflexões Críticas sobre o Sistema Normativo.

- Capítulo 1 - Agro(tech) ou Agrotóxico: Sustentabilidade, Riscos, Futuras Gerações e Justiça Ambiental.

Foram usados também recursos audiovisuais como os documentários: O Veneno Está na Mesa - partes I e II.

No grupo de WhatsApp há também extenso compartilhamento de artigos mais curtos sobre os temas afetos ao grupo de pesquisa, bem como “lives” e palestras relacionadas. Discute-se desde as alterações climáticas, à segurança alimentar refletida na irresponsabilidade da aplicação dos agrotóxicos, à solidariedade e visão coletiva e intersetorial das normas constitucionais fundamentais. Do mesmo modo, trata-se dos enlaces trabalhistas e fiscais, livre comércio e colonização molecular²⁴, além das interseccionalidades com os aspectos étnicos, culturais, de gênero ligados à agricultura familiar e campesina, destacando seus contrastes.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não – camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008, p. 27).

Busca-se diversificar e ampliar a visão para que se possa levar a comunidade através das “lives” e “workshops” e futuramente, com a publicação, o contexto ampliado e a macrovisão que tange a dignidade alimentar, pois:

Falar da construção do paradigma de gênero representa afastar-se do sentido biológico e aproximar-se do social e do cultural. O sentido

²⁴ Bombardi, Larissa, “Geografia das Assimetrias: Colonialismo Molecular e Círculo de Envenenamento” sobre o Acordo Mercosul e União Europeia, em evento no Parlamento Europeu em maio de 2021.

da identidade social que se prendia ao biológico analisa a mulher, mas descartava as relações sociais e culturais. A identidade de mulher é construída em confronto com as relações que se mantém do “outro” biológico, mas também com o “outro” cultural que pode ser do mesmo sexo. O termo gênero surgiu no espaço acadêmico no movimento em que as pesquisadoras feministas buscavam através dos chamados estudos das mulheres, desmistificarem a atribuição da condição da mulher na sociedade (SANTOS, 2011, p. 86).

A ideia já apresentada ao grupo de pesquisa é a publicação de uma obra coletiva – livro, ao final do ciclo de pesquisas do corrente ano. Os integrantes inclusive já estão efetuando, além da pesquisa conjunta, a individual, focada em seus temas de interesse baseado nas intersectorialidades e interseccionalidades relacionadas à segurança e dignidade alimentar no contexto contemporâneo e evolução pandêmica.

[...] Neste contexto, emergem diferentes formas de lutas pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país (MARQUES, 2008, p. 60).

Conforme esclarece Vieira (2009, p. 23), quando cita que “a educação, tal como a saúde e a segurança são políticas sociais de largo alcance que, em geral, envolvem muitas dimensões e protagonistas”, torna-se óbvia a importâncias das IES e de seus corpos docentes e discentes trazer à luz tais temáticas, até mesmo como cumprimento entrelaçado entre o ODS 2 e o ODS 3 que fala sobre educação

equânime. Se não há educação para a consciência, não há ciência do direito fundamental à segurança e solidariedade alimentar. Segundo Paulo Freire (1980)²⁵, a conscientização é um compromisso histórico que transcende o indivíduo/coletivo e nos remete a uma posição utópica de avanço em humanização nas relações.


Por fim, citando Antonio Herman Benjamin, é incompatível com a era de consolidação e afirmação dos direitos fundamentais, com ênfase na dignidade humana, na solidariedade e na segurança jurídica, que os direitos humanos e interesses das presentes e futuras gerações sejam tratados como “um ioiô legislativo, um acordeão desafinado e imprevisível, que ora se expande, ora se retrai”. Nesse contexto, deve-se abordar a proteção das presentes e futuras gerações em face do uso de agrotóxicos e as potenciais violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como provável empecilho ao deslinde do ODS 2, previsto entre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância temática, da crise mundial econômica e sanitária vivenciadas neste período de pandemia do novo coronavírus, tanto a instituição de ensino superior, quanto o corpo docente, esmeraram-se em ferramentas e apoio para fomento e evolução da pesquisa científica acadêmica.

Porém, percebe-se a alienação de parte da sociedade acadêmica, e como um todo, sobre o quanto o agrotóxico pode influenciar no resultado de novas patologias e na imunodepressão física e nos aspectos sindêmicos. Em 1990, o antropólogo médico americano Merrill Singer criou esse neologismo para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças”.

²⁵FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.



Na sociedade acadêmica, mais precisamente no grupo de pesquisa em questão, ao preparar este artigo, foi levado ao debate a importância e atuação por parte da instituição. Talvez devido à virtualidade forçosa pela crise sanitária do covid-19, foi perceptível em debates informais entre docentes e discentes, assim como observações formais, que a maior parte da equipe pesquisadora e também por membros graduandos, a não percepção da atuação por parte da instituição. Graduandos em sua maioria sequer relacionam os webinários, palestras, oficinas e debates à pesquisa acadêmica institucionalizada. A liberdade acadêmica ao mesmo tempo que dispõe a atrair os discentes que realmente tem em suas veias correndo os cinco elementos pedagógicos citados como essenciais por Russell, de modo análogo inebria como meras aulas e atividades complementares curriculares.

Ainda assim, segue validada a implementação da Agenda por parte da instituição e docentes. Embora esses que irão se profissionalizar em outras áreas acadêmicas, ou que igualmente por algum óbice venham a deixar o academicismo e a profissionalização, através desses eventos absorvem mesmo que osmoticamente novas perspectivas e a levam à sua pequena convivência social em rodas de conversas informais, trazendo luz inclusive aos excluídos digitais, que ainda são em grande número. A transformação social e cultural em prol de uma sociedade justa, equânime, consciente e que busque esses objetivos solidariamente, se dá justamente através da conscientização, como mesmo cita Freire²⁶, e da divulgação científica de forma democrática e popular. Concluímos, logo, a eficácia na implementação, além do alcance social através do uso da tecnologia na educação, que fez a sociedade ganhar tempo e levar audiência a esses eventos acadêmicos.

²⁶ Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

REFERÊNCIAS

ADORNO, TW. Capitalismo tardio ou sociedade industrial In: Cohn G, organizador. Theodor Adorno. 2ª ed. São Paulo: Ática; 1994. p. 62-75. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 54

AYALA, Patryck de Araújo. Direito fundamental ao ambiente mínimo existencial ecológico e proibição ao retrocesso na ordem constitucional brasileira. In: MILARÉ, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme. (Org.) Doutrinas Essenciais de direito ambiental. v. I. São Paulo: RT, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://livraria.senado.leg.br/ebook.constituicao>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Parecer Jurídico no 4 Referente ao Projeto de Lei no 654/2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/docs/pec-65-documentos/parecer-juridico-pls-654-2015>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Nota Técnica sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei No 3.729/2004 apresentado pelo Dep. Mauro Pereira (versão de setembro de 2017). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/NT620174CCRGTEPL3729.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf> Acesso em: 10 de Agosto de 2021.

BUARQUE, C.; FERREIRA, L.C. JACOBI, P.R.; SOBRAL, M.C.; SAMPAIO, C.A.C.; FERNANDES, V. A interdisciplinaridade e o enfrentamento aos desafios da sustentabilidade. Sustentabilidade em Debate. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, v. 5,

n. 1 (2010- 2014). Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/762/Edi%C3%A7%C3%A3o%20Completa_v.%205%2C%20n.%201%20%282014%29>. Acesso em: 10 de Agosto de 2021.

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 5 ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008. p. 59 – 73.

DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. 3, ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DEWEY, John. Liberdade e cultura In: Duarte Eustáquio, Ed Rio de Janeiro: Revista Branca; 1953

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRÜN, Anselmo. Caminhos para a liberdade, São Paulo, Vozes, 2005

HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro; 2000.

HUXLEY, Aldous. Sobre a democracia e outros estudos. Tradução Luís Vianna de Sousa Ribeiro, Lisboa, Livros do Brasil

HUXLEY, Aldous. Regresso ao admirável mundo novo, In: Fernandes Rogério; Ed. Lisboa, Livros do Brasil, 2004

KERN, V.M.; MALDONADO, M.U.; FREIRE, P.S.; PACHECO, R.C.S. Construção da interdisciplinaridade para a inovação. In: PHILIPPI Jr., A.; Fernandes, V.; Pacheco, R.C.C. Ensino, Pesquisa e Inovação: Desenvolvendo a Interdisciplinaridade. Capítulo 26. Barueri, SP: Manole, 2017, p. 743-767.

LAFARGUE, P. O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec; 1999.

LASSALE, Ferdinand. A essência da constituição. Lumen Júris, 2001

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 9a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução Conama nº 001, de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conamaeses86es0186.html>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

RUSSEL, Bertrand. Da Educação Trad Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional, 1977.

RUSSEL, Bertrand. O elogio ao ócio, Tradução Pedro Jorgensen Junior - Rio de Janeiro, RJ. Ed. Sextante, 2002

SARÁBIA-CAVENAGHI, L., SEOLIN-DIAS, L., MARCHIORI, M.. A interação entre os sujeitos e o processo de construção da sustentabilidade nas organizações gestão e sociedade. 2018

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Breves considerações sobre os deveres de proteção do Estado e a garantia da proibição de retrocesso em matéria ambiental. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme. (Org.) Doutrinas Essenciais de direito ambiental. v. I. São Paulo: RT, 2011.

SANTOS, M. H. C. (1997). Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituinte. V. 40, nº 3. Rio de Janeiro, RJ

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. In: Revista Internacional de Direitos e Cidadania, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011.



SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Elaine Cristina Gomes da. Agenda 2030 na gestão pública: práticas e desafios em instituição de ensino superior [recurso eletrônico] / Elaine Cristina Gomes da Silva, José Teodoro Lobato, Sara Brinati Valentim (organizadores) – Alegre, ES: CAUFES, 2020.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES EM PESQUISAS DA UFRN JUNTO AO TERRITÓRIO DO GEOPARQUE ASPIRANTE SERIDÓ, NE DO BRASIL

Marcos Antonio Leite do Nascimento²⁷

Silas Samuel dos Santos Costa²⁸

Matheus Lisboa Nobre da Silva²⁹

INTRODUÇÃO


É evidente na literatura que a diversidade biológica está intimamente associada à geodiversidade (HJORT *et al.*, 2015; BAILEY *et al.*, 2018), tendo a biodiversidade uma conexão direta com a variedades de processos e elementos abióticos junto às condições climáticas disponíveis no ambiente.

Uma das definições mais atuais e referenciadas sobre geodiversidade é a de Gray (2013), que a coloca como sendo a variedade natural (diversidade) de elementos geológicos (rochas, minerais e fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, topografia, processos físicos), solo e hidrológicos. Isso inclui suas assembleias, estruturas, sistemas e contribuições para a paisagem.

²⁷Docente do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – <http://lattes.cnpq.br/5356037408083015> – <http://orcid.org/0000-0002-8158-7186> – marcos.leite@ufrn.br. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

²⁸Bacharelado em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – <http://lattes.cnpq.br/8399941206448548> – <http://orcid.org/0000-0002-0314-278X>– silas.sam@ufrn.edu.br.

²⁹Mestre em Geociências pelo Museu Nacional – <http://lattes.cnpq.br/6025086815170993> – <https://orcid.org/0000-0003-3568-9699> – nobre.mt@gmail.com.




Sendo a geodiversidade o “palco” que sustenta a vida, além de ser um componente importante das Ciências da Terra, comparando com o patamar político, diplomático e das discussões públicas da biodiversidade não compreende o mesmo *status* (CROFTS, 2014). Gray (2019) ressalta a questão, argumentando que mesmo na *Common International Classification of Ecosystem Services* (CICES), os serviços do meio abiótico aparecem apenas como uma extensão.

As Nações Unidas lançaram em 2015 a Agenda 2030 e estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas e 232 indicadores (MORTON, PENCHEON e SQUIRES, 2017). Destes 17 ODS apenas o ODS 6 – Água Potável e Saneamento, fala diretamente sobre algum elemento da geodiversidade, enquanto que das 169 metas e 232 indicadores específicos, somente os seguintes itens falam diretamente sobre um elemento da geodiversidade: 6.3.2 (Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental); 6.6 (Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos); 14.5 (Conservar pelo menos 10% das áreas costeiras e marinhas); 15.1 (Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas).

Também em 2015 foi criado o Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO que certifica um território enquanto Geoparque Mundial da UNESCO. Essas são áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e paisagens de significado geológico internacional são geridos com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

Os ODS estão diretamente relacionados aos territórios de geoparques. Os Geoparques Mundiais reconhecem os compromissos da UNESCO, e suas estruturas de gestão referem-se à Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável (Rosado-González, Sá & Palacio-Prieto, 2020). Dos 17 ODS, oito são considerados particularmente



relevantes para os Geoparques Mundiais da UNESCO, são eles: 1, 4, 5, 8, 11, 12, 13 e 17 (UNESCO 2017).

O conceito de geoparque apresenta uma alternativa importante de planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável para um território. A ideia é aproveitar os ativos naturais e culturais de um espaço territorial por meio do turismo e educação, com a finalidade de, somado à comunidade e demais atores, fomentar a economia e a conservação de uma parte essencial da geodiversidade local, o geopatrimônio, que conta um pedaço da história natural da Terra (HENRIQUE; BRILHA, 2017).

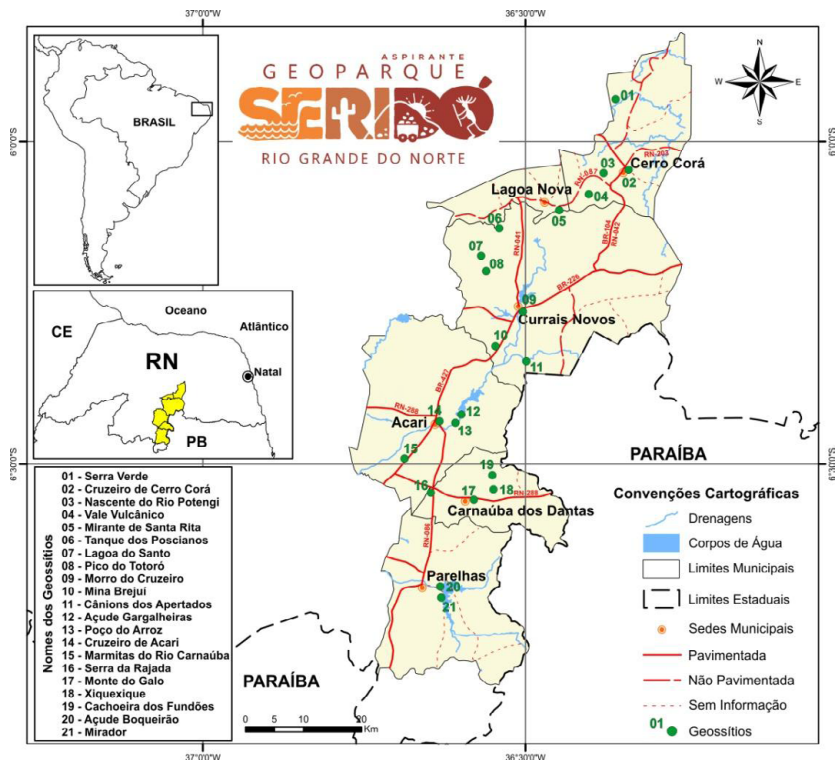
Sabendo disso, este capítulo aborda resultados obtidos por pesquisas realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), especificamente ligadas ao Departamento de Geologia (DG), com relação ao funcionamento dos geoparques como um mecanismo do cumprimento dos ODS e de promoção de sustentabilidade junto aos diferentes atores presentes em um território, sejam eles partes da comunidade, gestores governamentais ou empresas privadas. O objetivo aqui é também apresentar à necessidade da inclusão da conservação da geodiversidade nos ODS da ONU juntamente como é feito para a promoção de sustentabilidade direcionada à biodiversidade, tudo isso observando o caso do Geoparque Aspirante Seridó (GAS), enquanto projetos de pesquisa e extensão no âmbito do DG/UFRN.

O GEOPARQUE ASPIRANTE SERIDÓ (GAS)

O GAS é um território com rico geopatrimônio em seis municípios: Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Parelhas (Figura 1), no estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. Além de ser um território com 2.800 km², o GAS é uma nova forma de gestão desse espaço geográfico e social.


Nos últimos 10 anos tal território vem sendo trabalhado com o apoio de docentes e discentes da UFRN, com destaque para pesquisadores dos departamentos de Geologia (campus Natal), com apoio do Curso de Turismo (campus Currais Novos), no que se refere a ações ligadas à conservação, à educação e o turismo.

Figura 1. Localização do Geoparque Aspirante Seridó.



Fonte: elaborado pelos autores.

A proposta de geoparque é trabalhada desde o ano de 2010 e já conta com inúmeras ações em educação, turismo e promoção do desenvolvimento local aproveitando as diversidades abiótica e biótica da região, bem como a cultural. Dentro desses municípios estão 21



geossítios, locais de destaque do geopatrimônio e patrimônio cultural, com relevâncias geomorfológicas, petrológicas, mineralógicas, hidrológicas, além de arqueológicas e mineiras (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

O GAS almeja fazer parte do seletor grupo de territórios chancelados pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que conta, até julho de 2021, com 169 geoparques em 44 países³⁰

METODOLOGIA

Esta pesquisa envolveu leituras e revisões de trabalhos que enfatizam os ODS e Geoparques Mundiais da UNESCO, bem como a importância desses geoparques no cumprimento dos ODS e da conservação total da natureza (geo e biodiversidade em seus âmbitos patrimoniais) e contou com a aplicação de um questionário em plataforma online (*Google Forms*®), investigando as opiniões de diversos atores do GAS (pesquisadores, educadores, artesãos, guias de turismo, gestores) acerca das perspectivas sobre a relação entre desenvolvimento e geoparques, envolvimento e noção de pertencimento e também, com relação aos 17 ODS dentro do território.

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO GEOPARQUE ASPIRANTE SERIDÓ

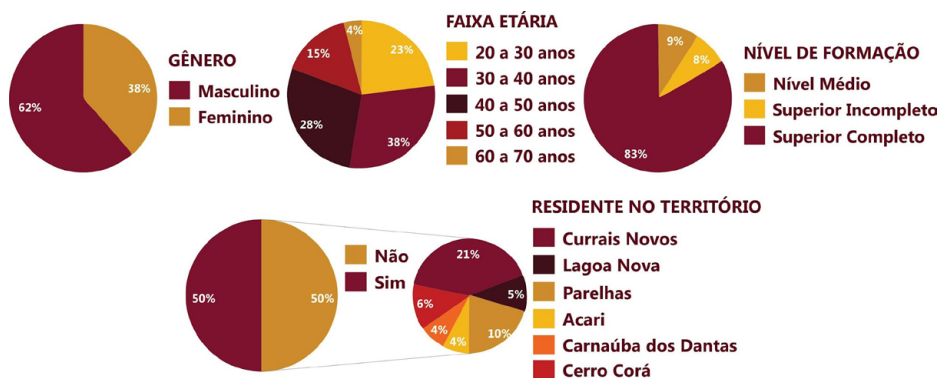
Durante um mês de aplicação, 78 atores inseridos/envolvidos com o geoparque em si responderam ao questionário, cujo perfil mostra que a maioria possui gênero masculino (62%) e idade entre 30 e 40 anos (38%). A metade desses atores reside no território, com

³⁰Mais detalhes em en.unesco.org/global-geoparks.

destaque para os que moram em Currais Novos (21%), onde há maior concentração urbana do GAS. O nível de formação dos entrevistados mostra a maioria (83%) com Ensino Superior Completo (Figura 2).

O desenvolvimento no território de um geoparque está associado ao entendimento dos objetivos de suas ações, isto é, a distribuição entre os aspectos do desenvolvimento, a percepção dos atores do geoparque e o entendimento do seu conceito, e, por conseguinte da percepção sobre as situações e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento.

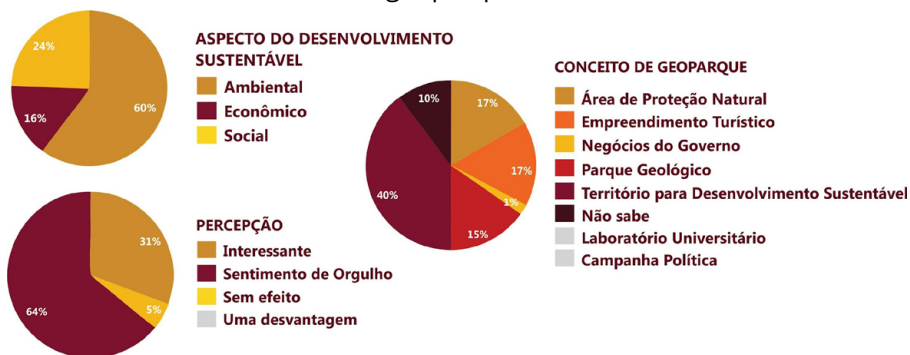
Figura 2. Perfil dos atores entrevistados do Geoparque Aspirante Seridó.



Fonte: elaborado pelos autores.

Nesse sentido, o questionário buscou saber a relação entre desenvolvimento e geoparque, em que, nos aspectos de desenvolvimento sustentável, os atores entendem que um geoparque tem maior desempenho no aspecto ambiental (60%), seguido pelo social (24%) e o econômico (16%) (Figura 03).

Figura 3. Noções dos atores sobre desenvolvimento e o conceito de geoparque.

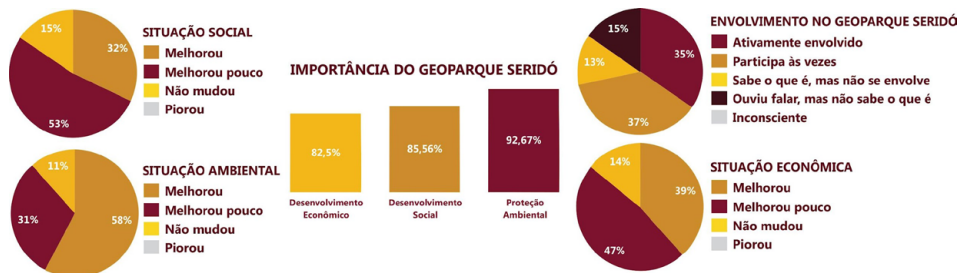


Fonte: elaborado pelos autores.

Isto é reforçado pela percepção do conceito de geoparque, em que 40% entenderam que o conceito está associado a um Território para Desenvolvimento Sustentável e outros 32% atribuíram ao conceito alternativas que também têm o viés ambiental (Parque Geológico e Área de Proteção Natural), mesmo estes não sendo considerados no conceito de geoparque. Os atores pesquisados possuem a percepção que um geoparque está ligado ao Sentimento de Orgulho (64%) ou mesmo é algo interessante (31%) (Figura 3).

Quando se observa a relação entre desenvolvimento sustentável e o GAS em si, tem-se que a visão dos atores sobre o geoparque persiste no viés ambiental em outras questões levantadas. Cerca de 93% atribuíram à Proteção Ambiental como principal contribuição ao desenvolvimento sustentável (Figura 4). O GAS também atua em frentes de educação e fomento de oportunidades para as forças de trabalho locais, como o turismo e artesanato, por isso os desenvolvimentos Social (86%) e Econômico (83%) aparecem com altas percentagens de desempenho.

Figura 4. O desenvolvimento sustentável e sua promoção nas situações econômica, social e ambiental no Geoparque Aspirante Seridó.



Fonte: elaborado pelos autores.

Na Figura 4 também é possível visualizar a opinião dos pesquisados quanto às melhorias nas situações ambiental, social e econômica. A forte perspectiva dos atores sobre o GAS como um mecanismo presente nas questões ambientais dá indícios de que as ações realizadas sensibilizaram a comunidade sobre o entendimento da natureza como uma composição integrada de bio e geodiversidade e conseqüentemente mostra que a situação ambiental melhorou (58%), ao passo que as situações social (53%) e econômica (47%) melhoraram pouco.

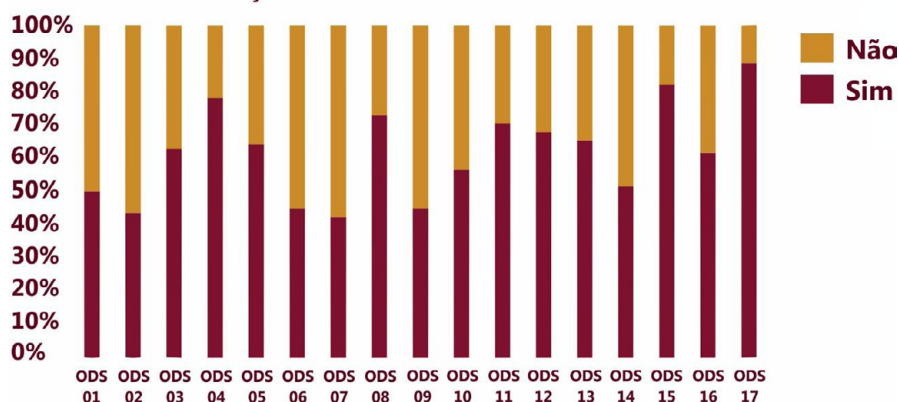
Um total de 72% dos entrevistados afirmaram ter alguma participação e envolvimento com as ações no território do GAS, sendo que 35% estão ativamente envolvidos, ressaltando o seu engajamento.

OS 17 ODS NO GEOPARQUE ASPIRANTE SERIDÓ

Na visão dos atores, o GAS tem desempenho mínimo de 42,3% para ODS 7 (Energia Acessível Limpa) e desempenho máximo de 88,5% para ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) (Figura 5).

Figura 5. Representação gráfica dos 17 ODS no Geoparque Aspirante Seridó

OBJETIVOS ALCANÇADOS



Fonte: elaborado pelos autores.

Os ODS que mais se destacam foram: ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) com 88,46%; ODS 15 (Vida Terrestre) com 82,05%; ODS 4 (Educação de Qualidade) com 78,21%; ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) com 73,08%; e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) com 70,51%, conforme pode ser observado na Figura 6.


Figura 6. Os 17 ODS identificados no Geoparque Aspirante Seridó, com destaque para o 5 de maior destaque.



Fonte: elaborado pelos autores.

A percepção sobre os ODS 17 e ODS 4 se encaixa justamente nas definições de trabalho em rede que os geoparques proporcionam, seja na cooperação com entidades governamentais, empresas, entre geoparques, comunidades e até mesmo entre escolas. Para o caso do ODS 4, o GAS promove por meio de projetos de educação o acesso dos estudantes às aulas externas em geossítios, às palestras sobre geoconservação e aos materiais didáticos, consequentemente aproximando os alunos da importância da geodiversidade na conservação da natureza como um todo³¹.

³¹Mais detalhes em www.geoparqueserido.com.br.




Por conseguinte, a conservação dos geossítios também atinge cuidados com a biodiversidade do entorno, não só promovendo sua proteção, mas colocando suas particularidades em discussão. No GAS, há a promoção do ODS 15, principalmente no ecossistema endêmico do semiárido do Nordeste do Brasil, a Caatinga.

Outros dois ODS dentre os mais notados pelos entrevistados, ODS 8 e ODS 11, estão conectados entre si pelas ações de fomento ao turismo (geoturismo e ecoturismo), artesanato com geoprodutos e produtos locais, outras atividades econômicas como a mineração, que são integradas às propostas do geoparque na região, como é o exemplo do Geossítio Mina Brejuí.

GEOPARQUES COMO FERRAMENTA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O GAS, assim como outros territórios de geoparque em suas ações, se mostra como uma alternativa de modelos de democracia participativa, em que a população local atua numa abordagem integrada para resolução de pontos de tensão em áreas que tradicionalmente teriam questões e marcos étnicos, políticos e legais definidos. Os Geoparques Mundiais da UNESCO, com os seus mecanismos próprios, podem inserir os diferentes atores numa escala de participação *bottom-up* alinhadas com as políticas de desenvolvimento territorial.

Com isso, o sentimento de orgulho/pertencimento pelo geopatrimônio e ações no seu território demonstrado pelos atores do GAS podem ser colocados em práticas nas dimensões de trabalho e discussões dos comitês do geoparque, o que dificilmente chegaria a ser colocado em prática pelas diretrizes de desenvolvimento territorial predispostas, uma vez que os instrumentos de proteção do geopatrimônio, no caso do Brasil, são indiretos, ou seja, podem ser enquadrados quando o geopatrimônio obrigatoriamente tem conexão com a biodiversidade e patrimônio cultural.



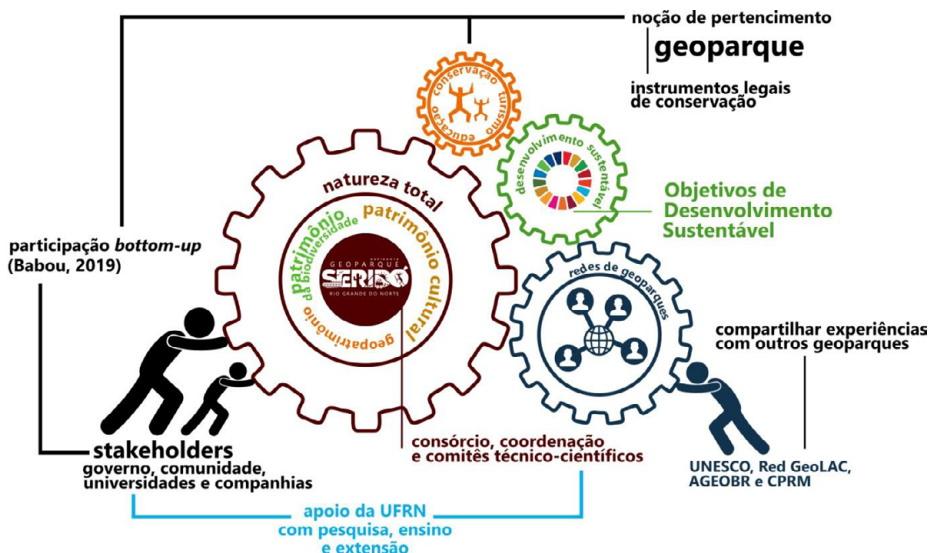
Além de trabalhar as questões locais sobre pertencimento e identidade com os diferentes patrimônios do território, os geoparques, em sua essência, trabalham em redes internas (consórcios municipais, escolas, operadoras de turismo) e externas (rede mundial e regionais de geoparques), por meio delas conseguem desenvolver a promoção dos ODS, como foi demonstrado no tópico anterior para o GAS e para os Geoparques Mundiais Latino-americanos e do Caribe (ROSADO-GONZÁLEZ, SÁ & PALACIO-PRIETO, 2020).

Então, um geoparque apoiado em seus atores, no trabalho em rede e promovendo educação, turismo e conservação impulsiona o desenvolvimento sustentável baseado no uso consciente dos recursos naturais, e mesmo que atue por suas próprias estratégias de desenvolvimento não interrompe a autonomia dos poderes do território.

Na Figura 7 está representado o funcionamento do GAS na conservação da natureza e na promoção dos ODS. O geoparque com os patrimônios natural e cultural precisa do engajamento das partes envolvidas (entidades governamentais, companhias, comunidades) para que as coordenações e comitês atuem em tarefas de educação, turismo e conservação, essas atividades são melhoradas com as redes de apoio para o geoparque. Pesquisadores da UFRN, com suas ações de pesquisa, ensino e extensão encontram-se inseridos juntos aos stakeholders, participando de coordenações e comitês técnico-científicos.

No caso do GAS, entidades como a UNESCO, a Rede de Geoparques Mundiais da UNESCO para a América Latina e Caribe (Red GeoLAC), Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro (AgeoBR) e o Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), proporcionam a interação e comunicação.

Figura 7. Modelo do funcionamento do Geoparque Aspirante Seridó com os ODS como importante engrenagem para a conservação total da natureza e promoção do desenvolvimento social. Destaque para a presença da UFRN em diferentes ações.



Fonte: elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram o envolvimento das comunidades locais e a adequada percepção da importância do geoparque na contribuição do desenvolvimento sustentável, principalmente na dimensão Ambiental.

No âmbito dos geoparques é necessário promover trabalhos de educação contínua junto à sensibilização dos atores para adequar o território aos seus objetivos: desenvolvimento sustentável e participação democrática da comunidade.

A conservação total da natureza deveria ser entendida como uma proposta a ser incluída em ODS de futuras agendas, ou mesmo para se enquadrar como objetivos específicos em diferentes metas já existentes, tais como: Geopatrimônio na Educação Patrimonial no ODS 4; Geopatrimônio em Quedas D'água e Mananciais no ODS 6; Trabalho e Geração de Rendas em Geoparques no ODS 8; Ecoturismo e Geoturismo nos ODS 11 e 12; Conservação da Geodiversidade que é sustentação para a vida e a manutenção do clima na Terra nos ODS 13, 14 e 15.

Nesse sentido, destacam-se as boas práticas realizadas no território para a implementação de comunidades sustentáveis por meio da criação de oportunidades educativas e econômicas apoiadas no trabalho em rede e nas parcerias.

REFERÊNCIAS


Bailey, J. J., Boyd, D. S., & Field, R. (2018). Models of upland species' distributions are improved by accounting for geodiversity. *Landscape Ecology*, 33, 2071–2087. <https://doi.org/10.1007/s10980-018-0723-z>

Crofts, R. (2014). Promoting geodiversity: learning lessons from biodiversity. *Proceedings of the Geologists' Association*, 125(3), 263-266.

Gray, M. (2013). *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. 2nd edition, John Wiley & Sons.

Gray, M. (2019). Geodiversity, geoheritage and geoconservation for society. *International Journal of Geoheritage and Parks*, 7(4), 226-236.

Hjort, J., Gordon, J. E., Gray, M., & Hunter Jr, M. L. (2015). Why geodiversity matters in valuing nature's stage. *Conservation Biology*, 29(3), 630-639.



Morton, S., Pencheon, D., & Squires, N. (2017). Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation A national global framework for health, development and equity needs a systems approach at every level. *British medical bulletin*, 1-10.

Nascimento, M. A. L., da Silva, M. L. N., de Almeida, M. C., & dos Santos Costa, S. S. (2021). Evaluation of Typologies, Use Values, Degradation Risk, and Relevance of the Seridó Aspiring UNESCO Geopark Geosites, Northeast Brazil. *Geoheritage*, 13(2), 1-17.

Rosado-González, E. M., Sá, A. A., & Palacio-Prieto, J. L. (2020). UNESCO Global Geoparks in Latin America and the Caribbean, and Their Contribution to Agenda 2030 Sustainable Development Goals. *Geoheritage*, 12, 1-15.

UNESCO (2017) UNESCO Global Geoparks contributing to the Sustainable Development Goals. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247741>.

O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: DESAFIO PARA O ALCANCE DO ODS 12

Maria Hatjiathanassiadou³²

Thaynara da Silva Rodrigues³³

Larissa Mont'Alverne Jucá Seabra³⁴

Priscilla Moura Rolim³⁵

INTRODUÇÃO

Estima-se que o planeta terá que produzir 50% mais comida para conseguir alimentar toda a população em 2050, ano em que a Terra irá alcançar os quase 10 bilhões de habitantes. Nesse processo, destacam-se ainda os modelos insustentáveis de produção e consumo de alimentos, os quais usam de maneira irresponsável os recursos naturais, contribuem de forma significativa para as emissões de gases do efeito estufa, perda da biodiversidade, poluição de rios e mares, dentre outros diversos impactos ambientais (FAO *et al.*, 2020).


A discussão e proposição de soluções para essa temática é essencial, sendo uma das metas proposta pela ONU em 2015 (ONU, 2015), através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030. A meta 12.3 estabelece a necessidade de reduzir

³²Nutricionista, Mestranda em Nutrição – Lattes: 8159452985283724 – OrCid: 0000-0001-9367-1230 – mariahatji@hotmail.com.

³³Nutricionista – Lattes: 4331271552932827 – OrCid: 0000-0002-6083-0298 – thaynara.sr@hotmail.com.

³⁴Nutricionista, Mestre em Tecnologia de Alimentos e Doutora em Ciências da Saúde – Lattes: 1066492425111929 – OrCid: 0000-0002-1878-4283 - larissa.seabra@ufrn.br

³⁵Nutricionista, Mestre em Nutrição e Doutora em Biotecnologia – Lattes: 9630151999290632 – OrCid: 0000-0002-3847-5744 – priscilla.rolim@ufrn.br.




pela metade o desperdício de alimentos ao longo de toda a cadeia de produção e abastecimento. O alcance dessa meta está alinhado também com outros objetivos, como por exemplo, os objetivos 1, 2 e 3, que dizem respeito, respectivamente, à erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, bem como saúde e bem-estar.

Com as mudanças no estilo de vida e comportamento alimentar da população, percebeu-se um aumento da necessidade dos indivíduos em realizar parte das refeições fora de casa. Nesse contexto, as Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) desempenham papel fundamental. As UAN podem ser definidas como locais que tem como objetivo fornecer refeições balanceadas, dentro dos padrões dietéticos e sanitários, com o objetivo de atender as necessidades nutricionais da coletividade (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2009; DIEZ GARCIA, 2003; SANTOS *et al.*, 2011).

A oferta de uma alimentação saudável por esses locais é de extrema importância para a saúde pública, especialmente os locais que apresentam clientela cativa, como os restaurantes universitários. A alimentação não saudável é considerada como a maior causa da perda de saúde globalmente, tendo sido responsável por 11 milhões de mortes e 255 milhões de anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (DALYs) em 2017 (FAO, 2019; SWINBURN *et al.*, 2019). Nesse sentido, a alimentação saudável promove crescimento e desenvolvimento, além de prevenir todas as formas de má nutrição, que vão desde a desnutrição e a deficiência de vitaminas e minerais até a obesidade e fatores dietéticos que aumentam o risco de doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, cânceres e doenças cardiovasculares (FAO, 2019).

Destaca-se também o impacto que esses locais têm nos sistemas alimentares, em ações que partem da elaboração do cardápio e vão até a distribuição da refeição e destinação final dos resíduos. A compra de alimentos de produtores locais, por exemplo, pode fortalecer a economia local, estimular o consumo de alimentos da sociobiodiversidade fortalecendo a cultura alimentar, além de



diminuir as emissões de gases do efeito estufa liberados durante o transporte. Outras ações que também impactam de forma direta os sistemas alimentares são o uso responsável de recursos naturais, o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento dos processados e ultraprocessados, o estímulo ao menor consumo de carne vermelha e o aproveitamento integral dos alimentos (HARMON; GERALD; AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION, 2007; VEIROS; PROENÇA, 2010; VON KOERBER; BADER; LEITZMANN, 2017).

A geração de resíduos pelos serviços de alimentação é outro ponto que merece atenção, visto o grande potencial que esses locais têm de impactar os mais diversos âmbitos da sociedade, como saúde, economia, cultura e meio ambiente. Estima-se que os serviços de alimentação desperdiçam aproximadamente 244 milhões de toneladas de alimentos, sendo, em média, 32 kg/per capita/ano (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2021). O desperdício pode ocorrer durante todo o processo de produção de refeições, desde o armazenamento até a distribuição. As perdas ocorrem de diversas formas, podendo ser por meio de alimentos que não foram utilizados, durante o preparo das refeições em decorrência da falta de capacitações dos colaboradores, pelas sobras de preparações e através dos restos nos pratos dos comensais (BUSATO; FERIGOLLO, 2018).


Nesse contexto, os Restaurantes Universitários são espaços estratégicos de promoção de ações para combate ao desperdício de alimentos, uma vez que possui participação integrada entre gestores e consumidores do meio acadêmico, possibilitando conscientização e maior informação acerca dos impactos negativos ao meio ambiente e saúde pública decorrentes deste desperdício, especialmente sobras e restos (DELIBERADOR, CÉSAR e BATALHA, 2021; HENZ e PORPINO, 2017). Como relato de experiência, esta pesquisa desenvolveu ações no Restaurante Universitário da UFRN, visando a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

DESENVOLVIMENTO

Estima-se que um terço de todas as partes comestíveis destinadas para a alimentação humana é perdida ao longo de toda a cadeia, o que representa cerca de 1,3 bilhões de toneladas por ano (FAO, 2011). Com relação ao desperdício de alimentos, são desperdiçados aproximadamente 931 milhões de toneladas a cada ano, cerca de 121 kg per capita. No Brasil, pesquisas apontam que a maior parte do desperdício ocorre nas fases de consumo e distribuição, estimando um desperdício por família de aproximadamente 128,8 kg de comida no ano (PORPINO *et al.*, 2018 e RUVIARO *et al.*, 2020).

O desperdício de alimentos está associado de forma direta com impactos ambientais, econômicos e sociais. Estima-se que 8 a 10% do total de emissões de GEE globais estão associadas a comida que não é consumida (MBOW, *et al.*, 2019). O desperdício contribui ainda para a sobrecarga dos sistemas de gestão de resíduos, mudanças climáticas, perda da biodiversidade, poluição ambiental e desperdício de recursos, sejam estes naturais, humanos ou financeiros (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2021).


Associado a esse panorama, temos o crescente número de pessoas em insegurança alimentar, situação que deverá aumentar consideravelmente após a pandemia do COVID-19. Em 2019, 690 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança, cerca de 8,9% da população mundial, revelando um aumento de 60 milhões quando comparado a 2014. Caso essa tendência se mantenha, acredita-se que em 2030 esse valor possa ultrapassar os 840 milhões (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS *et al.*, 2020). Dessa forma, discutir o desperdício de alimentos está associado também ao alcance das metas relacionadas à segurança alimentar e nutricional (SAN) e ao direito humano à alimentação adequada (DHAA), temas abordados no objetivo 2 dos ODS da ONU.



É importante destacar que o DHAA foi reconhecido como direito humano básico na Declaração Universal dos Direitos Humanos e consagrada no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (FAO, 2014). No Brasil, a alimentação é reconhecida como direito social pelo Art. 6 da Constituição Federal e pela Lei 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 1988, 2006)

Nesse contexto, a fim de garantir o acesso a direitos previstos em lei como também para o alcance de objetivos e metas mundiais, o desenvolvimento de políticas públicas para o combate ao desperdício de alimentos a nível nacional e internacional é imprescindível. A França, em 2016, adotou uma lei que proibia os supermercados de destruir alimentos não vendidos, sendo obrigados a doá-los (CONDAMINE, 2020a). Também em 2016, a Itália aprovou uma lei que objetiva reduzir o desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia de alimentos com incentivos à doação e distribuição de alimentos que estão prestes a serem desperdiçados por meio de abatimento de impostos (CONDAMINE, 2020b). O Chile, em 2017, em associação com diversas instituições, formou o “Comitê Nacional para a Prevenção e Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos” com o intuito de coordenar ações para prevenir e reduzir as perda e desperdícios de alimentos (ODEPA, 2021).

No Brasil, medidas contra o desperdício também começaram a ser tomadas. O Programa Mesa Brasil, desenvolvido pelo SESC, é uma rede nacional de banco de alimentos e, nesse programa, empresas podem fazer doação de alimentos em condições seguras e próprias para o consumo. As doações são destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social (SESC, 2021). O Programa Banco de Alimentos, que capta, recebe e distribui de forma gratuita alimentos doados por setores públicos ou privados que seriam desperdiçados, é uma outra iniciativa que destina às instituições sociais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2021). Em termos de legislação, em 2020, o governo brasileiro sancionou a Lei



14.016 que permite a doação de excedentes por estabelecimentos dedicados à produção e fornecimento de alimentos. Apesar de inicial e apresentar de algumas lacunas, a Lei demonstra avanço no combate ao desperdício de alimentos no âmbito das políticas públicas (BRASIL, 2020).

Assim, o desenvolvimento de políticas públicas, de pesquisas na área e fortalecimento da divulgação de informações acerca do desperdício de alimentos são fatores essenciais para o alcance das metas propostas pela Agenda 2030 da ONU, especialmente os presentes no objetivo 12. No Brasil, a meta 12.3 que visa a redução dos desperdícios de alimentos ainda se encontra em processo de construção. Para monitorar o alcance dessa meta são utilizados dois índices que são o índice de perdas alimentares e o índice de desperdício alimentar. Com relação às metas 12.4 e 12.5, que também tem relação com a produção de alimentos, o Brasil conseguiu alcançar o item 12.4.1 que previa a existência de acordo multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, sendo uma dessas medidas a Lei 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os itens 12.4.2 e 12.5 ainda permanecem sem dados (BRASIL, 2010, 2021).

Diante do contexto exposto, foi realizado um estudo no Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Central, visando trabalhar a temática do desperdício de alimentos e do gerenciamento de resíduos sólidos. Este estudo fez parte de um projeto de pesquisa intitulado “Sustentabilidade na produção de refeições coletivas: ênfase nas dimensões ambiental e de saúde” desenvolvido pelo Departamento de Nutrição UFRN.

Foi realizado diagnóstico da geração de resíduos sólidos durante 12 dias de coleta, considerando as refeições do almoço e jantar. Os resíduos foram segregados em orgânicos e inorgânicos, bem como pesados diariamente em balança tipo plataforma.

Os dados apontaram uma geração total de 2,7 ton. de resíduos orgânicos e 0,6 ton. de resíduos inorgânicos, no total de 12 dias inteiros de produção. Além da geração de resíduos sólidos, também foi verificado um indicador de desperdícios, a partir da relação entre o peso total dos restos alimentares e a quantidade total de alimentos distribuídos. O índice de resto-ingestão das refeições para o almoço e jantar foi de 7,5% e 8,4%, respectivamente, valores estes considerados satisfatórios. No entanto, são necessários controles diários para redução do desperdício.

A análise dos dados possibilitou a adoção de estratégias para redução do desperdício, conforme descrito no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Ações sustentáveis realizadas no Restaurante Universitário.

ETAPAS/SETORES DA PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES	AÇÕES SUSTENTÁVEIS JÁ IMPLEMENTADAS
Gestão	Incentivo ao uso de papel reciclado, quando necessário; Reutilização de papel para rascunhos e impressões; Incentivo a prática de impressões frente e verso; Planejamento de cardápios considerando os hábitos alimentares da clientela e diversificação alimentar.
Recebimento de gêneros alimentícios	Otimização do tempo de recebimento dos gêneros, por meio de planilhas sobre o padrão de qualidade dos alimentos, evitando perdas dos alimentos por diminuir o risco de contaminação do por exposição à temperatura ambiente.
Armazenamento dos alimentos	Monitoramento e registro de temperaturas, evitando possíveis contaminações e consequentes descartes, além de manter as características sensoriais e evitar perdas por deterioração.
Pré-preparo de Carnes	Capacitação dos funcionários sobre técnicas de padronização de cortes, evitando perdas pelo modo de preparo e desperdício no consumo.

Preparo dos alimentos	Controle de tempo de cozimento adequado; Quando um produto não é utilizado na totalidade, realiza-se adequada identificação e armazenamento.
Distribuição	Desenvolvimento de campanhas periódicas para redução do desperdício de alimentos; Monitoramento do índice de resto-ingestão; Verificação do uso de utensílios de servir adequados.
Manejo de resíduos	Segregação de resíduos orgânicos e inorgânicos; Destinação ambientalmente adequada; para cooperativas de reciclagem e compostagem.

Foram propostas outras ações sustentáveis com possibilidade de implementação no restaurante, em todas as etapas de processamento dos alimentos na UAN (Quadro 2), visando futura elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS). A PNRS, lei nacional que prevê ações para o gerenciamento de resíduos sólidos por setores públicos e privados, institui restaurantes como geradores de resíduos e orienta a implantação de um PGRS. Na lei é possível observar também os conteúdos mínimos necessários para o PGRS (BRASIL, 2010).

Quadro 2. Propostas de ações sustentáveis para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Restaurante Universitário.

ETAPAS/SETORES DA PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES	PROPOSTA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS
Gestão/Recebimento de gêneros	Adoção de critérios para escolha de fornecedores: preferência para uso de embalagens primárias, retornáveis e biodegradáveis; utilizem embalagens recicladas e advindas de reflorestamento ambiental, como as de produtos de limpeza, por exemplo; Planejamento de compras com menor geração de resíduo inorgânico. Monitoramento periódico de manutenção preventiva de equipamentos <i>pass through</i> e balcões de distribuição (quente e frio), para manter os alimentos em temperatura adequada, e evitar possíveis desperdícios.
Pré-preparo	

Açougue	Atualizar periodicamente o fator de correção de carnes; - Utilizar as aparas de carnes brancas e vermelhas para a produção de fundos claros e escuros destinados às preparações culinárias na UAN
Sala de frutas e sucos	Reaproveitar cascas de frutas para a produção de preparações como compotas, doces, elaboração de farinhas, entre outros; utilizar sementes diversas para produção de farinhas e na aplicação em receitas culinárias de bolos e pães, por exemplo.
Processamento de vegetais	Capacitar periodicamente os funcionários responsáveis pelos cortes de vegetais e processamento de saladas; aproveitar talos, cascas e resíduos de vegetais para aplicações em preparações e fundos culinários; cascas e sementes de vegetais para elaboração de farinhas e utilização em tortas e bolos; Implantar registro e controle diários dos Fatores de Correção para monitoramento e possíveis atualizações.
Preparo dos alimentos	Monitoramento do tempo de cozimento adequado; optar por técnicas de preparo que propiciem menor geração de resíduo.
Distribuição	Capacitar os funcionários na padronização de porções dos pratos principais; avaliar a aceitação dos cardápios pelos comensais.
Manejo de resíduos	Identificação dos coletores em todas os setores de produção; Propiciar segregação dos resíduos por meio de lixeiras em todos os setores; Destinar para reciclagem os resíduos de embalagens de papelão, plástico, entre outros materiais recicláveis para associações/cooperativa de catadores; Capacitar periodicamente os funcionários, em todas as etapas de processamento do alimento, sobre a importância da sustentabilidade na produção de refeições e segregação dos resíduos; Resíduos orgânicos da produção de alimentos podem ser destinados a compostagem e serem utilizados em hortas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo concluiu que o Restaurante Universitário da UFRN promove ações de redução e combate ao desperdício de alimentos, do mesmo modo que propicia articulações para a adequada gestão dos resíduos, visando o alcance das exigências da Política

Nacional de Resíduos Sólidos e cumprimento de metas do ODS. A quantificação e caracterização de resíduos alimentares se mostraram importantes indicadores para se aferir o desperdício de alimentos em restaurante universitário, com potencial para subsidiar futuras ações sistêmicas de otimização, bem como o gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos diariamente na unidade de alimentação e Nutrição.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S.; SPINELLI, M. G. N.; PINTO, A. M. DE S. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. 3. ed. São Paulo: Editora Metha, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa Banco de Alimentos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-banco-de-alimentos>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. **LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006** BRASIL, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União** Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 25 mar. 2021

BRASIL. **LEI Nº 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.**, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-263187111>>

BRASIL. **Objetivo 12- Consumo e Produção Responsáveis.** Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=12>>.

BUSATO, M. A.; FERIGOLLO, M. C. DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA. **HOLOS**, v. 1, n. 0, p. 91–102, 9 fev. 2018.

CONDAMINE, P. **France 's law for fighting food waste: Food Waste Prevention Legislation.** Disponível em: <https://zerowasteurope.eu/wp-content/uploads/2020/11/zwe_11_2020_factsheet_france_en.pdf>.


CONDAMINE, P. **Italy's law for donation and distribution of food and pharmaceuticals to limit food waste: Food Waste Prevention Legislation.** Disponível em: <https://zerowasteurope.eu/wp-content/uploads/2020/11/zwe_11_2020_factsheet_italy_en.pdf>.

DELIBERADOR, L. R.; CÉSAR, A. DA S.; BATALHA, M. O. How to fight food waste in university restaurants? **Gestão & Produção**, v. 28, n. 2, 2021.

DIEZ GARCIA, R. W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 483–492, dez. 2003.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Global food losses and food waste – Extent, causes and prevention.** Rome: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2697e.pdf>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **O direito à alimentação no quadro internacional dos direitos humanos e nas Constituições.** Rome: FAO, 2014.



FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS *et al.* **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets.** Rome: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED; WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sustainable healthy diets - Guiding principles.** Rome: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca6640en/ca6640en.pdf?eloutlink=imf2fao>>. Acesso em: 17 set. 2020.


HARMON, A. H.; GERALD, B. L.; AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION. Position of the American Dietetic Association: Food and Nutrition Professionals Can Implement Practices to Conserve Natural Resources and Support Ecological Sustainability. **Journal of the American Dietetic Association**, v. 107, n. 6, p. 1033-1043, jun. 2007.

HENZ, G. P.; PORPINO, G. Food losses and waste: how Brazil is facing this global challenge? **Horticultura Brasileira**, v. 35, n. 4, p. 472-482, out. 2017.

MBOW, C. *et al.* (Eds.). . : **Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems.** [s.l.] Intergovernmental Panel on Climate Change, 2019. p. 114.

OFICINA DE ESTUDIOS Y POLÍTICAS AGRARIAS; MINISTERIO DE AGRICULTURA; GOBIERNO DE CHILE. **Pérdida y desperdicio de alimentos.** Disponível em: <<https://www.odepa.gob.cl/temas-transversales/agricultura-sustentable/perdida-y-desperdicio-de-alimentos>>.

PORPINO, G.; LOURENÇO, C. E.; ARAÚJO, C.M.; BASTOS, A. **Intercâmbio Brasil - União Europeia sobre desperdício de alimentos. Relatório final de pesquisa.** Brasília: Embrapa, 2018.



RUVIARO, C. F. *et al.* Food losses and wastes in brazil: a systematic review. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 6, n. 1, p. 78, 30 abr. 2020.

SANTOS, M. V. DOS *et al.* Os Restaurantes por peso no contexto de alimentação saudável fora de casa. **Revista de Nutrição**, v. 24, n. 4, p. 641–649, ago. 2011.

SESC. **Conheça o Mesa Brasil Sesc**. Disponível em: <<https://www.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/Entenda/>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 23 fev. 2019.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: [s.n.]. Disponível em: <[https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030Agenda for Sustainable Development web.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Food Waste Index Report 2021**. Nairobi: UNEP, 2021.

VEIROS, M. B.; PROENÇA, R. P. DA C. Princípios da sustentabilidade na produção de refeições Avaliação Qualitativa das Preparações dos Cardápios-método AQPC View project. **Nutrição em pauta**, v. 102, p. 45–49, 2010.

VON KOERBER, K.; BADER, N.; LEITZMANN, C. **Conference on “Sustainable food consumption” Wholesome Nutrition: An example for a sustainable diet**. Proceedings of the Nutrition Society. **Anais...**Cambridge University Press, 1 fev. 2017

OLHAR DIRETO DE SABERES: MAPEAMENTO DOS ODS LOCAIS NA REGIÃO DO BUTANTÃ-SP

Silvia da Silva Craveiro³⁶

Marinalva Coelho de Sousa Senhora³⁷

Lilia Asuca Sumiya³⁸

Fabiane Arcanjo³⁹

Thainá Teixeira Silva Cavani⁴⁰

INTRODUÇÃO

O Projeto de Pré Iniciação Científica (Pré-IC), “Olhar direto dos saberes: mapeamento dos ODS locais na região do Butantã (ODS 4)”, é desenvolvido em parceria entre EACH-USP - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e Etec CEPAM - Escola Técnica Estadual do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. O projeto conta com participação de um grupo de pesquisa, formado por estudantes e ex-estudantes do ensino médio, dos cursos técnicos da Etec CEPAM e estudante de instituição externa, sendo

³⁶Doutora em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV - <http://lattes.cnpq.br/5117935471081668> - <https://orcid.org/0000-0001-5128-9420> - silviacraveiro@gmail.com

³⁷Graduada em Matemática pela UNISA - <http://lattes.cnpq.br/4940404440656761> - <https://orcid.org/0000-0001-7547-4508> - marinalva.senhora@gestaopublica.etc.br

³⁸Doutora em Administração, linha políticas públicas pela PPGA-UFRN - <http://lattes.cnpq.br/0678147138094480> - <https://orcid.org/0000-0002-6938-8731> - lilia.sumiya@ufrn.br

³⁹Graduada em Gestão de Seguros e Previdência - <http://lattes.cnpq.br/3388098974841107> - <https://orcid.org/0000-0002-1929-8375> - fabiane.arcanjo@gestaopublica.etc.br

⁴⁰Graduada em Saúde Pública - <http://lattes.cnpq.br/3582626973876581> - thaina.cavani@gestaopublica.etc.br

bolsistas do CNPq ou da APM - Etec CEPAM, além de voluntários⁴¹ jovens oriundos das escolas públicas.

Os objetivos da pesquisa Pré-IC são: promover a integração das atividades universitárias, de ensino, de pesquisa e de extensão com escolas, jovens e organizações do entorno da USP; dar visibilidade às ações e boas práticas na região, constituindo um banco de experiências de tecnologias sociais da Agenda 2030 que possa ser fomentado e debatido ao longo da década 2020-2030; inspirar ações a partir da universidade, da escola e da sociedade que estejam em sintonia com a agenda 2030 da ONU.

Para tanto, a pesquisa de iniciação proposta tem por objetivo mapear iniciativas locais relacionadas à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 4 (Educação de Qualidade), que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa, de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A primeira fase do projeto de pesquisa, iniciada em 2019, teve como foco a realização de levantamento bibliográfico sobre ODS, bem como a compreensão de ações desenvolvidas na própria Etec Cepam. Nesta segunda etapa, desenvolvida no período de 2020-2021, que é foco deste artigo, o objetivo consistiu em analisar como as escolas públicas de educação básica enxergam sua contribuição com a Agenda 2030, a partir das ações que desenvolvem. Para tanto, delimitamos o foco nas práticas das escolas de ensino fundamental dos anos finais e ensino médio, localizadas na região do Butantã, na zona oeste do município de São Paulo/SP, região de grandes contrastes sociais e econômicos, onde se encontram mais de 80 comunidades periféricas.


⁴¹Orientadoras: Lília Asuca Sumiya (UFRN) e Sílvia da Silva Craveiro (Etec-CEPAM). Orientandos: Bianca Santos da Costa, Cinthya Silva Lima, Davi Gabriel Lourenço da Silva, Eduarda Moraes de Oliveira, Fabiane Arcanjo, Guilherme Henrique de Andrade Leme, Isabella Larocca Candido da Silva, Isabela Santos Bispo, Juliana Sanay Duarte Kuabara, Kamilla Bianca Amaral e Silva, Marinalva Coelho de Sousa Senhora, Rafaella Vitori Arruda Gualberto Cardoso, Thainá Teixeira Silva Cavani.

METODOLOGIA

No primeiro semestre do projeto, o grupo de pesquisa teve contato com as resoluções da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo, realizada em novembro de 2019, em que o tema foi “Novas Perspectivas para a Juventude: Cidadania e Desenvolvimento Sustentável na cidade de São Paulo” e cujo texto base correlaciona-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 (SÃO PAULO, 2019). A partir do texto base da conferência, bem como demais estudos sobre os ODS (IBGE, 2015; IPEA, 2019; UNESCO, 2020; GT Agenda 2030, 2020; SÃO PAULO, 2020), foram definidos os eixos analíticos e o grupo de pesquisa debruçou-se na elaboração de um instrumento de pesquisa para coleta de dados. Foi construído coletivamente um questionário virtual, utilizando-se o Google Forms, a fim de verificar o entendimento das escolas sobre o ODS 4 e identificar possíveis ações inovadoras nas escolas que se relacionam com as metas do ODS.

O questionário foi dividido em 3 partes, com 26 questões fechadas e 4 abertas. Na primeira parte do questionário, buscou-se levantar informações relacionadas às características gerais da escola e sua infraestrutura. A segunda parte focou no levantamento sobre as ações pedagógicas desenvolvidas, bem como na formação de professores. Por fim, a terceira parte questiona o conhecimento da escola sobre os ODS e como ela enxerga sua contribuição a esta Agenda.

O questionário foi encaminhado em maio de 2021 para as 53 escolas da região do subdistrito do Butantã/SP. Para possibilitar uma visão mais sistêmica das ações das escolas, a orientação foi para que os gestores escolares respondessem ao questionário. Houve reforço por telefone e mensagens via WhatsApp para incentivar o envio das respostas. Face à pandemia da Covid-19, a realização de contatos mais efetivos foi comprometida, sem aulas presenciais, havia



ausência também de funcionários na escola para atendimento. Havia ainda, algumas escolas da rede municipal em greve, devido à decisão de volta às aulas presenciais da rede. Esse cenário de dificuldades impactou a quantidade de respostas recebidas.


Das 53 escolas compreendidas na pesquisa, 18 escolas (33%) responderam os questionários, sendo 7 escolas da rede estadual, 7 da rede municipal, 3 ETECs e 1 Escola de Aplicação da Universidade do Estado de São Paulo - EAUSP. Consideramos que, diante da pandemia, o número de retorno foi satisfatório para esta pesquisa. A análise de dados coletados baseia-se na contagem de frequência e estatística básica para dados quantitativos, e uso da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) das respostas abertas.

A seguir, apresentaremos os principais achados da pesquisa, dividindo em duas subseções: i) o contexto das escolas e ii) ações desenvolvidas por elas.

O CONTEXTO DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Das 18 escolas que responderam os questionários, 9 atendem o Ensino Fundamental II e 4 o Ensino Médio, e ainda 5 escolas atendem tanto o Fundamental II como o Ensino Médio. Das 53 escolas objeto deste estudo, 35 delas oferecem o ciclo Fundamental II e 7 oferecem o Ensino Médio e/ou o Médio Técnico, 11 oferecem Ensino Fundamental II e também Ensino Médio. Verificamos que, no total, no ciclo do Ensino Fundamental II temos 14.065 alunos matriculados, enquanto que no ciclo do ensino médio temos o total de 8.096 alunos matriculados (QEDU, 2021).


A maioria das escolas (66,66%) que responderam o questionário atendem mais de 700 alunos, sendo que um terço dessas possuem nas salas de aula a quantidade de 21 a 30 alunos, e as demais, possuem de 31 a 40 alunos por sala de aula.



A pesquisa World Education Indicators (WEI), 2002, realizada pela Unesco e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), verificou que nos países desenvolvidos, a média de alunos por professor é de 14,3 e nos em desenvolvimento, 21,7. O Brasil apresentava, segundo o censo escolar 2002, um índice de 38 alunos por turma (INEP, 2004). Entre os 3 últimos anos, percebemos um certo avanço na relação da média de alunos por professor a nível Brasil, sendo 30,4, 30,2 e 29,6, para os anos de 2017, 2018 e 2019. No município de São Paulo em 2019, a média foi de 32,8 (INEP, 2021).

Verificando a estrutura e instalações das escolas, as respostas nos mostram que em torno de 50% dos equipamentos, como quadras cobertas e descobertas, bem como parques infantis precisam de ajustes ou reparos. Há duas escolas que não possuem biblioteca e, as que possuem, em torno de 50%, precisam de reparos ou adequações. Em relação a laboratórios e equipamentos de informática, cerca de 40% precisam de adequações ou manutenção. Já os laboratórios de química estão presentes em apenas 38% das escolas e, destes, 28% precisam de reparos ou adequações. A ausência de elevadores e a quantidade de rampas de acesso com necessidade de reparos ou adequações, revelam problemas de acessibilidade nas escolas. E ainda, sobre a questão de recursos de tecnologias assistivas, há um percentual considerável de 38,88% de escolas que não possuem, e entre as que possuem, em torno de 50% precisam de manutenção ou adequação. No quesito horta comunitária, apenas 1 escola afirma possuir em plenas condições.

Perguntado se a escola é segura para alunos e professores, 27,78% responderam que não. Leme (2020) discorre que as relações entre a violência e a escola são tratadas em algumas dimensões: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Observa em sua experiência institucional, sobre os discursos de poder e de dominação: assim como nos quartéis, estão presentes na escola, sua presença podia ser sentida pelo uso de regras, de normatizações, de humilhações e de punições.



Segundo Vieira (2021), a violência contra menores aumentou 14% de 2019 para 2020. Muitos especialistas indicam que a pandemia agravou a violência contra as crianças e adolescentes como observamos em Matos (2021), pois estas encontram-se presas em ambientes violentos, em que enfrentam ameaças, privações e violações de seus direitos, o que inclui maus tratos e diversos tipos de violência. Chama a atenção para o fato de que a violência escolar é um reflexo da violência vivida pelos alunos fora da escola, em especial a doméstica. Logo, com a quarentena, por mais que a violência no ambiente escolar não ocorra, sua raiz se intensifica, acrescenta Vieira (2021).

Com relação às instâncias democráticas participativas, o questionário respondido pelas escolas nos traz que, sob a forma de Associação de Pais e Mestres, estas instâncias estão presentes em todas as escolas, já no formato de Grêmio Estudantil, em 61,11% das escolas. Esta é uma questão complexa, pois o fato dessas instâncias estarem presentes nas escolas não indica, necessariamente, que exerçam efetivamente a sua função de participação democrática (PONTUAL, 2019).

AÇÕES SOBRE OS ODS NAS ESCOLAS

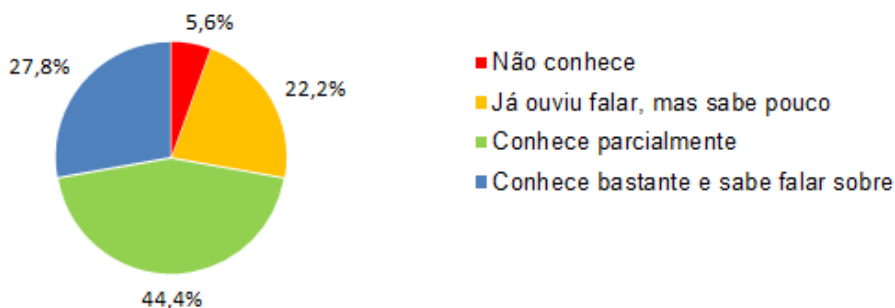
Como ponto importante para compreendermos como os ODS são vistos e praticados pelas escolas públicas, questionamos se existe alguma menção ou projeto relacionado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP). Para esta questão, 59,7% das escolas responderam negativamente.

Um destaque da pesquisa é em relação ao abandono escolar, que no Brasil é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres, em que a renda é um dos fatores que determinam percentuais de abandono e atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos (SARAIVA,

2019). A existência de ações e/ou projetos para o combate à evasão escolar foram mencionadas em resposta ao questionário em quase a totalidade das escolas, bem como ações desenvolvidas pela escola para apoiar alunos em situação de vulnerabilidade.

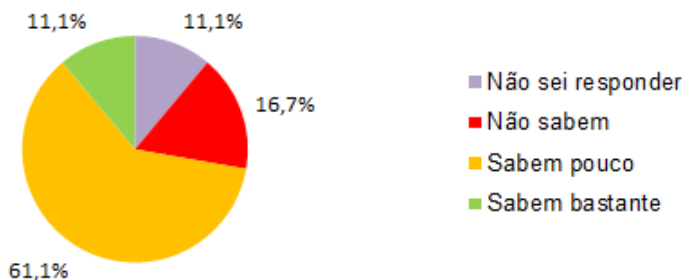
A fim de verificarmos o entendimento da escola sobre os ODS, efetuamos as seguintes perguntas no questionário: Você conhece sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? (Gráfico 1); Na sua opinião, os professores da escola em geral sabem sobre os ODS? (Gráfico 2); Na sua opinião, os estudantes da escola, em geral, sabem sobre os ODS? (Gráfico 3).

Gráfico 1. Conhecimento dos Gestores das Escolas sobre os ODS



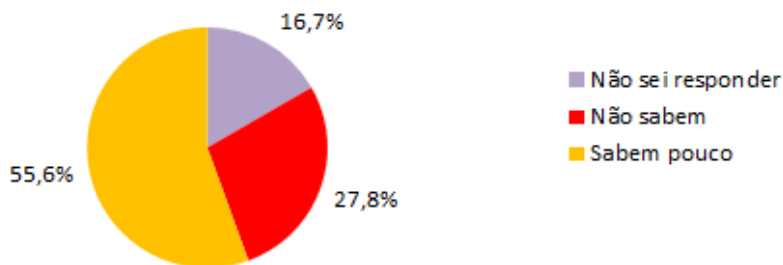
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Gráfico 2. Conhecimento dos professores sobre o ODS na visão dos gestores



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Gráfico 3. Conhecimento dos Alunos acerca dos ODS na visão dos gestores



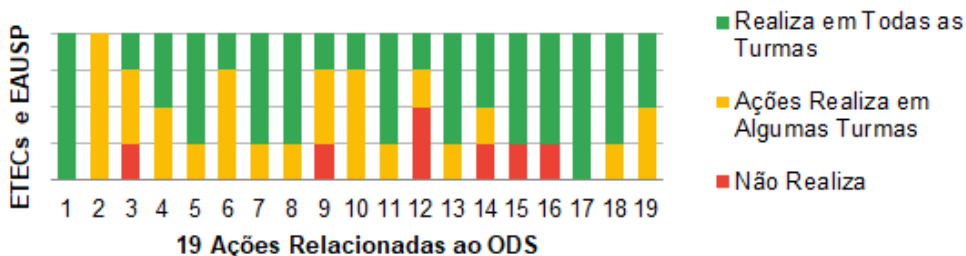
Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Analisamos possíveis correlações entre as diferentes redes de ensino a que a escola pertence e as ações que desenvolvem relacionadas aos ODS, em 19 questões aplicadas no questionário⁴².

Entendemos que as ETECs e a EAUSP possuem gestão e estruturas diferenciadas, assim como observamos que estas, em comparação às escolas da rede estadual de ensino e às escolas da rede municipal de ensino, realizam um número maior de ações relacionadas aos ODS. Verificamos ainda um diferencial, quando analisamos a incidência dessas ações para algumas turmas ou para todas as turmas da escola (Gráfico 4).

⁴² 1. Educação digital; 2. Educação financeira; 3. Empreendedorismo; 4. Coleta seletiva; 5. Horta comunitária; 6. Alimentação saudável; 7. Direitos Humanos; 8. Paz e não violência; 9. Prevenção a violência sexual; 10. Gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis; 11. Incentivo a continuidade aos estudos nas etapas seguintes; 12. Assistência psicológica e social; 13. Acompanhamento a alunos com baixo rendimento escolar; 14. Projetos sobre questões LGBTQI+; 15. Questões étnicas e raciais; 16. Matrizes africanas e indígenas; 17. Incentivo à cultura; 18. Incentivo a esportes; 19. Sustentabilidade.

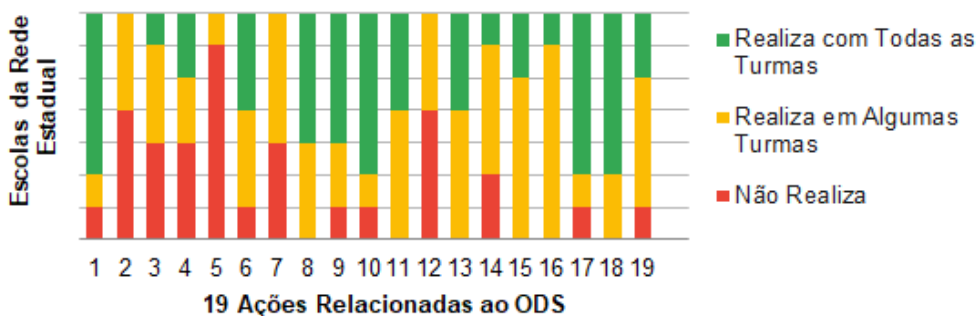
Gráfico 4. Ações Relacionadas ao ODS nas ETECs e EAUSP



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

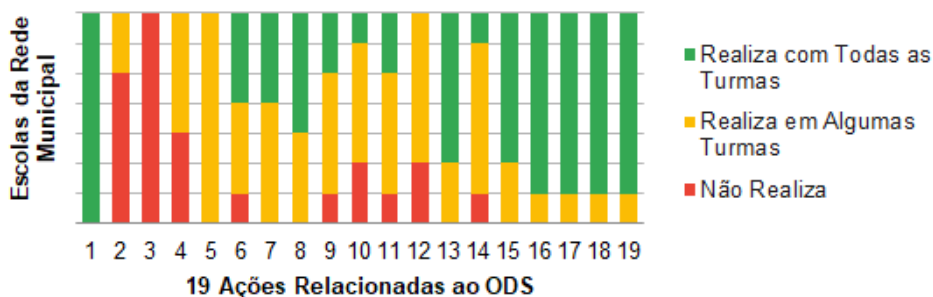
Verificamos que as escolas da rede municipal de ensino estão à frente em relação ao ODS (Gráfico 5 e Gráfico 6). Tal fato também é percebido quando analisamos a existência de menções dos ODS no PPP das escolas, e ainda, nas ações de divulgação e formação sobre os ODS.

Gráfico 5. Dados Relacionados aos ODS nas Escolas da Rede Estadual de Ensino



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Gráfico 6. Ações Relacionadas ao ODS nas Escolas da Rede Municipal de Ensino




Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Vale observar que a partir de 2017, o município de São Paulo incluiu em seu Currículo do Ensino Fundamental a Agenda 2030, promovendo a integração dos ODS com a metodologia de ensino (SÃO PAULO, 2020).

De forma geral, ao analisar o conjunto de ações pedagógicas implementadas pelas escolas, percebe-se que desenvolvem atividades e projetos diretamente relacionados à Agenda, contribuindo para o seu atingimento. Porém, gestores escolares não identificam tais ações como pertencentes a esta agenda. Isto pode indicar o baixo entendimento dos objetivos e metas da Agenda.

Nota-se que a ação relacionada à Educação Digital, é fator relevante e positivo, existente entre todas as escolas que responderam ao questionário, favorecendo o desenvolvimento dos alunos junto às plataformas digitais. Sobretudo durante o período da pandemia, com a suspensão das aulas presenciais, porém, o fator negativo sobressai devido à dificuldade dos alunos no acesso à internet e falta de equipamentos considerando a situação socioeconômica das famílias.




Considerando a ação voltada à questão do Empreendedorismo, existe uma preponderância em não ofertar entre as turmas das escolas da rede municipal e apenas em algumas turmas da rede estadual. Destacando-se apenas nas turmas das Escolas Técnicas (ETECs), relacionando com as particularidades de formação técnica profissional.

Sobre avaliação e desempenho dos alunos durante as aulas remotas em razão da pandemia, a média das respostas foi 5,7, sendo citado a falta de acesso à internet como causa principal. Um dos gestores acrescenta que realiza estudo dos casos dos estudantes com alta vulnerabilidade, e que o grupo trabalha em ações que auxiliam no combate à evasão escolar. Considera que a carência de políticas públicas é um fator desafiador, e que a questão da falta de acesso às tecnologias digitais é um elemento de exclusão que afeta a qualidade da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos os principais achados da pesquisa “Olhar direto de Saberes”: pouco conhecimento das escolas da região sobre os ODS; muitas ações desenvolvidas nas unidades educacionais relacionadas com a Agenda 2030; diferenças entre escolas de diferentes redes dentre as ações relacionadas aos ODS; e, a importância de políticas públicas intersetoriais para o acesso do estudante à escola, principalmente neste período de pandemia.

Como citado, as escolas, em sua grande maioria, desenvolvem ações relacionadas ao ODS 4, mas não relacionam a sua atuação como uma contribuição direta à Agenda 2030 e aos ODS. Não foi possível correlacionar diferenças no IDEB, com o comportamento dessas escolas relacionado às ações voltadas ao ODS 4. Destacamos ainda ações fragmentadas nas escolas de divulgação dos ODS, em geral são




realizadas palestras isoladas. Ainda, menos da metade das escolas citam a inserção dos ODS nos Projetos Políticos Pedagógicos.

Entende-se que essa pesquisa de pré-iniciação científica pode inspirar outras iniciativas para promoção dos ODS, a partir dos resultados observados. Destaca-se, inicialmente, que estudantes e professores participantes da pesquisa conseguiram desenvolver conhecimento aprofundado sobre os ODS e os desafios para sua implementação, tornando-se potenciais multiplicadores neste processo. Além disso, a pesquisa traz dados empíricos sobre uma determinada região e contribui para entender as questões mais evidentes relacionadas à implementação do ODS no local, possibilitando, a partir deste diagnóstico, a proposição de ações que contribuam para sua prática. Finalmente, a intenção de fazer um mapeamento de iniciativas locais contribui para sua visibilidade e para inspirar outras ações no território.

O Relatório Luz da Sociedade Civil – Agenda 2030, ano 2021, expõe que o ODS 4, assim como os demais ODS foram afetados, com retrocessos e ameaças de descontinuidade. Destaca os vetos de liberação de verbas e os cortes orçamentários. No quesito do enfrentamento à pandemia, houve deficiência e, em alguns casos, a falta de planos para o enfrentamento da crise sanitária, afetando diretamente o desenvolvimento e a promoção da educação, sobretudo a melhoria da qualidade e inclusão. O Relatório evidencia o retrocesso em particular da meta 4.4, que trata do aumento substancial no número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, a qual já se encontrava difícil de ser alcançada (GTSC A2030, 2021).

É fato que o progresso que vínhamos alcançando nos indicadores educacionais ao longo de décadas, agora enfrenta os reflexos deixados e denunciados pela pandemia. De acordo com Silva e Sousa (2020), o estado de emergência global decorrente do coronavírus evidenciou a necessidade de investimento e remodelamento emergencial de



sistemas e práticas educacionais para o fortalecimento dos direitos sociais, culturais e econômicos, assim como para a redução das desigualdades educacionais historicamente acumuladas. E, ainda, problematizam que o contexto de pandemia trouxe à tona uma série de desafios e entraves quanto ao acesso à educação brasileira, sendo que estes não são exclusivamente oriundos do quadro da crise atual, mas sim resultados de uma trajetória política-institucional que não colocou a educação como prioridade de Estado.

O estudo Síntese de Evidências FGV Clear também avalia as consequências causadas pela pandemia na educação brasileira, e faz projeções desses impactos para os próximos anos. São utilizados três cenários: um cenário otimista, conservador e pessimista. Mesmo no cenário otimista, as consequências à educação brasileira são muito importantes, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, agravando os problemas das desigualdades e da exclusão social (SOUZA, *et al.*, 2021).

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, firmada em 2015, se faz ainda mais necessária neste cenário pós-pandemia, pois se trata de um plano de ação que parte do reconhecimento de que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos e 169 metas, dependerá de um nível ainda mais elevado, uma parceria global com o engajamento de todos – governos, sociedade civil, envolvimento familiar, setor privado, academia, mídia e ONU. Embora com todos os problemas que enfrentamos ao sermos atingidos por uma pandemia, esperamos que isso não tenha força para o desânimo. É urgente e se faz necessária a conscientização de toda a sociedade sobre a Agenda 2030 e que busquemos seguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante dos achados da pesquisa, defendemos a importância de desenvolver ações de formação junto às escolas sobre a Agenda 2030, destacando as ações que já executam e implementando inovações

que permitam os avanços para atingimento das metas relacionadas ao ODS 4 (Educação de Qualidade), que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo assim oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

GTSC A2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2020. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

GTSC A2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **V Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notícias. Censo Escolar. **Brasil tem maior número de alunos por professor no nível secundário**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/brasil-tem-maior-numero-de-alunos-por-professor-no-nivel-secundario/21206. Acesso em 15 ago. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: **Média de alunos por turma**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/media-de-alunos-por-turma>. Acesso em 15 ago. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Cadernos ODS: ODS4**. Brasília, DF: IPEA, 2019. 30 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9349/1/Cadernos_ODS_Objeto_4_Asssegurar%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20e%20equitativa%20e%20de%20qualidade.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

LEME, S. A. **A formação e atuação do docente de sociologia e sua relação com a experiência juvenil sobre violência, violência policial, gênero e racismo numa escola periférica**. 2020. 121 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193427>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MATOS, M. Casos de violência contra crianças e adolescentes crescem na pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-na-pandemia/>. Acesso em 14 ago. 2021.

PONTUAL, P. Educação Popular e a Participação Social: Desafios e Propostas para Hoje. In: Cassio, F. (org.). **Educação Contra a Barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 159-164.

QEDU. Censo escolar. **Matrículas e Infraestrutura**. 2021. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/2329-sao-paulo/censo-escolar>. Acesso em 05 ago. 2021.

SÃO PAULO (município). Direitos Humanos e Cidadania. **4ª Conferência Municipal de Juventude**. São Paulo: CMDJ, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/comjuve/index.php?p=286137. Acesso em: 06 fev. 2021.


SÃO PAULO (município). **Relatório de Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Cidade de São Paulo**. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/link/relatorio-de-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-cidade-de-sao-paulo.pdf>. Acesso em 15 ago. 2021.

SARAIVA, A. Síntese de Indicadores Sociais. **Agência IBGE Notícias**. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SILVA, D. D. S. V.; SOUSA, F. C. Direito à educação igualitária e(m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, 6(4), 961-979. 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_0961_0979.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

SOUZA, André Portella *et al.* **Síntese de Evidências FGV CLEAR**. São Paulo. 2021. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/sintese-de-evidencias-clear-lemann-2.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório de Monitoramento Global da Educação. Principais Mensagens e Recomendações. **América Latina e Caribe. Inclusão Educação: Todos Sem excesso**. França, Paris: 2020. 20 p. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Global%20>



Education%20Monitoring%20Report%202020%20-%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean%20-%20Inclusion%20and%20education%20-%20All%20means%20all%20%5BPT%2C%20Key%20Messages%20and%20Recommendations%5D.pdf. Acesso em: 06 fev. 2021.

VIEIRA, S. H. A. Índice de Violência Escolar (IVE) da Cidade de São Paulo - Fase II. 1 poster. *In*: 19º Feira Brasileira de Ciências e Engenharia - FEBRACE. Escola Politécnica da USP - EPUSP. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://2021.febrace.org.br/virtual/2021/SOC/330/poster/>. Acesso em: 12 jul. 2021

BREVE ANÁLISE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO COREDE PARANHANA ENCOSTA DA SERRA/RS - BRASIL ENTRE 2017 E 2019

Marcos Paulo Dhein Griebeler⁴³

Nathália Lehn⁴⁴

INTRODUÇÃO

A Agenda para o desenvolvimento sustentável tem sua origem em setembro de 2000, quando os líderes dos 191 países-membros das Nações Unidas (ONU) assinaram a Declaração do Milênio e uma vez estabelecidos tais objetivos, os líderes buscaram não deixar eles “no papel”. O tempo passou e em quinze anos, na prática, muitos países não alcançaram efetivamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Frente a isso, no dia 1º de janeiro de 2016, a Agenda 2030 entrou em vigor, estabelecendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esta nova carta de objetivos foi aprovada durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Continuar o trabalho iniciado pelos ODM de maneira transversal e para responder a novos desafios é o principal desafio desses 193 países até 2030. Para isso, foram elencados os chamados 5 Ps da Agenda 2030, que podem ser divididos em: a) Pessoas: Erradicar a pobreza e a fome de todas

⁴³Doutor em Desenvolvimento Regional – UNISC. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT - <http://lattes.cnpq.br/3330162813104593> - d.org/0000-0001-7193-2620 - marcosdhein@faccat.br

⁴⁴Mestranda em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – <http://lattes.cnpq.br/6012652921198969> - d.org/6012652921198969 - nathalialehn@sou.faccat.br

as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; b) Prosperidade: Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; c) Paz: Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; d) Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e e) Planeta: Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.

Frente a teoria (proposta) e a prática (execução), faz-se a seguinte pergunta: De que modo é possível negociar, priorizar e efetivar melhorias na qualidade de vida para todos? Se o desafio está posto, vale lembrar que também traz consigo problemas distintos, seja nos locais mais populosos ou mais isolados, naqueles que possuem ou não acesso asfáltico, ou naqueles onde a seca ou o desgaste do solo persiste etc.

No que se refere aos aspectos metodológicos deste artigo, tem-se como base Gil (2014), uma vez que se trata de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com a proposta de verificar como se apresentavam os ODS a partir de dados quantitativos, oriundos de uma fonte secundária, especificamente disponibilizados pela CNM. Foram, então, analisadas as variações positivas e negativas apresentadas pelo Corede⁴⁵ Paranhana Encosta da Serra/RS, tendo-se como base os anos de 2017 a 2019, período definido por ser anterior a Pandemia Covid-19 que se instalou no mundo no último ano.

Com tal metodologia ora proposta, entende-se que será possível não apenas verificar a execução dos ODS nos municípios selecionados, como também, entender como se apresenta o processo de planejamento regional, sendo os resultados evidenciados na seção a seguir.


⁴⁵Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. O Estado conta, atualmente, com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Recuperado de <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>

ALGUMAS ACEPÇÕES SOBRE O TEMA “DESENVOLVIMENTO”

As definições em relação ao “desenvolvimento sustentável” ainda estão em constante adaptação, de modo a apresentar e elencar todos os campos em que o desenvolvimento por meios seguros e eficientes possam contribuir para um Planeta sustentável. Mas então, qual é o desenvolvimento que efetivamente precisa ser sustentável? Não se trata unicamente do desenvolvimento econômico, expressão muitas vezes utilizada como sinônimo de crescimento econômico. O Desenvolvimento Sustentável precisa incluir diversas outras esferas da vida humana, além da econômica (SOUZA; ARMADA, 2017).

O Desenvolvimento Sustentável (DS) aproxima dois ideais antagônicos – o capitalismo e a ecologia – em um objetivo comum para melhorar o nível da qualidade do sistema (sustentabilidade) (FEIL; SCHREIBER, 2017). O DS abrange as esferas da sustentabilidade Institucional, Econômica, Social e Ambiental com amplas temáticas a serem exploradas, dentre estas, a temática da área da saúde. A interface entre as temáticas da sustentabilidade e da saúde ainda é pouco evidenciada no Brasil, sendo carente o número de publicações que buscam investigar de forma centrada a dinâmica relação entre tais temas. Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de linhas de pesquisa que busquem investigar as conexões interdisciplinares entre o Desenvolvimento Sustentável e a saúde (ASSIS; LIMA; LIMA, 2017).

Com isso, o DS vem ganhando espaço nas diversas áreas de conhecimento e atuação, suscitando em instituições e meio científico, agregar valores da sustentabilidade nos seus processos produtivos, com a finalidade de garantir bens e serviços à população presente e promover a seguridade que populações futuras também tenham o direito de usar dos mesmos recursos (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).



A partir da compreensão de que o DS não se dá apenas na esfera econômica, é possível afirmar que as demais esferas são tão importantes quanto para a vida e permanência da humanidade em boas condições no ambiente terrestre. Além de que as esferas se conectam e se auxiliam, pois, através de uma sociedade mais consciente em relação a hábitos e ao ambiente haverá reflexos positivos na economia. Contudo, o olhar multidimensional para o capital ampliará também para o capital humano, social e cultural (SOUZA; ARMADA, 2017).

A partir da ação de práticas que contribuam para o DS, é possível criar uma espécie de “cascata” de benefícios, ampliando e melhorando diversos aspectos, dentre estes a melhoria da saúde da população. Deste modo, o desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade (FEIL; SCHREIBER, 2017).

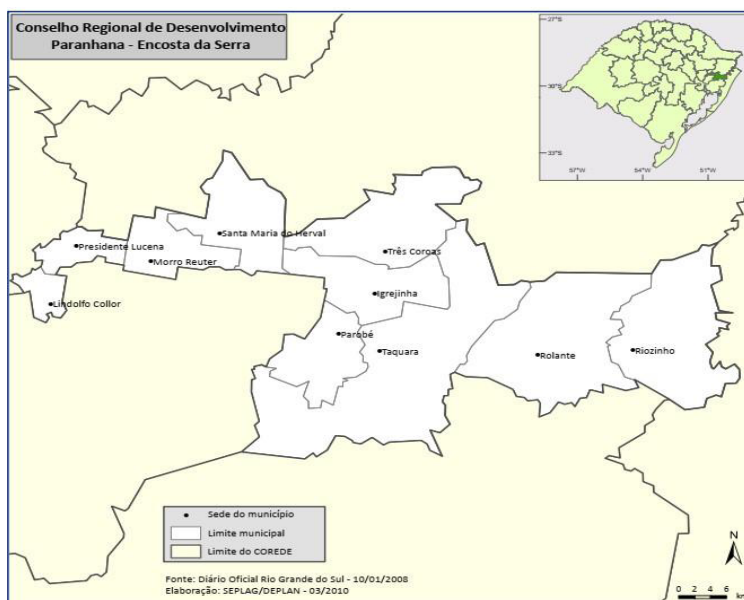
Os países estão criando juntos um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, dedicando-se coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação vantajosa para todos, que pode proporcionar enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo (ONU, 2015). O desenvolvimento somente é sustentável se ocorrer de forma harmoniosa e como ponto chave para que assim aconteça, logo tem-se alertado para a promoção da saúde da população através de uma melhor qualidade de vida.

BREVE ANÁLISE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO COREDE PARANHANA ENCOSTA DA SERRA/RS – BRASIL ENTRE 2017 E 2019

O Corede² Paranhana Encosta da Serra (CPES) é composto por duas microrregiões, distintas na organização geográfica e administrativa. A primeira microrregião, a do Paranhana, é formada pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Rolante, Riozinho, Taquara e


Três Coroas, e distribui-se ao longo das RS-239 e RS-115, localizada na região das Hortênsias e o Litoral Norte. A outra microrregião, da Encosta da Serra, é formada pelos municípios de Lindolfo Collor, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval e Morro Reuter, mais próximos da capital, Porto Alegre.

Figura 1. Mapa de localização do Corede Paranhana Encosta da Serra/RS - Brasil



Fonte: Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvoltimentocoredes>

Em termos práticos, as pesquisas demonstram que os municípios possuem ainda diversas deficiências e retrocessos de um ano para outro quando analisados os ODS em cada local. Mediante a estes aspectos, está a predominância de uma inexistente informação disponibilizada nas páginas das respectivas prefeituras sobre o



que tem sido realizado em prol dos ODS. Outrossim, é importante destacar que a partir de uma pesquisa realizada pelos autores deste estudo sobre a divulgação de ações realizadas pelas dez prefeituras que compõem o CPES, somente Taquara apresentava uma menção a esta sistemática.

Em linhas gerais, esta situação revela uma primeira preocupação por parte dos pesquisadores, uma vez que o esperado seria que todas as dez prefeituras tivessem divulgado em seus respectivos endereços eletrônicos, pelo menos, notícias relacionadas aos ODS, mesmo que para tanto, estes não estivessem diretamente mencionadas.

No instrumento, pode-se obter uma subdivisão entre aqueles municípios que possuíam menos de 50 mil habitantes e os municípios com mais de 50 mil habitantes. No que diz respeito aqueles que possuíam número menor que o citado anteriormente, os municípios que apresentaram maiores resultados cumulativos dos três ODS com maior variação positiva, estavam Rolante (283,28%), com destaque para o ODS 16, o qual possui como foco a formação de alianças para o desenvolvimento sustentável. Em seguida, Igrejinha (243,78%), com os ODS 8 e ODS 4 sendo evidenciados neste local. Por sua parte, Riozinho (164,79%) fechou o conjunto dos que apresentaram melhor desempenho, com destaque para o ODS 1.

Em contrapartida, os três municípios com a menor variação positiva e com menos de 50 mil habitantes foram: Morro Reuter (1,38%), o qual apresentou melhora nos ODS 1, ODS 2 e ODS 3, curiosamente com o mesmo percentual. Logo após, estava Três Coroas (49,49%), com o ODS 3 e Santa Maria do Herval (75,79%), também com este mesmo ODS em posição de destaque individual. Em outra parte, os dois municípios com mais de 50 mil habitantes, Parobé e Taquara, apresentaram respectivamente (309,08%) e (213,09%). No caso de Parobé, o ODS 3 também foi aquele que registou um melhor desempenho (124,98%) e no caso de Taquara, isto foi evidenciado no ODS 12.

Tabela 1. Resultado por Município com menos de 50 mil habitantes x
Maiores Variações Positivas

Ordem	Município	Maiores Variações Positivas – % 2017 a 2019			Totais
		ODS 16	ODS 17	ODS 12	Soma %
1	Rolante	117,94	94,48	70,86	283,28
		ODS 8	ODS 4	ODS 1	Soma %
2	Igrejinha	110,98	108,69	24,11	243,78
		ODS 1	ODS 5	ODS 8	Soma %
3	Riozinho	69,62	51,6	43,57	164,79
		ODS 4	ODS 9	ODS 8	Soma %
4	Lindolfo Collor	48,9	47,47	40,36	136,73
		ODS 12	ODS 1	ODS 8	Soma %
5	Presidente Lucena	40,29	35,74	33,62	109,65
		ODS 3	ODS 17	ODS 10	Soma %
6	Santa Maria do Herval	30,08	24,07	21,64	75,79
		ODS 3	ODS 2	ODS 10	Soma %
7	Três Coroas	35,14	9,95	4,4	49,49
		ODS 1	ODS 2	ODS 3	Soma %
8	Morro Reuter	0,46	0,46	0,46	1,38

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Confederação Nacional dos Municípios [CMN] (2021).

Tabela 2. Resultado por Município com mais de 50 mil habitantes x
Maiores Variações Positivas

Ordem	Município	Maiores Variações Positivas – % 2017 a 2019			Totais
		ODS 3	ODS 16	ODS 6	Soma %
1	Parobé	124,98	113,48	70,62	309,08
		ODS 12	ODS 16	ODS 17	Soma %
2	Taquara	76,45	68,32	68,32	213,09

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Confederação Nacional dos Municípios [CMN] (2021).



Na outra parte da análise realizada sobre os ODS nos municípios integrantes do CPES, tem-se a evidenciação daqueles que apresentaram a maior variação negativa entre 2017 e 2019. Tal como fora exposto para a parte positiva, aqui também se subdividiu em duas categorias, sendo aquela com os municípios que possuíam menos e mais de 50 mil habitantes. Em linhas gerais, o que se percebe é que as alterações se revelam com a predominância de maiores variações negativas para o ODS 9, o que é comum nesta parte para os municípios de Três Coroas (-98,79%), Riozinho (-72,68%), Morro Reuter (-27,87%) e Igrejinha (12,82%). Para os demais, ou seja, no caso de Santa Maria do Herval, destaca-se o ODS 11, com (-54,24%). Logo após, Rolante, Lindolfo Collor e Presidente Lucena, com o ODS 6, respectivamente com (-32,99%), (-5,6%) e (-0,15%).

Os dois municípios com mais de 50 mil habitantes, diferentemente do que se evidencia na Tabela 2, em termos de resultados negativos, Taquara assume a primeira posição, em especial pelo seu preocupante desempenho nos ODS 9 (107,66%), ODS 5 (-100%) e ODS 1 (-56,83%). No caso de Parobé, os maiores resultados negativos estiveram concentrados nos ODS 4 (-76,91%), seguido do ODS 8 (-51,52%) e do ODS 17 (-31,17%). O resultado individual consta nas tabelas subsequentes.

Tabela 3. Resultado por Município com menos de 50 mil habitantes x
Maiores Variações Negativas

Ordem	Município	Maiores Variações Negativas - % 2017 a 2019			Totais
		ODS 9	ODS 8	ODS 4	
1	Três Coroas	ODS 9	ODS 8	ODS 4	Soma
		-98,79	-21,43	-19,95	-140,17
2	Santa Maria do Herval	ODS 11	ODS 9	ODS 6	Soma
		-54,24	-39,93	-30,2	-124,37
3	Riozinho	ODS 9	ODS 12	ODS 11	Soma
		-72,68	-18,76	-18,6	-110,04
4	Rolante	ODS 6	ODS 15	ODS 14	Soma
		-32,99	-18,87	-18,87	-70,73
5	Morro Reuter	ODS 9	ODS 12	ODS 17	Soma
		-27,87	-15,42	-14,22	-57,51
6	Lindolfo Collor	ODS 6	ODS 3	ODS 2	Soma
		-5,6	-4,76	-4,76	-15,12
7	Igrejinha	ODS 9	ODS 13	ODS 5	Soma
		-12,82	0	0	-12,82
8	Presidente Lucena	ODS 6	ODS 16	ODS 13	Soma
		-0,15	0	0	-0,15

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Confederação Nacional dos Municípios [CMN] (2021).

Tabela 4. Resultado por município com mais de 50 mil habitantes x
Maiores Variações Negativas

Ordem	Município	Maiores Variações Negativas - 2017 a 2019			Totais
		ODS 9	ODS 5	ODS 1	
1	Taquara	ODS 9	ODS 5	ODS 1	Soma
		-107,66	-100	-56,83	-264,49
2	Parobé	ODS 4	ODS 8	ODS 17	Soma
		-76,91	-51,52	-31,17	-159,6

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Confederação Nacional dos Municípios [CMN] (2021).

De modo geral, conforme exposto nesta seção, os dez municípios do CPES possuem particularidades distintas. Ao mesmo tempo, apresentam elementos comuns e barreiras que impedem de serem totalmente predominantes os resultados considerados como satisfatórios para o bem-estar de seus habitantes. No quadro que segue, constam algumas sugestões de propostas de ações que podem ser utilizadas pelos municípios que apresentam variações negativas.


Quadro 1. Propostas de melhoria para os municípios pesquisados

ODS x Maior Variação Negativa	Propostas de Ação
<p>ODS 8) Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos</p>	<p>a) Implementação de programas de qualidade com foco na eficiência dos gastos públicos;</p> <p>b) Ênfase no controle interno e implementação de um sistema de Semáforo (verde, amarelo e vermelho) para a exposição dos itens custeados;</p> <p>c) Priorização das demandas regionais, tais como serviços de saúde, educação, coleta de resíduos e na área da agroindústria;</p>
<p>ODS 9) Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação</p>	<p>d) Consultas públicas para priorização de ações municipais;</p> <p>e) Identificação das potencialidades de cada município e análise dos gargalos produtivos;</p> <p>f) Elaboração de estudos sobre quais são os segmentos mobilizadores deste território;</p> <p>g) Ênfase em programas de qualificação e políticas municipais de fomento à formalização dos negócios;</p> <p>h) Estabelecimento de parcerias com Sistema "S";</p> <p>i) Ações em conjunto com foco em políticas públicas ativas (Qualificação) de trabalhadores com o Sistema Nacional de Emprego - SINE.</p>
<p>ODS 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.</p>	<p>a) Reforço da necessidade de programas voltados à alimentação saudável e de programas de pré-natal;</p> <p>b) Elaboração de oficinas com gestantes, unidades básicas de saúde e secretarias de saúde dos municípios;</p> <p>c) Formação de oficinas com alunos e professores da rede municipal de educação.</p>

<p>ODS 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>	<p>d) Criação de ações preventivas contra a violência e contra a violência feminina;</p> <p>e) Policiamento ostensivo em parceria com líderes comunitários;</p> <p>f) Interação entre governo (Secretaria de Segurança Pública) e escolas;</p> <p>g) Uso de aplicativos para comunicação de atentados.</p>
<p>ODS 6) Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento;</p> <p>ODS 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;</p> <p>ODS 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;</p> <p>ODS 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>a) Formação de consórcios municipais;</p> <p>b) Revitalização da rede de água e de esgoto;</p> <p>c) Elaboração de projetos regionais de saneamento básico;</p> <p>d) Criação de campanhas para a correta separação dos resíduos, em especial, com escolas e creches;</p> <p>e) Parcerias com as associações de bairros para identificação de problemas na rede de esgotos;</p> <p>f) Divulgação de ações municipais por meio das páginas <i>web</i> de cada prefeitura, assim como da escala a partir de veículos comunitários de comunicação.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Acredita-se, portanto, que podem ser estruturadas ações a partir dos resultados negativos encontrados nas quatro dimensões (Institucional, Econômica, Social e Ambiental) que podem proporcionar melhorias para a população assim como uma melhor atenção para os ODS.




Como resultado maior, ter-se-á a possibilidade de se catalisar política e socialmente a população dos municípios, a ser beneficiada por meio do empoderamento da capacidade de diálogo intermunicipal e interinstitucional. Em outras palavras, a união de esforços entre todos os agentes possíveis, tais como Entidades de Classe, Organizações Não-Governamentais, Escolas Municipais e outras Instituições de Ensino, Prefeituras, Associações de Bairros e Coredes se faz necessária para a promoção do bem-estar de todos. Uma vez realizada a análise, a seção posterior se ocupa de apontar algumas considerações sobre o estudo realizado, bem como perspectivas para outras investigações semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do espectro analisado, é preciso ressaltar que o próprio cenário estadual ou nacional pode ser um motivo de desaprovação para uma efetiva participação da população local nas decisões que buscam melhorar a qualidade de vida de todos. A decisão de participar nem sempre traduz a ideia de que suas opiniões ou sugestões podem ser ouvidas e posteriormente acatadas, o que acaba divorciando a teoria da prática. Não se pode negar, ainda, a possibilidade de que a própria mobilização possa ser deixada de lado, e inúmeras podem ser as causas para tanto. Sejam as divergências político-partidárias, aliadas à mudança de governo, as quais trazem consigo toda uma ideologia diferente, eliminando políticas públicas vigentes. Tem-se ainda a descrença da conduta de determinados representantes, ou ainda, o despreparo de cunho profissional dos representantes públicos.

De parte da população, em muitos casos, após o trabalho, pode não ser vista como prioritária a ação de comparecer a uma audiência pública, por exemplo. Cabe ainda salientar a possibilidade de a alienação sobre a situação da comunidade e/ou município ser de



ordem particular, em que por vezes é preferível assistir a um programa de televisão – um jogo de futebol ou a uma novela – ao invés de inteirar-se sobre questões referentes ao *modus vivendi* de toda uma comunidade. Ou seja, de nada adianta estabelecer objetivos com foco no desenvolvimento sustentável e divulgá-los, se em contrapartida, não se consegue, minimamente, saber separar o lixo produzido nas residências ou então, incentivar os filhos a estudarem.

De qualquer forma, acredita-se que as propostas sugeridas são viáveis e necessárias tanto para o atingimento dos ODS até 2030 como para a própria necessidade de sensibilização em prol da mudança coletiva. Outrossim, percebe-se que existe um hiato entre a comunicação e a relevância dos ODS no CPES, representado inicialmente pela falta de informações sobre os objetivos para a população.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a análise dos 28 itens constantes na Mandala dos ODS e sua relação com os demais Coredes do Rio Grande do Sul e suas variações positivas e negativas nos anos que abrangem a Pandemia de Covid-19. Com isso, acredita-se que será possível melhor analisar se a Pandemia atrasou a efetivação da Agenda 2030, ou se apenas evidenciou ainda mais os problemas já existentes.

Em suma, entende-se que o desafio é amplo e complexo, o que requer de todos os atores sociais – especialmente, das instituições de ensino - a necessidade constante de priorização dos ODS, respeitando-se sempre a particularidade de cada município.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Roberto R. Q.; LIMA, Leandro J.; LIMA JÚNIOR, José F. **Desenvolvimento sustentável e saúde: uma revisão integrativa.** Revista de Pesquisa Interdisciplinar, nº 2; página 496 – 503. Cajazeiras, 2017. Disponível em <<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/212/pdf>> Acesso em 18 jul. 2021.

CNM, Confederação Nacional dos Municípios. **Mandala dos ODS.** Disponível em <<http://ods.cnm.org.br/>>. Acesso em 15 ago. 2021.

CNM, Confederação Nacional dos Municípios. **Consórcios Públicos Intermunicipais: Uma Alternativa à Gestão Pública**

– Brasília, 2016. Disponível em <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Cons%c3%b3rcios%20p%c3%bablicos%20intermunicipais%20-%20Uma%20alternativa%20%c3%a0%20gest%c3%a3o%20p%c3%bablica.pdf>. Acesso em 14 jul. 2021.

FEIL, Alexandre A.; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados.** Caderno EBRAPE.BR, v. 14, nº 3. Artigo 7, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57473/69408>>. Acesso em 15 jul. 2021.

FREITAS *et al.* **A Sustentabilidade como paradigma – Cultura, Ciência e Cidadania.** Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HGy3DQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=cidadania+e+sustentabilidade&ots=Hw_guYLEg3&sig=VZuT6DTDXVG5mMtmBFqemb3Bccc#v=onepage&q=cidadania%20e%20sustentabilidade&f=false>. Acesso em 20 jul. 2021

GOVRS, Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Corede Encosta Vale do Paranhana.** Disponível em <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhosregionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em 10 ago. 2021.



Gil, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas. São Paulo, 2014.

IBGE. **Íbge Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 ago. 2021.

IPEA, Instituto de Economia Aplicada. **Atlas da violência**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em 10 jul. 2021.


LOURENÇO Mariane L; CARVALHO, Denise. **Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável**. Race - Unoesc, v. 12, nº 1, página 9 – 38. São Paulo, 2013. Disponível em <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/viewFile/2346/pdf>. Acesso em 18 jul. 2021.

NAÇÕES UNIDAS, Programa das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 15 ago. 2021.

NAÇÕES UNIDAS, Programa das Nações Unidas. **Relatório Anual do Desenvolvimento Humano - 2012**. Disponível em <https://issuu.com/pnudbrasil/docs/pnud_relato_rio_anual_web>. Acesso em 15 jul. 2021.

PORTAL ODM, Guia de mobilização. **Mobilizar em prol dos objetivos do milênio**. Disponível em <<http://www.portalodm.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2021.

PORTAL ODS, Agência de análise e cooperação em políticas públicas. **Guia para a municipalização dos objetivos do milênio – referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local/Agenda Pública**. São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.portalods.com.br>>. Acesso em 15 jun. 2021.



PNUD, Programada das Nações Unidas. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em 10 jul. 2021.

SOUZA, Maria C. S. A.; ARMADA, Charles A. S. **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos.** Revista de Direito e Sustentabilidade. Volume 3, nº 2, página 17 – 35. Maranhão, 2017. Disponível em <https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2437/pdf> . Acesso em 10 jul. 2021.

TAQUARA, Prefeitura Municipal de Taquara. **Notícias do município.** Disponível em <http://www.taquara.rs.gov.br/?titulo=Not%C3%ADcias&template=conteudo&categoria=817&codigoCategoria=817&idConteudo=2712&idNoticia=8636&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_NOTICIAS>. Acesso em 10 jul. 2021.

AGENDA 2030 E PROTAGONISMO JUVENIL: PRÁTICAS DE HOJE NA CONSTRUÇÃO DO AMANHÃ

Madson Gomes Rodrigues⁴⁶

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, os países comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada pela ONU sobre ações e atitudes sustentáveis. Dentro dos 17 objetivos está a Agenda 2030, formada por 169 metas que devem ser atingidas globalmente até o ano de 2030.

Mediante a estas discussões, todas as nossas ações individuais também impactam o planeta em que vivemos, seja positiva ou negativamente, buscamos o protagonismo juvenil, bem como

⁴⁶Professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Pós-graduado em Metodologia do Ensino de História e Geografia, Gestão Escolar, Educação Ambiental e Geografia do Semiárido e Atendimento Educacional Especializado - AEE e Educação inclusiva. Graduado em Geografia, Turismo e Pedagogia - <http://lattes.cnpq.br/7475959841101027> - <https://orcid.org/0000-0003-1365-4380> - prof.madsonrodrigues@gmail.com



incentivar os alunos para que aprendam de forma autônoma e participativa, a partir de problemas e situações reais. Esta proposta preocupa-se com um estudante que esteja no centro do processo de aprendizagem, participando ativamente e sendo responsável pela construção de conhecimento, em que nossos adolescentes são personagens principais de uma ação voltada para a solução de problemas reais. Ou seja, a participação ativa e construtiva do(a) estudante na escola, na comunidade ou na sociedade em geral. Pensando em construir um mundo melhor, mais sustentável e mais justo, incentivamos nosso corpo discente a ter um papel ativo de multiplicadores nessa construção, a repensar nossos hábitos e a promover ações que beneficiem o planeta e as pessoas à nossa volta.

Participante do Programa de Escolas Associadas da UNESCO - PEA⁴⁷, o Colégio CEI, localizado em Natal/RN, tem o compromisso com o futuro dos alunos e uma constante busca por inovações. A proposta pedagógica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, favorece o pensamento crítico, a autonomia e a capacidade de tomar decisões, por meio de projetos que propiciam momentos únicos e especiais de aprendizagem. A escola desenvolve o seu trabalho com base na Pedagogia de Projetos (Educação Infantil e Fundamental Anos Iniciais), metodologia de ensino por meio da experiência, que propõe uma conexão entre o estudante e um projeto de pesquisa que desperte o interesse dele. Ao propor uma abordagem baseada em projetos, a escola incentiva uma visão interdisciplinar do conhecimento, o aprendizado por meio da experiência e o desenvolvimento da autonomia dos alunos.

Nesse contexto, o projeto teve como objetivo relacionar os conteúdos trabalhados em sala de aula com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, bem como despertar nos jovens os valores, ideias de preservação da

⁴⁷ Rede de escolas comprometida a promover os ideais, valores e prioridades da UNESCO, criado em 1953 que hoje conta com mais de 10.000 escolas em 180 países. No Brasil, possui 583 instituições associadas, que trabalham para construir ativamente um mundo mais justo, pacífico, inclusivo e sustentável.

natureza e senso de responsabilidade para com as gerações futuras, promovendo a construção de atitudes para a preservação do meio ambiente e a cidadania.

DESENVOLVIMENTO


A aprendizagem baseada em problemas, Project Based Learning (PBL), tem como propósito fazer com que os estudantes aprendam através da resolução colaborativa de desafios. O professor atua como mediador da aprendizagem, provocando e instigando o aluno a buscar as resoluções por si só. O docente tem o papel de intermediar nos trabalhos e projetos, assim como oferecer retorno para a reflexão sobre os caminhos tomados para a construção do conhecimento, estimulando a crítica e reflexão dos jovens. A aprendizagem baseada em projetos exige que os alunos coloquem a mão na massa ao propor que os alunos investiguem como chegar à resolução.

Meu papel de professor progressista não é apenas o de ensinar Matemática ou Biologia, mas sim, tratando a temática que é, de um lado objeto do meu ensino, de outro, da aprendizagem do aluno, ajudá-lo a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva (FREIRE, 1996, p. 78).

Os procedimentos, então, foram divididos em 8 (oito) etapas:

MOMENTO 01 – OFICINA PEDAGÓGICA:

Realização de oficina voltada para professores na Semana Pedagógica da nossa escola, a partir do tema: AGENDA 2030: Ideias de atividades lúdicas como colaboração para os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. A oficina tinha como proposta




sensibilizar, de forma lúdica, o corpo docente sobre o uso sustentável dos recursos naturais através de suas próprias ações. As oficinas pedagógicas permitem o intercâmbio de experiências, em que o saber não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, igualmente presente no processo de construção do conhecimento.

MOMENTO 02 - TEMA INTEGRADOR:

Na primeira semana de aula, realizamos com os alunos uma conversa dirigida a respeito do tema integrador da escola - “Porque o outro sou eu: a empatia para a superação das violências”, fazendo com que os jovens criassem o senso de responsabilidade para assumir um papel protagonista nas mudanças do mundo. A conversa dirigida tem como objetivo a construção de um espaço de diálogo que permita aos alunos se expressarem e aprenderem em conjunto. (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis).

MOMENTO 03 - EXIBIÇÃO DE VÍDEO:

Nas aulas de Geografia, ao trabalhar a Geopolítica, foi exibido um trecho do programa Profissão Repórter sobre a situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil. Após o vídeo, realizamos um Fishbowl (método aquário), em que os alunos deveriam opinar sobre a seguinte questão: “Você é a favor da entrada dos venezuelanos no Brasil?” O Fishbowl (método aquário) é um formato de diálogo em grupo que busca tornar mais efetivos os papéis de fala e de escuta dos participantes. As pessoas são dispostas em dois círculos




concêntricos (ou mais, a depender do número de participantes), de modo que somente quem está no círculo de dentro pode falar, e os demais exercem o poder da escuta. O nome Aquário representa metaforicamente o movimento físico que os participantes precisam fazer para “mergulhar” na conversa. (ODS 10: Redução da Desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles).

MOMENTO 04 - PESQUISA SOBRE ENERGIAS RENOVÁVEIS:

Ao analisar o tema “globalização e meio ambiente”, foi solicitada uma pesquisa sobre desenvolvimento sustentável e fontes de energias renováveis. Destacamos que a utilização das energias renováveis oferece a possibilidade do desenvolvimento sustentável, através do desenvolvimento econômico, a equidade social e a proteção ambiental. Por meio da pesquisa o aluno tem a possibilidade de descobrir um mundo diferente, coisas novas, curiosidades. (ODS 7: Energia Acessível e Limpa - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos, ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis e ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos).

MOMENTO 05 - AULA TEMÁTICA BILÍNGUE:

Na Semana do Meio Ambiente, ao enfatizar a Década Internacional para a Ação, Água para o Desenvolvimento Sustentável/ water action decade 2018-2028, ministramos uma aula temática bilíngue, envolvendo as disciplinas de Geografia e Inglês, em que




propusemos apresentar para a comunidade escolar uma visão ampla, envolvendo inúmeros problemas que o mundo atual tem enfrentado em relação à falta de água potável (ODS 6: Água Potável e Saneamento - Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos).

MOMENTO 06 - SEMINÁRIO:

Ao estudar sobre a Índia, os alunos apresentaram um seminário com o título: “Índia – o pior país do mundo, para uma mulher nascer e viver”. Foram apresentadas todas as formas de violência contra as mulheres e meninas naquela nação, incluindo o tráfico, a exploração sexual, os casamentos prematuros, forçados e de crianças, bem como as mutilações genitais femininas e outras problemáticas. O seminário permite que o aluno tenha uma nova visão sobre determinado tema de seu interesse, identificando novas oportunidades e discutindo outras formas para solucionar um problema. (ODS 5: Igualdade de Gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas).

MOMENTO 07 - VIAGEM DE ESTUDO:

Ainda relacionado aos conteúdos trabalhados em sala, de forma interdisciplinar, com a Década Internacional para a Ação, Água para o Desenvolvimento Sustentável, iniciada no Dia Mundial da Água, em 22 de março de 2018, a terminar no Dia Mundial da Água, em 22 de março de 2028, realizamos uma viagem de estudo ao Rio São Francisco, na qual propusemos apresentar para os discentes uma visão ampla que envolve inúmeros problemas enfrentados no mundo atual: poluição e falta de água na perspectiva local e global. A partir do momento em que os alunos conseguem vivenciar, visualizar e compreender



os diferentes fenômenos que ocorrem no espaço geográfico de forma concreta, novas possibilidades de aprendizagem se abrem favorecendo a construção do conhecimento. (ODS 06: Água Potável e Saneamento - Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos).

MOMENTO 08 - EXPOSIÇÃO:

Para concluir, realizamos uma exposição dos trabalhos realizados, a qual possibilitou a socialização do conhecimento construído com o educando durante o ano letivo junto à comunidade escolar. Acerca do tema “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, os alunos apresentaram seus vários trabalhos: sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, com segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos (com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, para mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos; redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive em especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros. A realização de uma exposição escolar é um recurso de suma importância na escola, e é por meio dela que se busca a divulgação dos conhecimentos científicos para a comunidade escolar, em que os alunos conhecem o método científico, utilizam sua criatividade e curiosidade para criar, se motivam com os projetos apresentados, pois é através dela que eles possuem o primeiro contato com a pesquisa, além de proporcionar aos alunos a busca pelo conhecimento adquirido através da vivência do aluno com o cotidiano e com o meio científico. (ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).

ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- Realização de leitura de textos avulsos e do livro-texto, com apresentação oral para o grande grupo com debates e discussões;
- Pesquisas, análises e interpretação de textos e vídeos, materiais iconográficos e cartográficos, gráficos e tabelas, entre outros;
- Aulas expositivas dialogadas;
- Aula de campo e exposição científica.

RECURSOS:

- Utilização de mídias;
- Utilização de imagens, esquemas, tabelas e gráficos;
- Utilizações de sites – ambientes virtuais na Internet;
- Quadro, datashow, livro didático.

É importante destacar que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais não deve ser pensada apenas como uma forma de socialização destes no ambiente escolar. Faz-se também necessária a garantia da aprendizagem, observando-se o ritmo e a necessidade de cada estudante. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas precisam ser diferenciadas e específicas para cada tipo de necessidade. Entre nossos alunos, alguns apresentavam necessidades educacionais especiais como TEA e TDAH. Para a inclusão desses alunos com NEEs algumas estratégias pedagógicas foram desenvolvidas, a fim de garantir a participação deles, sem exceção, no processo de ensino. Assim, adaptamos, adequamos, diversificamos e flexibilizamos o currículo, as atividades e as ações presentes no projeto, a saber:

Priorização dos conteúdos que garantam aprendizagens posteriores;

- Conteúdos trabalhados, levando-se em consideração o grau de complexidade (do menor para o maior);
- Reforço da aprendizagem e a retomada de conteúdos;
- Eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários;
- Adaptações de atividades avaliativas.

AVALIAÇÃO

Utilizamos uma avaliação contínua em que foram empregados vários instrumentos. Entre esses, a observação e registro da participação, a aplicação de diferentes atividades que envolveram expressão oral (a oralidade pede não só o planejamento de atividades sistemáticas, mas também um acompanhamento que possibilite verificar o desenvolvimento da proficiência das habilidades nos alunos), a escrita (que tem o sentido de garantir a escrita como um bem cultural, no processo de ampliação e compreensão do mundo, é através do diálogo e compreensão que a aprendizagem torna-se cada vez melhor), de forma a se obterem informações que melhor discriminaram o nível de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o mundo está cada vez mais preocupado com a atual situação do meio ambiente. Essa preocupação com a questão socioambiental está presente em quase toda sociedade, em que pessoas e empresas adotam e desenvolvem medidas e ações que, além de diminuir os impactos, como no caso de redução de gases poluentes e ponderação no consumo de água e energia, também contribuem para a reestruturação ambiental, como por exemplo, o

reflorestamento. Assim, nosso projeto se relaciona com o território, os equipamentos, as ações, as políticas existentes e com as organizações sociais na medida em que promoveram estudos com foco na conscientização ambiental, por meio de atividades pedagógicas que fomentaram uma mudança de hábitos e prepararam os alunos para atuarem no novo contexto ambiental e social, bem como exercerem papel ativo de multiplicadores nessa construção, repensando nossos hábitos e promovendo ações que beneficiem o planeta e as pessoas à nossa volta.

REFERÊNCIAS


ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 5ª ed. São Paulo: Altas, 2001.

AGENDA 2030. Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030. Disponível em < <http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>> Acesso em: 20 abr. 2020.

CARVALHO, Edson Ferreira de. Meio ambiente e direitos humanos. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Normas de apresentação tabular. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Roteiro para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Plataforma agenda 2030: acelerando as transformações para a agenda 2030 no Brasil. 2018. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>> . Acesso em: 20 abr. 2020.

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DIÁLOGOS COM A AGENDA 2030 E O ODS 5 JUNTO À INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Francelyne da Silva de Assis Levino⁴⁸

INTRODUÇÃO

O Projeto “Eu Digo Não: Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” é um dos projetos do Programa Saúde na Escola (PSE), que foi iniciado em 27/04/2019⁴⁹, com o foco de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio da prevenção primária.

⁴⁸Assistente Social, concursada da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ-Brasil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEDCT) Membro da Equipe Exclusiva Saúde na Escola, do Programa Saúde na Escola. Filiada a Associação de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro (ACTERJ), na condição de Ex Conselheira Tutelar do Município de Campos dos Goytacazes/RJ - <http://lattes.cnpq.br/7256126716224793> - <https://orcid.org/0000-0002-2954-5421> - venhavctambem@gmail.com

⁴⁹Iniciado em 27/04/2019 e se encontra em andamento. Ressalta-se que diante do quadro de emergência internacional decorrente da Covid-19, declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30/01/2020, o Projeto buscou estratégias para continuar atuando e disseminando suas práticas, com vistas à quebra do muro do silêncio que encobre a violência sexual contra meninos e meninas, por meio do universo online. Em junho de 2021, ocorreu a retomada gradativa das atividades escolares presenciais em algumas unidades escolares públicas do município de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir da imunização dos profissionais da educação. No entanto, cabe aos pais/responsáveis dos alunos, a decisão de enviar as crianças e os adolescentes para as instituições escolares ou continuar as aulas online, em virtude da pandemia do Covid-19. Com relação às ações do Projeto Eu Digo Não: Prevenção ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes e demais projetos do PSE não há previsão da retomada das atividades presenciais, continuando a atuar remotamente, por meio das redes sociais, como o Instagram @psecamposrj, pelo YouTube (Programa de Aprendizagem Eficiente) e grupos de WhatsApp dos gestores das unidades escolares públicas pactuadas ao PSE. Para produção dos conteúdos, a equipe PSE pesquisou e elaborou conteúdos relacionados à Covid-19 no enfrentamento do novo Coronavírus. No que tange o Projeto em apreço os conteúdos estão relacionados às diversas faces da violência e violações de direitos, conforme proposta inicial da criação do Projeto e desenvolvimento de forma presencial nas unidades escolares no decorrer de 2019,

É oportuno registrar que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a prevenção primária tem como finalidade a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem os maus-tratos e suas mais variadas modalidades (física, psicológica e/ou sexual) atuando nas causas da violência doméstica (ABRAPIA, 1997; COSTA, 2014).

Sinaliza-se, ainda, que o referido Projeto vem sendo desenvolvido por profissional de Serviço Social⁵⁰, sendo o mesmo planejado e apresentado à coordenação local do PSE que aprovou a consecução.


A proposta de trabalho ocorreu⁵¹ em unidades escolares públicas do ensino infantil e fundamental, por meio do trabalho do serviço social com grupos, em que o processo de reflexão junto às famílias dos discentes (usuários do Projeto) aconteceu inicialmente por intermédio de palestras sobre prevenção à violência sexual contra meninos e meninas.⁵²

É relevante sinalizar que desde sua criação o Projeto focaliza sua atuação no município de Campos dos Goytacazes, localizado na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, em instituições educacionais (municipais e estaduais), da Educação Infantil e Fundamental, devido à adesão do município ao PSE, em âmbito federal.

⁵⁰O PSE, como lócus da atuação profissional de diversos profissionais, entre eles, o Assistente Social, constitui-se em um espaço privilegiado para o planejamento e consecução de projetos direcionados às múltiplas manifestações expressões da questão social, que interferem, na saúde do educando, impondo obstáculos nos processos educativos e, conseqüentemente no contexto social, com destaque para a violência contra crianças e adolescentes, em suas diversas faces. Ressalta-se que a escolha da problemática, foi feita por estar totalmente vinculado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, incluindo suas Bandeiras de Lutas.

⁵¹Este artigo tem como proposta disseminar os conhecimentos sobre o trabalho de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, desenvolvido no universo da educação escolar, inicialmente de forma presencial, mas que passou por modificações para se ajustar a realidade imposta pela pandemia do Covid-19, que ocorreu no início de 2020 e se prolonga até a presente data. Desse modo, compartilhamos a experiência de trabalho que ocorreu no período entre 2019/2021.

⁵²A metodologia de trabalho para participação da família nas instituições escolares se deu por meio do convite enviado pelos alunos pela unidade escolar. A mobilização para estar na unidade escolar no dia e horário da palestra é feita pela instituição de ensino. Para definição das instituições escolares que contaram com o projeto foram adotados critérios de pactuação ao PSE, sendo realizadas ações em algumas instituições não pactuadas (em sua minoria).



A adesão consiste em um processo de pactuação de compromissos firmados entre secretários municipais de saúde e educação, deste município, com os Ministérios da Saúde e Educação. Portanto, no município em questão, o processo de adesão/pactuação vem ocorrendo desde 2009, a cada dois anos.

A despeito do Programa, trata-se de uma política intersetorial, da Saúde e da Educação, instituído por meio do Decreto Presidencial nº 6.286/2007. Diante disso, em Campos dos Goytacazes/RJ, o PSE foi criado pelo Decreto Municipal nº 305/2009, para promoção de ações de saúde e enfrentamento das vulnerabilidades, bem como riscos que comprometem o pleno desenvolvimento do educando da rede pública de ensino.

Nessa perspectiva, as unidades escolares são espaços de diálogos em relação à proteção da infância e adolescência, que emergem a partir da vida dentro e fora do contexto escolar. Assim, “reflexo de sua comunidade, situada territorialmente em uma comunidade, orquestrada culturalmente por cenários, situações e acontecimentos que se representam e reproduzem na comunidade em que se insere” (AMARO, 2017, p. 43).

Nesse sentido, o ambiente escolar nos abre um vasto campo de questões a serem exploradas por meio de diversos instrumentos de pesquisa e ação. E, neste processo, entendemos que é pelo diálogo, ou seja, observando, falando e indagando as famílias dos alunos, considerando os pontos de vistas um dos outros, que os participantes do projeto vão dando sentido sobre a necessidade da proteção às crianças e aos adolescentes e, associado a isto, percebem a instituição escolar, como um espaço da rede de proteção.⁵³

Levando-se em conta tais discussões, as atividades planejadas e desenvolvidas pelo Projeto em questão, mantido pelo PSE, do município de Campos dos Goytacazes/RJ, correspondem aos itens IV,

⁵³De acordo com o artigo 87, do Estatuto da Criança e do Adolescente, as políticas sociais básicas, entre elas, educação, saúde, assistência social, estão na linha de frente do atendimento dos direitos da população infantojuvenil.



V, VI das ações pactuadas pelo PSE ciclos 2019/2020 e 2021/2022, entre o governo municipal e federal, isto é, promoção da cultura de paz e direitos humanos, bem como, a prevenção das violências e acidentes, como também, a prevenção de doenças negligenciadas.


Acerca disto, o Projeto em questão tem como diferencial o diálogo com a Agenda 2030 e o alinhamento com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, particularmente com o ODS 5.

Desse modo, almejamos com o desenvolvimento de tal Projeto contribuir para que gradativamente as nove metas do ODS 5 sejam alcançadas. Mediante a isto, inicialmente optamos por duas delas: eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; assim como, eliminar todas as práticas nocivas, como casamentos prematuros, forçados e de crianças, bem como mutilações genitais femininas.

Neste sentido, todas as ações e esforços do Projeto têm sido na prevenção e erradicação da violência contra crianças e adolescentes, em especial, o abuso e a exploração sexual. Para isto, o Projeto aborda outras problemáticas interligadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, tais como, o desaparecimento e tráfico de pessoas⁵⁴, os casamentos prematuros e forçados de meninas e mutilações genitais femininas, passando por temas como exploração sexual.

No que tange a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, esta ocorre em um mercado específico, isto é, o mercado do sexo e da indústria pornográfica, organizados em redes

⁵⁴Para introduzir o tema: prevenção à violência sexual contra meninos e meninas e, fomentar as reflexões do grupo são disponibilizados cartazes do Programa S.O.S Crianças Desaparecidas, em que é perguntado aos participantes o que mais chamou atenção ao visualizarem as imagens de pessoas desaparecidas. Desta forma, a partir dos relatos apresentados pelos participantes é iniciada a palestra, onde durante a explanação do assunto violência contra crianças e adolescentes, perguntas e observações são feitas tanto pelos participantes do grupo, como pela profissional. Ressalta-se que o convite e divulgação do encontro são realizados pelas unidades escolares aos familiares dos alunos.



de comercialização local e global. Sustentado pelo lucro gerado na exploração do trabalho sexual de mão-de-obra adulta e infantojuvenil.


Sendo assim, pelo fato do conceito e as concepções do fenômeno da exploração sexual comercial ter se expandido aceleradamente nas duas últimas décadas, em virtude de diversos fatores, entre eles, o avanço tecnológico, ocasionando uma rápida expansão do sexo via internet, o Projeto em apreço agregou aos conteúdos abordados a importância do diálogo entre adultos e crianças/adolescentes e a necessidade da atenção dos pais/responsáveis do alunado quanto à navegação no universo virtual.

A despeito da importância do diálogo entre os adultos com as crianças e os adolescentes, esse tema articula-se aos demais assuntos abordados pelo Projeto tendo em vista a proteção e defesa da população infantojuvenil.

DESENVOLVIMENTO

Iniciado em 27/04/2019, o Projeto atingiu em 26/09/2019, um público de 541 famílias. Foram realizadas ações de prevenção e combate à violência sexual contra a população infantojuvenil, por meio de palestras em 22 instituições públicas, em que 17 destas instituições pactuadas ao PSE. Ressalta-se que foram 75 estabelecimentos de ensino, que aderiram às ações do referido Programa (biênio 2019/2020).

É importante ressaltar que os estabelecimentos de ensino (escolas e creches) do município de Campos dos Goytacazes/RJ são constituídos por uma diversidade de segmentos, dentre os quais se destacam os professores, os alunos, os gestores e vários servidores, os familiares (pais ou responsáveis dos discentes e demais parentes), a comunidade do bairro, as organizações sociais que mantêm com a instituição escolar alguma relação de parceria.



Considerando o contexto escolar como espaço potencialmente fecundo para propiciar o encontro dialógico entre os pais dos alunos, o Projeto trata-se de uma proposta de trabalho que privilegia a escuta, o diálogo e a análise da problemática da violência contra crianças e adolescentes, voltada para o fortalecimento das relações entre escola e família dos alunos.


Para efetivar a proposta de trabalho entendemos como família, um conjunto de pessoas, de diferentes idades e gerações, que se abrigam sob o mesmo teto e/ou no mesmo logradouro, como também, os casais com uma única e, diferentes uniões com filhos trazidos pela companheira/o de outras relações, assim como, a um casal e seus filhos, a mãe e filhos, pai e filhos ou diferentes combinações que envolvem também avós, sobrinhos, netos, genros, noras, afilhados, entre outros.⁵⁵

Neste sentido, as intervenções do Projeto, no cenário escolar, apontam que o conceito de família é sempre aberto com relação a sua composição, demonstrando, além disso, a polarização da participação das mulheres nas ações de saúde em educação, voltadas particularmente para as questões da infância e adolescência. Ao lado destas informações identificamos também que elas são tidas como responsáveis pelos alunos junto à instituição escolar por terem efetuado a matrícula.

Associados a isto, observamos que são elas as responsáveis pelo recebimento do benefício financeiro do Programa Bolsa Família (PBF) e se encarregam de cumprir as contrapartidas, ou seja, manter crianças/adolescentes nas escolas, assim como, levá-los a Unidade Básica de Saúde (UBS), entre outros equipamentos de serviços públicos.

Desse modo, a participação das mulheres em espaços públicos, tais como, os estabelecimentos de ensino infantil e fundamental

⁵⁵ “As organizações familiares, atualmente, apresentam-se multifformes. A família nuclear, surgida na Revolução Industrial, na qual pai, mãe e filhos convivem sob o mesmo teto, mantém-se até os dias de hoje. No entanto, em meio a novas demandas e concepções de relacionamentos, surgem outros tipos de famílias (...)” (CARDOSO, 2011, p. 33).



vêm possibilitando a ampliação das redes de proteção à população infantojuvenil, estimulando a promoção da intersectorialidade das Políticas Sociais Básicas, entre elas, Saúde, Educação e Assistência Social.


Não podemos deixar de pontuar as questões relacionadas ao imaginário social sobre a função natural da mulher, sobretudo no Brasil. Deste modo, continuam com as tarefas que sempre foram vistas pela sociedade como de sua competência, ou seja, ocupar-se dos filhos, cuidando e educando. E os homens com a função de provedor, quando assumem o papel parental.

É preciso salientar que o projeto foi planejado para participação da família do alunado, portanto, não restritivo à participação da mulher/mãe, embora o quantitativo registrado na lista de presença seja maior em relação ao número de homens/pais participantes.

Com relação ao grau de parentesco, o universo do acompanhamento escolar pela família, ainda é maior por parte das mães, que mesmo ocupando o espaço no mercado de trabalho, na medida do possível esforçam-se para atuar junto à educação formal dos filhos, além de tempo para os cuidados de parentes (idosos e pessoas com deficiência).

Quanto à participação da mulher no espaço escolar, é oportuno registrar que identificamos entre as mulheres, a presença de avós e tias, que, devido aos pais dos alunos trabalharem e não disporem de tempo suficiente para participar das atividades no ambiente escolar, contam com a colaboração de familiares.

Neste ponto, há de se convir o alinhamento do Projeto em tela com o ODS 5, por meio da socialização das informações, acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes, propicia o empoderamento dos usuários do Projeto, em sua grande maioria mulheres (mães/avós/tias) acerca dos direitos de crianças e adolescentes, contribuindo com o empoderamento destas, em especial nas questões relativas à prevenção e erradicação da violência sexual contra meninos e



meninas, em especial, as crianças e adolescentes de sua família, da comunidade e território onde a unidade escolar encontra-se inserida.


Assim, é necessário pontuarmos que a socialização das informações referentes aos direitos fundamentais e humanos das crianças e adolescentes, assim como o diálogo estabelecido durante as palestras, contribui para o fortalecimento dos usuários no acesso dos serviços prestados pela municipalidade e no processo de mudança da realidade na quais meninos e meninas estão inseridas, com destaque para o universo do trabalho infantil, a violência sexual (abuso e exploração sexual) e tantos outros fenômenos sociais.

É oportuno salientar, que ano de 2019, as atividades desenvolvidas no ambiente escolar pelo Projeto eram de forma presencial. Nesse sentido, destaca-se a mobilização da participação das unidades escolares e da família dos alunos para adesão da proposta do Projeto, ou seja, eliminação da violência sexual contra crianças e adolescentes, fora e dentro da escola.

Demonstrando a necessária preocupação quanto à abordagem junto à família dos alunos, é importante assinalar que a violência sexual contra população infantojuvenil, ocorre tanto dentro como fora da instituição familiar e que a manutenção do muro do silêncio que encobre tal violência é prejudicial para as crianças e os adolescentes, sendo necessário mudar esse cenário.

Deste modo, propiciar o repasse de informações e orientações dos canais de denúncias referente a violações de direitos fundamentais e humanos de crianças, adolescentes e mulheres vem sendo feito, materializando assim, o ambiente escolar como um espaço de proteção e interligado aos demais serviços da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, entre elas, a Política de Assistência Social.⁵⁶

56 Foram realizadas ações conjuntas com os demais equipamentos de serviços, da política de atendimento à criança e ao adolescente, entre eles, o CRAS e CREAS do município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme previsto no artigo 87, do Estatuto da Criança e do Adolescente.



É interessante destacar que durante o contato com a família dos alunos, por meio do trabalho do serviço social com grupos, a finalidade é demonstrar a responsabilidade conjunta da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público em assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.⁵⁷

Ressaltamos que diante do quadro de emergência internacional decorrente da Covid-19, declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30/01/2020, o Projeto buscou estratégias para continuar atuando e disseminando suas práticas, com vistas à quebra do muro do silêncio que encobre a violência sexual (ABRAPIA, 1997) ou do complô do silêncio que envolve a criança e o adolescente vitimizados (COSTA, 2014).

Desse modo, no compasso em que as autoridades em saúde pública estabeleciam protocolos sanitários de enfrentamento à pandemia do Covid-19, o Projeto passou a intervir de forma online prevenindo e combatendo o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.

Assim sendo, no processo de elaboração das ações do Projeto, no contexto pandêmico, os dados da ouvidoria do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, durante os primeiros meses da pandemia do Covid-19, foram relevantes por apontar o aumento significativo da violência doméstica ou intrafamiliar, contra crianças, adolescentes e mulheres.

Com um olhar orientado pelo marco de direitos de crianças e adolescentes, o Projeto vem definindo os assuntos a serem trabalhados, considerando a importância da prevenção das problemáticas já citadas e as diversas violações de direitos às quais possam estar expostos alunos e alunas das instituições públicas e particulares.

⁵⁷O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 consagrou a doutrina da proteção integral e da prioridade absoluta, onde a população infantojuvenil ocupa lugar de sujeitos de direitos e, portanto, credores da garantia individual e coletiva dos mesmos direitos assegurados aos demais cidadãos (Oliveira; Romão, 2015) tais direitos e princípios constam na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).



Desta forma, os assuntos e os temas abordados no ambiente virtual foram pautados no objetivo principal do projeto, isto é, a prevenção da violência sexual contra a população infantojuvenil para o alcance das metas da ODS 5. Para seu desenvolvimento foram utilizadas estratégias para facilitar a introdução das questões relacionadas à infância e adolescência, entre elas, vídeos de curta duração e cards.


A despeito da escolha dos assuntos e temas desenvolvidos nos vídeos e cards, consideramos o calendário do Ministério da Saúde e da Educação, bem como, de demais órgãos de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em âmbito nacional e internacional, entre elas, o dia 18 de Maio, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Dia 26 de junho, em alusão ao Dia Nacional pela Educação sem Violência, que visa sensibilizar a sociedade para importância das relações saudáveis, por meio da educação familiar pelo diálogo e respeito entre adultos, crianças e adolescentes, como também, o dia 12 de julho: Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.⁵⁸

Foram desenvolvidas campanhas online, durante os anos de 2020 e 2021, tais como, Maio Laranja, referindo-se ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ações como estas acontecerão até a finalização do ano letivo de 2021.

Entre os dias 17 e 20 de maio de 2021, foi realizado o Webinário Interestadual de Enfrentamento à Violência e a Violação de Direitos, com o tema Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, transmitido pelo YouTube, no canal do Programa de Aprendizagem Eficiente (PAE).

Com relação às problemáticas do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes enquanto uma das piores formas de trabalho infantil, houve a indicação de filmes para os professores, atividade esta, intitulada de sessão cinema. Como outra atividade

⁵⁸Os temas citados foram trabalhados pelo Projeto de forma presencial nas unidades escolares, como também online, durante os dois anos do Projeto.



relacionada à temática do trabalho infantil, podemos citar o “Quiz Virtual! Faça o teste e descubra a resposta verdadeira e falsa”.

Diversas questões se fizeram presentes, nas abordagens do projeto, entre elas, a sensibilização sobre os perigos do uso da internet, quando essa prática é feita por crianças e adolescentes sem a supervisão dos pais/responsáveis. Além disso, foi possível demonstrar o uso da tecnologia a serviço da educação.

Para socialização dos conteúdos, foram utilizadas ferramentas como a plataforma digital do Instagram e Facebook, grupos do WhatsApp de gestores municipais e estaduais da rede de ensino, para a veiculação e compartilhamento de informações específicas do conteúdo/reflexões do Projeto. Neste sentido, conforme já citado, foram elaborados cards virtuais e vídeos com esclarecimentos acerca dos vários tipos de violências identificados pela rede de atendimento à população infantojuvenil, bem como, fornecer orientações sobre prevenção e divulgação de canais de denúncias.⁵⁹

Com relação à temática abordada pelo projeto, privilegiando o ODS 5, com foco na Agenda Global 2030, foi planejado e divulgado conteúdo digital intitulado: “Em tempos de pandemia do Covid-19 ações práticas de Governos Municipais contribuem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, destacando as temáticas desenvolvidas pelo Projeto, cujo objetivo é eliminar as formas de violência, contra crianças e adolescentes.

⁵⁹A respeito do Projeto Eu Digo Não: Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, este passou a colaborar com o Poder Público, no sentido de dar visibilidade a problemática da violência sexual contra a população infantojuvenil durante o isolamento social, uma vez que, segundo o Conselho Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA) e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, crianças e adolescentes fora de suas atividades rotineiras, sobretudo das atividades escolares, aumentariam as situações de violência contra este segmento etário. (Recomendação do Conanda e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro aos municípios)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos a experiência de trabalho desenvolvida pelo Projeto “Eu Digo Não: Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, no período entre 2019/2021⁶⁰. Nosso intento é, a partir do relato das intervenções realizadas no ambiente escolar, junto às famílias dos alunos, da rede pública (municipal e estadual), da Educação Infantil e Fundamental, apresentar a sociedade o desenvolvimento de um trabalho destinado ao combate à violência sexual contra a população infantojuvenil e defesa de seus direitos. Associado a isto, demonstrar a continuidade do Projeto em tempos de pandemia do Covid-19.


Além disso, tornar público a experiência de trabalho, tendo em vista os resultados do aumento da violência contra a população infantojuvenil brasileira e as diversas violações de seus direitos. Desse modo, o Projeto foi guiado pelas metas do ODS 5, contemplando abordagem coletiva junto às famílias dos alunos, potencializando a participação da família, em especial, as mulheres, sobre as questões relativas à problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes.⁶¹

Devido à pandemia do Covid-19 o projeto reformulou sua forma de atuação, passando a desenvolver ações no ambiente virtual, privilegiando a abordagem de temas que já eram abordados de forma presencial nas unidades escolares, tendo como horizonte a quebra do muro do silêncio que encoberta a violência sexual contra crianças e adolescentes, particularmente em tempos de pandemia onde as unidades escolares, no município de Campos dos Goytacazes/RJ, em sua totalidade não retornaram as atividades presenciais⁶².

⁶⁰Com relação a 2021, a experiência de trabalho até julho do corrente ano.

⁶¹Desse modo, entendemos que mais do que um direito humano, a participação da família no espaço escolar é uma condição essencial para o desenvolvimento do Projeto em apreço, tendo como devolutiva o protagonismo, em especial, da figura feminina no ambiente social e comunitário, no ambiente escolar e na gestão das unidades escolares.

⁶²Em 21/06/2021, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando as condições sanitárias atuais do município de Campos dos Goytacazes/RJ deu início a retomada das atividades escolares por meio do Ensino Híbrido Seguro. Inicialmente foram dez unidades escolares, condicionado ao aval da Vigilância Sanitária e ao início do processo de imunização dos professores




Considerando que a prestação de serviço à comunidade escolar é uma função social do Programa Saúde na Escola (PSE), estamos cientes que o aludido Projeto tem contribuído na efetividade de ações de prevenção às múltiplas faces da violência, entre elas, o abuso e à exploração sexual de meninos e meninas, bem como, na disseminação dos ODS, com destaque a ODS 5.

No que concerne, ao trabalho desenvolvido pelo profissional de serviço social, do citado Programa, observamos que as intervenções voltadas para o planejamento e execução do Projeto em tela, têm possibilitado às famílias dos discentes e a sociedade em geral, a compreensão do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, em suas múltiplas faces, informando e orientando os usuários dos serviços públicos, sobre a importância da comunicação dos casos suspeitos e confirmados de violência, principalmente a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Neste sentido, acreditamos que os casos referentes à violência sexual quando não são denunciadas, as vítimas não têm chance de serem atendidas e acompanhadas pela rede de proteção, podendo continuar com o ciclo perpetuador desta violência. Paralelamente a isto, as famílias não terão a oportunidade de reconstruir seus vínculos afetivos e dar ao agressor um tratamento adequado (CRAMI/ CAMPINAS, 2002).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais de saúde.** Coleção Criança Carinho. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.



AMARO, Sarita. **Serviço social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, de 13 de julho de 1990.

CARDOSO, Andréia Ribeiro. **Escolas e pais separados: uma parceria possível**. Curitiba: Juruá, 2011.

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA (CRAMI/CAMPINAS). **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. Série fazer valer os direitos, v.1. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

COSTA, Sílvia Regina da Silva. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: concepções e práticas de profissionais de educação**. Campinas: Papel Social, 2014.

OLIVEIRA, Sirlo Darlan de; ROMÃO, Luis Fernando de França. **A História da criança: por seu conselho de direitos**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.